

GESTÃO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

AS LIÇÕES DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA VALE, EM BRUMADINHO



Kenya Paiva Silva Lamounier (org.), Armando Medeiros de Faria (org.),
Bruno Lúcio Marques Barbosa de Oliveira e Rodrigo Chaves Nogueira



AVABRUM

Realização e Direção Editorial
Kenya Paiva Silva Lamounier

Organização
Kenya Paiva Silva Lamounier (*Diretora da AVABRUM*)
Armando Medeiros de Faria (*Coordenador técnico do Projeto Legado de Brumadinho*)

Autores
Armando Medeiros de Faria
Bruno Lúcio Marques Barbosa de Oliveira
Kenya Paiva Silva Lamounier
Rodrigo Chaves Nogueira

Ensaaios
Norma Valencio
Samira Younes e Luiz Henrique de Sá

Projeto Gráfico
Paulo Falzoni

*Esta obra é uma publicação da Associação dos Familiares
de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem
Córrego do Feijão em Brumadinho (AVABRUM)*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, MG, BRASIL)

GESTÃO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, As lições do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho / [organização, Armando Medeiros de Faria, Kenya Paiva Silva Lamounier]. – Belo Horizonte: AVABRUM, 2026.

176 p.: 15,5 x 23 cm

ISBN nº 978-65-01-97192-6

1. Situações de Emergência. 2. Brasil - Barragem da Vale, em Brumadinho. 3. Psicologia Social e Assistência Social. I. FÁRIA, Armando de Medeiros. II. OLIVEIRA, Bruno Lúcio Marques Barbosa de. III. LAMOUNIER, Kenya Paiva Silva. IV. NOGUEIRA, Rodrigo Chaves Nogueira. Ensaaios: I. VALENCIO, Norma. II. YOUNES, Samira. III. SÁ, Luiz Henrique.

CDD-174.9

Índices para catálogo sistemático

Esta publicação integra o Projeto Legado de Brumadinho, aprovado pelo Comitê Gestor Dano Moral Coletivo, integrado pela Defensoria Pública da União, Justiça do Trabalho MG e Ministério Público do Trabalho.

COMITÊ GESTOR:



REALIZAÇÃO: SABIC

Nota Metodológica

A premissa central desta publicação é captar o protagonismo dos mais vulneráveis, com suas narrativas e visões de mundo sobre os trabalhos de emergência relacionados ao rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, da Vale, que matou 272 vidas em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro de 2019.

Este Guia de Emergência foi estruturado com o suporte de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) como ferramentas auxiliares na pesquisa e síntese de dados. A integração dessa tecnologia permitiu o processamento ágil de um conjunto de informações fundamentais das áreas de saúde mental e ciências sociais, aplicadas a situações de emergência.

As ferramentas foram utilizadas também na pesquisa de práticas internacionais de acolhimento e protocolos internacionais de emergência. Cabe ressaltar que a IA atuou sob supervisão humana, funcionando como um acelerador de síntese para transformar evidências técnicas em orientações práticas e compreensíveis.

Este Guia pretende ser uma obra aberta, online, por isto ficará disponível no site <https://legadodebrumadinho.com.br>

Eventuais incorreções, falhas ou sugestões de aprimoramento podem ser enviadas para o e-mail contato@avabrum.org.br

Como texto em permanente construção, o Guia está aberto para receber contribuições de movimentos sociais, associações de familiares vítimas de tragédias de grande repercussão, demais associações comunitárias e de causa, além de gestores da administração pública, pesquisadores, acadêmicos e profissionais das diversas áreas de conhecimento que dialogam com este campo.



Memorial Brumadinho, MG

6	Apresentação
12	Palavra da AVABRUM
14	Prefácio
16	Introdução
22	Comunicação pública em situações de emergência
46	Comunicação de más notícias em situações de emergência
70	Canais e estrutura de suporte: a gestão do Espaço de Acolhimento e do Centro de Informações
84	Boas práticas de comunicação em situações de luto
98	Reparação financeira, conflitos e mediação em desastres sociotecnológicos
104	O impacto nas equipes de resposta
132	Considerações finais
137	A AVABRUM
	Ensaaios
146	Das regularidades dos desastres aos desafios de mobilização social no enfrentamento de riscos iminentes
	Norma Valencio
156	Sobre uma Psicologia em emergências e desastres
	Samira Younes-Ibrahim e Luiz Henrique de Sá
162	Referências



A memória
não é sobre o
passado; é sobre a
responsabilidade
que temos com
o futuro.

(Paul Ricoeur, filósofo)

Todo conhecimento parte de um determinado lugar social. Isto posto, as reflexões sobre a situação de emergência, em Brumadinho (2019), têm como inspiração a realidade expressa pelos familiares das vítimas e atingidos. A âncora deste Guia são os depoimentos daqueles que foram diretamente impactados pelos terríveis acontecimentos. Compreender tal percepção requer escuta atenta desses relatos. Não é o cumprimento apenas de uma função memorial, mas fixa um olhar que orienta escolhas metodológicas, conceituais e políticas que atravessam toda esta publicação.

Como fonte de referência, podem ser consultados os vídeos da campanha “Amanhã Pode Ser Tarde”, com entrevistas e falas de familiares, sobreviventes e profissionais que atuaram na linha de frente (acesso livre em: <https://www.youtube.com/@ProjetoLegadodeBrumadinho/playlists>). Esses registros constituem não apenas um acervo documental, mas um patrimônio simbólico de memória, denúncia e aprendizado coletivo).

Essa opção metodológica não se confunde com um exercício de reconstituição histórica exaustiva nem com a pretensão de neutralidade descritiva. Trata-se, de forma explícita, de assumir um ponto de vista ético e epistemológico na abordagem da emergência: o ponto de vista dos familiares, das vítimas e das populações diretamente atingidas. Reconhece-se que toda narrativa sobre desastres é atravessada por disputas de sentido, versões institucionais, técnicas, jurídicas e empresariais. Este Guia não ignora a existência dessas múltiplas perspectivas, nem pretende invalidá-las; ao contrário, reconhece sua

Apresentação



Um dos vídeos da campanha
"Amanhã Pode Ser Tarde",
disponíveis no YouTube.

legitimidade no campo da gestão pública, da ciência e do direito.

Entretanto, ao adotar deliberadamente a centralidade da experiência dos atingidos, esta obra se ancora na compreensão contemporânea de que a produção de saber social envolve necessariamente escolhas de posição social e responsabilidade ética.

O presente trabalho, em diálogo com a sociologia do trauma coletivo e com a tradição da história oral, afirma que a memória e a narrativa das vítimas não são meros relatos subjetivos, mas fontes legítimas de conhecimento sobre os efeitos reais do desastre na vida social. A isso se soma a contribuição ética de Simone Weil (1980), para quem conhecer o sofrimento implica um exercício de atenção: uma forma de escuta que suspende hierarquias, renúncia à distância confortável e se deixa afetar pela realidade do outro.

Por fim, essa escolha também se inscreve na perspectiva crítica na qual os conhecimentos produzidos por sujeitos historicamente atingidos por processos de violência, exclusão e injustiça não sejam subordinados ao saber técnico-institucional, mas reconhe-

cidos como saberes válidos, legítimos e politicamente relevantes. No campo do Direito, sobretudo, significa ampliar a necessidade de justiça.

Assim, sem negar outras leituras e visões, este Guia endossa a perspectiva dos familiares e das comunidades atingidas como referência prioritária de sentido, legitimidade e aprendizado coletivo. É a partir dessa articulação entre escuta, atenção ética e justiça, que se pode construir políticas públicas para lidar com emergências e desastres, de forma a romper com a banalização da morte e do sofrimento e construir gestão de acolhimento, reparadora e democrática.

Este Guia não se pretende obra fechada. Ao contrário, assume-se como um instrumento vivo, dinâmico e em permanente construção, aberto à contribuição crítica de pesquisadores, profissionais, gestores públicos, comunicadores, agentes de saúde, assistentes sociais, juristas e demais especialistas que atuam nas interfaces entre emergência, comunicação, direitos humanos e políticas públicas.

Convidamos, assim, que especialistas e instituições interessadas possam colaborar com este processo, seja por meio da indicação de referências teóricas, experiências práticas, estudos de caso ou mesmo pela sugestão de trechos de obras de natureza semelhante que dialoguem com os objetivos aqui propostos. A incorporação dessas contribuições será sempre orientada por um critério fundamental: o compromisso com os direitos, a dignidade e as necessidades das vítimas e comunidades diretamente atingidas.

Para viabilizar esse processo de construção coletiva, as contribuições podem ser enviadas para contato@avabrum.org.br, com a identificação do autor ou instituição, breve contextualização da

proposta e indicação clara das referências ou materiais sugeridos. As colaborações serão analisadas pela equipe editorial do Guia e, quando pertinentes, incorporadas às próximas versões, preservando-se sempre o compromisso com a qualidade técnica, a responsabilidade ética e o respeito às experiências das vítimas e comunidades atingidas.

Mais do que reunir boas referências, conceituais e práticas, este Guia busca constituir-se como espaço de escuta qualificada e produção coletiva de conhecimento, no qual diferentes saberes – acadêmicos, técnicos e vivenciados – possam convergir para fortalecer respostas públicas mais humanas, responsáveis e socialmente justas diante de situações de emergência e luto.

Na resposta emergencial ao colapso da barragem, algumas capacidades do Estado mostraram elevada robustez técnica, especialmente nas atividades de busca, resgate e identificação das vítimas. Destacam-se a atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, pela coordenação e execução continuada das operações em condições extremas, além do trabalho dos Núcleos de Identificação — em especial das equipes de papiloscopistas — que contribuíram decisivamente para a identificação célere e segura das vítimas, assegurando dignidade às famílias e dando suporte aos procedimentos legais. Esse reconhecimento, contudo, não implica hierarquização ou desconsideração das demais instituições envolvidas. O que este Guia procura ressaltar é que a efetividade do Estado, em contextos dessa natureza, depende de protocolos e práticas humanizadas e articulação eficaz entre diferentes órgãos e competências.



Brumadinho foi uma das 30 cidades do mundo selecionadas para receber uma megapintura feita pelo artista plástico francês Saype



Palavra da AVABRUM

Este Guia nasce da dor, mas não se limita a ela. Nasce da experiência concreta de quem perdeu pais, mães, cônjuges, companheiros, filhos, irmãos, amigos – 272 vidas interrompidas de forma brutal no rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG). Nasce dos relatos de quem precisou aprender, no meio do caos, a lidar com sistemas de resgate, hospitais, perícias, informações de óbitos, gabinetes de crise, comunicados oficiais e silêncios institucionais.

O que está reunido aqui não é teoria abstrata sobre emergências. É conhecimento forjado na realidade mais dura possível: a de famílias que, além de sofrerem a perda, tiveram de enfrentar desinformação, desencontros, protocolos frágeis e a ausência de escuta. É o conhecimento de como profissionais na linha de frente – que deveriam ter tranquilidade para atuar na emergência – sofreram embates com a empresa causadora da tragédia-crime.

Este é um manual em construção. Sabemos que há lacunas, que há muito a avançar e que o Brasil ainda não construiu respostas institucionais plenamente preparadas para tragédias dessa magnitude. Como instrumento em construção, o guia reflete as lições aprendidas com sofrimento, as falhas observadas, os erros que não podem se repetir e os gestos de humanidade que fizeram diferença quando tudo parecia desmoronar. Se há imperfeições, elas convivem com

Memorial Brumadinho, MG

um compromisso inegociável: colocar as vítimas no centro – e não a tentativa de o Poder Público preservar sua imagem ou a iniciativa privada controlar a narrativa e, assim, não restará nenhuma lição de responsabilidade a aprender com o mal feito.

A experiência de Brumadinho revelou que emergências não são apenas eventos técnicos ou operacionais. São acontecimentos humanos, éticos e políticos. A forma como se comunica, como se entrega uma notícia, como se organiza o acolhimento psicossocial e como se respeita o tempo do luto pode aliviar ou aprofundar o sofrimento.

Este Guia aponta que a ausência de alguns princípios produz novas feridas. Sem a centralidade da escuta, dignidade e reconhecimento de direitos, as operações de emergência vão dilacerar corações e mentes dos mais vulneráveis.

Convidamos gestores públicos, profissionais da saúde, comunicadores, integrantes da Defesa Civil, juristas e dirigentes de empresas a lerem estas páginas com espírito crítico e responsabilidade.

Que este material sirva como estímulo para a prevenção, cuidado e mudança concreta de práticas. Se ele contribuir para que uma única família, em qualquer parte do país, seja tratada com mais respeito, humanidade e transparência diante de uma tragédia, já terá cumprido parte de sua função.

Convidamos gestores, profissionais de saúde, comunicadores, juristas e empresas a lerem este guia não como um manual de boas intenções, mas como um pacto de não repetição.

Prefácio

Este Guia não é um exercício acadêmico de distanciamento, mas um documento de sobrevivência e indignação transformado em responsabilidade. Ele nasce do epicentro de um crime que ceifou 272 vidas e soterrou sonhos sob a lama da negligência corporativa. Para nós, familiares e atingidos pela tragédia na Mina Córrego do Feijão, estrutura da Vale, a “emergência” não terminou quando as câmeras se desligaram; ela se prolongou em cada protocolo frio, em cada notícia mal dada e em cada tentativa de transformar nossa perda em um cálculo financeiro. O que oferecemos nestas páginas é a visão de quem esteve no “andar de baixo” da gestão de crise, sentindo na pele o abismo entre o discurso institucional e a realidade do acolhimento.

Rejeitamos o papel de vítimas passivas ou o silêncio imposto pelo vitimismo. Nossa voz aqui é, com apoio técnico, forjada no embate diário com sistemas que, muitas vezes, priorizam a blindagem reputacional de empresas em detrimento da dignidade humana. Aprendemos, da maneira mais dura, que um desastre é agravado quando o Estado e as corporações falham na escuta. Este mate-

rial detalha as falhas que observamos e os gestos de humanidade que, por raridade, fizeram diferença. Ele expõe a urgência de uma gestão que não trate o luto como um processo administrativo, mas como um acontecimento humano e político que exige verdade e respeito absoluto.

O saber contido nesta obra é um patrimônio coletivo de resistência da AVABRUM. Não aceitamos que a dor das famílias seja mercantilizada ou que o diagnóstico do nosso sofrimento sirva apenas para balizar indenizações. Este Guia propõe um confronto necessário com a burocracia do trauma, exigindo que o protagonismo retorne a quem de fato carrega o peso da tragédia: as comunidades atingidas e suas redes de apoio.

A omissão mata e a má gestão do pós-desastre tortura. Que estas lições sirvam para que nenhuma outra família precise ensinar ao Estado e empresas privadas como ter humanidade diante do caos.

Esta é nossa contribuição para o futuro: transformar a memória em um escudo para que a dignidade das vítimas seja, finalmente, o centro inegociável de qualquer resposta a emergências no Brasil.

Kenya Paiva Silva Lamounier

Diretora da AVABRUM





Um desastre
pode ser agravado
pela forma
como o Estado
e as corporações
comunicam,
escutam – ou
silenciam – diante
da vida, da morte e
das perdas.

Os desastres contemporâneos não podem mais ser compreendidos como eventos fortuitos, naturais ou inevitáveis. VALENCIO et al. (2009) demonstram

que tragédias associadas a barragens, enchentes, deslizamentos ou colapsos tecnológicos são, antes de tudo, fenômenos socialmente produzidos, resultado de decisões políticas, desigualdades estruturais, falhas institucionais e assimetrias históricas de poder.

Nesse campo, este guia dialoga com a obra pioneira “Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil” (2009). O livro constitui um marco fundamental ao afirmar que o desastre não começa no momento do evento, mas se constrói ao longo do tempo, na forma como o Estado organiza o território, regula atividades econômicas, comunica riscos e reconhece – ou nega – direitos de cidadania.

Na perspectiva da Sociologia dos Desastres, o sistema de resposta organizado pelo Poder Público – envolvendo saúde, resgate, assistência social, defesa civil e comunicação – ocupa lugar central na dinâmica dos eventos críticos. Longe de constituírem elementos acessórios ou meramente operacionais, esses dispositivos funcionam como estruturas institucionais que moldam o próprio significado social do desastre, influenciando o reconhecimento público das vítimas, a atribuição de responsabilidades, a visibilidade ou ocultação de falhas, bem como as condições para a construção de memória coletiva, justiça e processos de reparação integral.

No caso de Brumadinho, a experiência vivida por familiares e pessoas atingidas revela que o aparato institucional de primeiros

Introdução

socorros e de assistência posterior operou, em muitos momentos, de forma fragmentada e hierarquizada, privilegiando discursos técnicos, jurídicos e financeiros em detrimento das dimensões humanas e relacionais da tragédia.

Esse modelo de resposta contribuiu para reduzir pessoas a números, ou a cadastros e processos administrativos, esvaziando suas histórias, vínculos e sofrimentos concretos. Como efeito, parte significativa das ações institucionais acabou produzindo violência simbólica, despersonalização e processos de “revitimização”, aprofundando a sensação de invisibilidade e injustiça entre aqueles que já haviam sido diretamente afetados pelo desastre.

A Sociologia dos Desastres denomina esse fenômeno como vulnerabilidade institucional: ocorre quando o próprio Estado, ao falhar na prevenção, na escuta e na comunicação, amplia os danos sociais e psicossociais do desastre. Essa vulnerabilidade se expressa não apenas na ausência de políticas eficazes, mas também na forma como se fala – ou se silencia – diante da dor, da morte e da perda.

Há também um segundo eixo crítico: o aparato corporativo imposto, quando grandes empresas privadas, em vez de reconhecer responsabilidades, atuam de forma defensiva, prepotente ou estrategicamente calculada para proteger sua imagem. Em contextos de tragédia, esse despreparo se manifesta na tentativa de impor narrativas, relativizar danos, antecipar versões “oficiais” e substituir o diálogo pela propaganda. A comunicação deixa de ser um instrumento de reparação e



passa a funcionar como blindagem reputacional, muitas vezes desconsiderando o tempo do luto, a assimetria de poder e o direito das vítimas à verdade.

O resultado é a ampliação do sofrimento social e psicossocial: quando a empresa fala alto demais para se defender, ela fere e machuca novamente quem perdeu tudo. Nessas circunstâncias, a crise não é apenas técnica de comunicação ou jurídica – é ética.

O despreparo do Estado e limitações observadas nas corporações privadas na gestão de situações de emergência evidenciam a complexidade real desses eventos, que envolvem múltiplas dimensões – técnicas, institucionais, humanas e simbólicas – e exigem respostas articuladas nos campos da saúde (física, mental, espiritual), da assistência social e da comunicação pública. Eventos traumáticos dessa natureza demandam, diante de sua delicadeza e urgência, planejamento prévio, protocolos claros, capacitação continuada e processos permanentes de aprendizagem institucional, capazes de integrar diferentes saberes e níveis de atuação.

Este Guia nasce, portanto, não como solução definitiva ou modelo fechado, mas como instrumento de reflexão crítica e de apoio à revisão de práticas, voltado a estimular abordagens mais humanas, integradas e responsáveis na gestão de emergências. Seu propósito é contribuir para o aprimoramento das respostas públicas e institucionais, favorecendo processos de escuta, avaliação e mudança que evitem a reprodução de formatos excessivamente autoritários, tecnocráticos ou despersonalizados no cuidado com pessoas e comunidades atingidas.

O texto reconhece a dificuldade real de lidar com eventos de grande impacto, visibilidade e de profunda extensão de danos. Não

faz julgamentos, mas sinaliza contribuições para que o Poder Público e a iniciativa privada busquem, em situações de tragédias humanas e ambientais, uma abordagem baseada em seis premissas:

1. Direitos das vítimas

Conjunto de garantias legais e humanitárias que asseguram à pessoa afetada por um dano (seja crime, desastre ou violação de direitos) o acesso à justiça, proteção, assistência e reparação. O foco aqui envolve tanto a punição do agressor como a centralidade das necessidades de quem sofreu a perda.

2. Ética do cuidado

Diferente de uma ética baseada apenas em regras abstratas, ela foca na vulnerabilidade do outro e na resposta direta às suas necessidades específicas, tratando o cuidado com responsabilidade e como um valor político e social essencial.

3. Escuta qualificada

Vai além do “ouvir”. Envolve criar um espaço seguro onde o interlocutor se sinta validado e compreendido. Na prática institucional, busca acolher o relato sem julgamentos, captando não apenas as palavras, mas as emoções e o contexto da pessoa.

4. Transparência ativa

Ocorre quando o Estado ou uma organização disponibiliza informações de interesse público por iniciativa própria, sem precisar ser provocado por uma solicitação. É o ato de antecipar a necessidade do cidadão, publicando dados de forma clara, acessível e atualizada.

5. Construção da memória coletiva

É o processo social de selecionar, interpretar e preservar even-

tos do passado para formar a identidade de um grupo. Serve para dar sentido ao presente e evitar a repetição de erros históricos, garantindo que narrativas de resistência e fatos marcantes não sejam apagados pelo tempo. Veja, na página 98 deste guia, o tópico sobre o Memorial de Brumadinho

6. Responsabilidade pública

É o compromisso ético e jurídico que o Estado e seus agentes possuem perante a sociedade. Ela se traduz no dever de transparência, na prestação de contas (accountability) e na preservação do interesse comum acima de interesses particulares.

Ao incorporar diversas contribuições – da saúde, comunicação, sociologia, ciência política, entre outros – o Guia afirma que agir e comunicar em emergências é um ato político, ético e civilizatório, indissociável da luta contra a impunidade e do compromisso com a dignidade humana.

A man in a dark suit and tie is shown from the chest up, sitting at a desk. Instead of a head, he has a large smartphone mounted on his neck. The screen of the phone displays a video of a rescue worker in an orange suit and helmet crawling through a muddy, debris-filled area. The background is a dimly lit room with wooden paneling and a desk with some papers and a pen.

Comunicação pública em situações de emergência

CAPÍTULO 1

Não existe comunicação neutra em emergências: ou ela protege vidas, honra a memória daqueles que se foram, ou legitima o desastre.

Na famosa “rádio peão” a insegurança da Barragem B1 era comentada com frequência. No círculo dos especialistas, as opiniões técnicas já haviam condenado a barragem: obsoleta e perigosa porque construída a montante (ou seja, com inclinação potencialmente devastadora em caso de ruptura). A empresa insistia, contudo, que a segurança era total.

O mais grave: toda a estrutura administrativa, posto médico, refeitório, oficina, almoxarifado estavam logo abaixo da estrutura. A B1 alcançava “86 metros de altura, (...) e 720 metros de largura, o correspondente a dez edifícios de 24 andares, lado a lado” (ARBEX, 2022)

O artigo “Rompimento da Barragem da Vale S.A em Brumadinho/MG: A Engenharia do Descaso”, publicado na Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental (Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL, 2021) resume o quanto o risco foi subestimado:

“A noção sobre os perigos de rompimento da barragem de Brumadinho era tão clara que o Plano de Emergência da empresa projetou várias situações hipotéticas sobre as consequências caso a barragem, construída em 1976, se rompesse: estimou número de mortos e calculou o montante de indenizações a ser pago. Embora essas instalações remontassem à época da Ferteco S.A, empresa anterior que explorou a jazida de minério de ferro do Córrego do

Feijão, e essa barragem estivesse desativada há três anos, o risco de rompimento sempre existiu, mas, ao que tudo indica, pouco foi feito para efetivamente evitá-lo” (p.239-253).

De acordo com as diligências do Poder Público (Ministério Público e Polícia Federal), os acontecimentos em Brumadinho evidenciaram uma teia entrelaçada por fios de negligência, omissão e ganância por resultados financeiros. No sentido jurídico, um acidente de trabalho (foi a maior tragédia trabalhista do Brasil, com 272 mortes). Na percepção dos familiares das vítimas e atingidos, ocorreu uma tragédia qualificada: não houve fatalidade. O que aconteceu foi um crime.

No ciclo que pode ser denominado de “pré-emergência”, Josiane Melo (perdeu a irmã, a engenheira Eliane, grávida de Elisa) conta como foi o exercício de evacuação feito pela empresa, alguns meses antes.

Josiane, que integra a diretoria da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, também trabalhava na Vale. Sobreviveu porque estava de férias no dia do colapso da barragem e nunca se esqueceu do treinamento:

“Todos ficaram admirados porque era impossível correr e escapar, seguindo a rota de fuga estabelecida pela Vale. Nem um atleta recordista mundial conseguiria correr na velocidade necessária para escapar da lama”.

Transferir a parte administrativa da Vale para uma localização fora da rota da lama foi medida de prevenção ignorada. Quando a gestão não elimina riscos graves, acaba sendo a antessala das tra-

gédias evitáveis. É um convite para que a crise entre pela porta e se instale com efeitos terríveis.

O rompimento

No dia 25 de janeiro de 2019, às 12h28, rompeu-se a barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, no município de Brumadinho (MG). A massa de rejeitos estimada foi de aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos, que avançou sobre a estrutura administrativa da mineradora (restaurante, alojamentos, oficina, posto médico etc.), áreas comunitárias ribeirinhas próximas ao rio e uma pousada onde morreram turistas e os que lá trabalhavam. Deixou centenas de mortos e desaparecidos, devastou ecossistemas e afetou o rio Paraopeba.

A B1 tinha cerca de 86 metros de altura, o que pode ser comparado a um prédio de 30 andares. O tsunami de lama alcançou mais de 300 quilômetros quadrados de territórios e equivalia a carga de aproximadamente 400 mil caminhões-pipa carregados de rejeitos.

O rompimento aconteceu na sexta-feira, perto do horário do almoço. A uma velocidade média, de 80 km/h, a lama de detritos levou apenas 60 segundos para atingir a área administrativa da empresa. O restaurante, onde muitos trabalhadores estavam, foi atingido e arrastado por 800 metros. A sirene de segurança não tocou. A empresa informou que havia 427 empregados trabalhando no momento do rompimento da barragem. O número final apontou a morte de 272 pessoas (hoje, dois corpos encontram-se na área devastada).

Relatórios posteriores indicaram falhas em planos de emergência, gestão de segurança e saúde no trabalho precária, distorções



no cálculo de segurança e operação irregular (lançamento de rejeitos e largura de praia).

Os auditores de segurança do trabalho, no relatório final da Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais (SRT-MG), escrevem, de maneira clara e objetiva: “constatamos que, em vários momentos, desde 2015, a B1 esteve em situação de emergência, sem o acionamento do Plano de Emergência (PAEBM)”. As ocorrências verificadas apontaram significativos impactos nas condições de estabilidade, com potencial de comprometimento na segurança da estrutura.

Em outro trecho, a equipe de auditores conclui: “a Barragem B1 esteve por alguns anos em uma situação de risco grave e iminente (...), iminência, aqui, deve ser entendida como algo possível de ocorrer a qualquer momento” (...).

O mito de Cassandra e a importância de ouvir alertas

O debate público (no caso Brumadinho, cinco Comissões Parlamentares de Inquéritos, sendo duas municipais, uma estadual e duas no âmbito federal – Câmara e Senado), ampliado com as investigações do Poder Público (Polícia Federal, Ministério do Trabalho e de-

núncias dos Ministérios Públicos) apontou o real contorno dos fatos.

Além dos antecedentes da barragem (“ficha corrida”), as deliberações de manter a área administrativa, refeitório, postos de atendimento médico e oficinas na rota da colossal montanha de detritos de minérios, remetem para um personagem clássico nas tragédias evitáveis: os arautos de avisos e de alertas ignorados.

Na mitologia grega, Cassandra era filha do rei Príamo, de Troia. Recebeu do deus Apolo o dom da profecia, com a capacidade de ver o futuro com absoluta clareza. No entanto, ao rejeitar o amor do deus, foi condenada a um castigo cruel: suas previsões seriam sempre verdadeiras, mas ninguém jamais acreditaria nelas.

Cassandra alertou sobre a queda de Troia, sobre o engano do Cavalo de Tróia e sobre mortes iminentes. Falou antes do desastre, falou durante o risco, falou quando ainda havia tempo de agir. Ainda assim, foi desacreditada, silenciada, tratada como exagerada ou inconveniente. Tróia caiu não por falta de aviso, mas por recusa em escutar.

Cassandra simboliza tudo aquilo que antecede as grandes catástrofes evitáveis: relatórios ignorados, trabalhadores que alertam, comunidades que pressentem o perigo, especialistas desacreditados. Ao não ouvi-los, empresas e autoridades se tornam cúmplices de desastres que quase sempre acontecem da pior forma possível.

Por isso, a gestão de riscos e a comunicação pública em situações de emergência começa antes do rompimento, do colapso e da morte: começa na escuta. Escutar é o ato que transforma previsão em prevenção – e tomar atitudes concretas diante de avisos é um ato de responsabilidade perante a vida.

Na revista jurídica da AVABRUM, publicada em junho de 2024, as autoras (MOURA; CORUJO, 2024, pp. 46-47) relatam um processo

de licenciamento onde a Vale solicitava autorização para refinar os detritos das barragens:

“Entre as diversas estruturas objeto do licenciamento estava a ‘recuperação de finos da barragem I e VI da mina Córrego do Feijão’, ou seja, a Vale tinha a intenção de ‘reminerar’ os rejeitos da barragem, aproveitando economicamente o material ali depositado”.

O artigo revela que desde abril de 2018 estavam sendo executados drenos horizontais profundos (DHP) na barragem Mina Córrego do Feijão:

“Em 11/06/18 ocorreu fraturamento hidráulico na execução do 15º dreno. Diversos fatos ocorreram na sequência e foram omitidos da Agência Nacional de Mineração e do processo de licenciamento ambiental. A Vale e a Tüv Süd sabiam que o fator de segurança da barragem era inferior ao mínimo recomendado pelas normas técnicas e, em vez de tomarem medidas para impedir o colapso da estrutura, implementaram intervenções focadas no aproveitamento econômico dos rejeitos”.

Inconformadas com a decisão do órgão ambiental mineiro, as autoras desabafam:

“No dia 10/01/2019 foi formalizado um recurso contra a decisão da CMI de conceder as licenças em 11/12/2018. Apenas 18 dias depois a barragem de rejeitos I da mina Córrego do Feijão rompeu. Não é possível explicar em palavras a magnitude dos

sentimentos vivenciados por quem atuou por anos para que o complexo minerário das minas Córrego do Feijão e Jangada fosse devidamente avaliado, em especial em relação ao cumprimento das condicionantes e ao devido controle ambiental”.

Sem conseguir entender o que estava acontecendo

Em Brumadinho, a rotina precedia a tragédia. A cidade faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), distante cerca de 50 quilômetros da capital e conta com população de 38.915 mil habitantes (de acordo com Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). A vida nunca mais seguiria seu curso normal depois do dia 25 de janeiro de 2019.

A percepção é que o perigo reinava em outro lugar. Mas havia ali, um contraste: uma pequena cidade e uma megacorporação global coexistindo, como observa Kenya Paiva Silva Lamounier, hoje viúva de Adriano Aguiar Lamounier, trabalhador da Vale há mais de 20 anos e uma das 272 vítimas do rompimento da barragem.

No silencioso momento da pré-crise, silencioso porque muitos alertas foram ignorados, o cenário é descrito, de forma irreparável por Kenya, que também integra a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho.

Eis o relato de Kenya:

Dia 25 amanheceu como um dia qualquer, seguimos nossas rotinas, como uma manhã comum, na cidade

de pessoas simples, sem grandes agitos, sem grandes roteiros, sem grandes atribulações. Vidas cotidianas, com rotinas parecidas: casa, família, trabalho, amigos. Cidade pacata, pacata vida, nesse roteiro de vida mediana. O dia a dia era levado sem afobações, em círculos de amigos em comuns trombávamos uns nos outros, encontros e conversas no portão.

Tudo tão certinho, tão seguro, o perigo se encontrava na distante cidade grande com seus bandidos, criminosos e “foras-da-lei”. Esse era o grande risco para nós, população da pequena e pacata Brumadinho. De grande, na cidade, somente uma empresa, uma gigantesca mineradora reconhecida mundialmente, motivo de orgulho para toda a cidade e, para o Estado, “menina dos olhos”. Tal sentimento também era disseminado entre seus funcionários, orgulho de ser Vale, cuja imagem era fortalecida por slogans de autopromoção, propaganda midiática forte, um de seus principais investimentos. Uma disparidade: pequena cidade, grande empresa.

O ciclo pré-crise, de gestão de riscos, é atropelado pela eclosão da crise. Continua o relato:

Eis que num dia qualquer, numa pequena e pacata cidade, tudo se rompeu. Rompeu o quê? Rompeu o seu mundo. De repente, a vida girou, caíram todos no tabuleiro, não sobrou nada. Que jogo é esse?!

Os impactos emocionais são ressaltados:

Foi apocalíptico, sem conexão com a realidade.

Passamos a viver num filme de terror, da pequena e pacata cidade para o espaço sideral. Espaço sideral: toda a área física do universo, não ocupada por corpos celestes, simplesmente espaço. Esse espaço se constitui por um vácuo parcial. Caímos num vácuo, ficamos gravitando, corpos soltos no ar, sem conseguir entender o que estava acontecendo, sem condições de fazer nada, até por não saber o que fazer.

Muito do que será abordado aqui, neste Guia, envolve os desafios de, por um lado, organizar e, por outro, lidar com o sistema de resposta em acontecimentos catastróficos. Protocolos de emergência devem considerar o choque emocional descrito por Kenya:

A pequena e pacata cidade acabou, instalou-se o caos geral, campo de guerra, 272 baixas em menos de 1 minuto. Que guerra é essa? Cidade pequena não faz guerra, não temos instinto para guerrear, não temos equipamentos, máquinas e nem soldados. Mas... a grande empresa tinha. Ela tinha no seu comando geral um ditador, um tirano, que sem titubear assinou a sentença de morte de 272 pessoas, de forma fria, consciente e voltado para engrandecer cada dia mais a sua menina dos olhos. Matou com requintes de crueldade e a sangue frio.

A percepção de ruptura – do contexto até então pacato e das emoções moldadas por um cotidiano tranquilo e sem desordem – se instala. O depoimento prossegue:

Não foi um dia qualquer, numa cidade qualquer (...). Foi um dia trágico, um dia de horror, no qual

o nosso mundo ficou em suspenso. Paramos tudo: o coração, a emoção, o cérebro. Vimos robôs, forma mecânica de lidar com o caos. Se não fosse assim, seria a loucura, recurso também utilizado em vários momentos. Até quando estaremos no automático ou loucos?

Para as equipes da linha de frente que passam a gerir a crise naqueles momentos improvisados, a carga emocional dos familiares foi ativada por pensamentos devastadores e sentimentos de dor inconsolável que vão sendo cristalizados a cada instante. A fala de Kenya Lamounier aponta para uma mudança radical do cenário:

A pequena e pacata cidade sumiu, engolfada pela lama da grande e desumana empresa. De tudo restou a dor, a lama e o desespero tão grande como a tragédia/crime, causada pela grande empresa que por se achar gigante se autorizou a devastar a pequena e pacata cidade. Enfim, a devastação... a lama... o desespero... a dor...

Em situações desta natureza, tanto o acolhimento psicossocial como a comunicação, assistência social, jurídica e o aparato institucional de respostas demandam equipes com habilidades aptas para enfrentar emoções fortes (medo, tristeza, raiva etc.) e cognições intensas (percepções, memórias, julgamentos, crenças). Neste contato com reações adversas, individuais e coletivas, as equipes de saúde serão mobilizadas para identificar sintomas clínicos como estresse pós-traumático, insônia, ansiedade e depressão.

Quando vidas humanas são perdidas e a natureza é devastada por descuido, negligência, omissão etc. – estes componentes defla-

gram genuína indignação e revolta na comunidade. O risco, previsível, gerou uma tragédia que poderia ter sido evitada.

O correto entendimento social do episódio é a primeira regra para atuar em situações de calamidade, emergência e crises com grande impacto em vidas humanas. O protagonismo das vítimas e atingidos, aqui, é ponto decisivo.

As recomendações de manuais e de protocolos de atendimento em emergências só fazem sentido quando confrontadas com a percepção imediata – e posteriormente cristalizada – das personagens



centrais: as vítimas, seus familiares, os sobreviventes, a comunidade. Aqueles que representam e erguem vozes, clamando por direitos e memória das vítimas, dão um tom que merece ser ouvido – um tom que orienta prioridades, revela dores invisíveis, ilumina necessidades urgentes e redefine o modo como o Estado, as instituições, as empresas e os meios de comunicação devem agir.

São essas vozes e personagens que desenham o contorno humano da tragédia, que denunciam silêncios e negligências, que apontam caminhos para reparação e prevenção, e que lembram, todos os dias: nenhuma política pública, nenhum protocolo de saúde e nenhum processo de comunicação tem legitimidade se não partir, antes de tudo, da escuta ativa e respeitosa de quem perdeu, de quem sofreu e de quem continua lutando para que a vida siga em frente, protegida de verdade, e para que a memória não seja apagada.

Diante desta premissa, as equipes de suporte (resgate, atendimento médico-psicológico, comunicação etc.) adquirem papel preponderante em situações com inúmeras vítimas. Ações coordenadas e integração das equipes multidisciplinares de suporte são um grande desafio. É comum, dada a natureza caótica dos eventos, reações isoladas e sem visão de conjunto – o que compromete a eficácia das ações junto aos atingidos. Daí, a necessidade de planejamento prévio e atualizado dinamicamente.

A comunicação de caráter público assume papel central porque “tudo comunica”: as primeiras providências, os equipamentos utilizados, as ações de socorro, as falas de autoridades, os comportamentos das lideranças, inclusive o não-verbal, expressam, por si só mensagens e enviam recados para toda sociedade.

Quando o presidente da Vale, em audiência pública, na Câmara dos Deputados (15 fevereiro de 2019, menos de um mês após a tragédia), manteve-se sentado no momento em que todos ficaram em pé no auditório, para reverenciar 272 vidas perdidas, seu gesto adquiriu enorme significado.

A centralidade da comunicação decorre, ainda, da necessidade de manter a confiança, orientar ações de proteção e gerenciar a

percepção pública (e ser influenciado por ela). Em suma, tem papel estratégico na coordenação de respostas.

Sair do improviso e lidar com as reações e vivências dos atingidos

O início é naturalmente caótico. Existe uma situação a ser avaliada ainda, mas a primeira fala dos governos e empresas deve ser a da “disponibilidade”: providenciar equipes, tomar medidas concretas que o momento exige, enviar mensagens de consolo e – sobretudo – evitar o silêncio, que sinaliza descaso. Falar é um modo de agir (CHAPARRO, 2004), assim como o modo de agir também tem o poder de comunicar (CRAIG, 1999).

A informação – quando mal conduzida – pode gerar pânico (em Brumadinho, surgiram boatos de rompimento de outra barragem), espalhar desinformação (boa parte da cidade teria sido destruída), especulações (teria havido queima de explosivos na barragem, haveria muitos sobreviventes nas matas ao redor, etc.). São ruídos que podem comprometer a capacidade de coordenação entre autoridades e comunidade. Por outro lado, uma comunicação sensível e humanizada pode contribuir para fortalecer a resiliência comunitária e tornar a resposta mais legítima e aceitável.

Outra referência imprescindível convoca o olhar e as observações de profissionais da saúde que atuaram na linha de frente, principalmente logo nos primeiros momentos daqueles trágicos acontecimentos.

O psicólogo Rodrigo Nogueira aponta múltiplas reações e vivências da tragédia-crime de Brumadinho que sobrecarregam os familia-

res (além de amigos e pessoas próximas) de emoções devastadoras.

A primeira diz respeito aos que foram atingidos diretamente, seja com a morte de familiares ou que tiveram familiares desaparecidos, tragados por toneladas de lama e ainda não foram encontrados (obs. eram onze vítimas e atualmente dois corpos ainda não foram encontrados pelas equipes que vasculham a região atingida). Ao atuar em Brumadinho, Rodrigo ouviu paciente narrar que “sonha seguidamente com o filho correndo, tentando escapar da lama, e morrendo noite após noite”.

A segunda reação envolve a comunidade sensibilizada e traumatizada. Rodrigo escutou relatos assim: “Eu não fui atingido, a lama não chegou na minha casa, eu não perdi ninguém da família, eu não podia tá assim, mas eu só choro, não durmo, não como direito mais...”. Pacientes que se culpam e se responsabilizam, sem atentar que nesta história há um algoz (a empresa) que perpetrou o crime de negligenciar a vida – os demais personagens são vítimas.

O terceiro vetor de reação é a necessidade de ressignificar a existência e se reorganizar emocional e racionalmente diante uma brutal violência sem sentido. A necessidade de iniciar um novo ciclo, no entanto, deve admitir a permanência do sofrimento – e não diminuir e nem negar o vazio – e admitir também que há, por parte da comunidade atingida, uma luta incansável por respostas.

Em uma live realizada poucos meses após a tragédia, Rodrigo ressaltou, de modo particular, eixos conceituais e práticas fundamentais a partir do olhar das equipes de saúde (médicos, psicólogos e equipes do SUS – Sistema Único de Saúde/RASP – Rede de Assistência Psicossocial).

Os profissionais de saúde que atuaram após a tragédia de Bru-

madinho trabalharam em um cenário de sofrimento multidimensional, marcado por luto complexo, impactos comunitários e agravamento de condições econômicas-sociais pré-existent.

Do ponto de vista clínico e psicossocial, Rodrigo Nogueira observou dez quadros existenciais:

1. Luto prolongado e desestruturação emocional

O luto é prolongado e não se limita ao âmbito individual: ele é comunitário, coletivo e atravessa todo o território. A ruptura súbita das vidas e rotinas desencadeia angústia intensa, sensação de desamparo, dificuldade de projetar o futuro e sobrecarga emocional permanente nas famílias e sobreviventes.

Os profissionais percebem que esse luto não pode ser acelerado e nem suprimido. Qualquer tentativa institucional que enfatize “encerrar” a dor, “reconstruir” ou “resolver” a dor somente piora o sofrimento.

2. Interferências externas que agravam o sofrimento

Reparações financeiras imediatas criam uma falsa sensação de normalidade; a população passa a adiar a vivência do luto; emerge uma divisão social entre grupos de atingidos; há pressão para obter laudos psicológicos e atestados para comprovar sofrimento.

Essa lógica obriga as equipes a lidar com demandas artificiais, produzidas não pelo processo natural de cuidado, mas por exigências burocráticas-administrativas e jurídicas.

Reparações financeiras não substituem reconhecimento, escuta e cuidado. A gestão de emergências deve evitar práticas que minimizem o sofrimento ou tentam “virar a página” de forma artificial e apressada. A comunicação pública jamais deve adotar termos, posturas e expressões que possam soar como silenciamento da dor ou

apagamento social dos atingidos.

Atenção especial deve ser dada às narrativas de reparação. Indenizações que buscam transformar personagens que carregam revolta, sofrimento físico, abalo psíquico e revolta em seres “invisíveis”, podem patologizar ainda mais a dor. O suporte às vítimas e atingidos deve ser transparente sobre processos de reparação, mas de modo algum exigir que as famílias “comprovem” o sofrimento. Há graves consequências psicossociais negativas em modelos que exigem diagnóstico para acessar direitos.

3. Agravamento expressivo da saúde mental

O desastre intensificou quadros já existentes e desencadeou novos adoecimentos: transtornos ansiosos e depressivos; estresse agudo e crônico; descompensação de pacientes antes estáveis; aumento da automedicação, do uso de álcool e outras drogas; e acirramento de conflitos familiares. A ruptura da normalidade demanda sólidas redes de apoio.

Para as equipes, os adoecimentos exigem acompanhamento longitudinal e monitoramento contínuo. As equipes de comunicação e as equipes de saúde mental devem se alinhar para transmitir mensagens sobre cuidado, acesso a serviços e prevenção (orientar a população sobre sinais de sofrimento intenso e rotinas de cuidado).

4. Desafios para o SUS e a RAPS

O cuidado só é eficaz quando existem alguns pré-requisitos: o SUS deve ser reconhecido como coordenador das ações; existe apoio das redes estaduais, federais e de instituições especializadas; as equipes são ampliadas e recebem suporte técnico; novos protocolos são criados com rigor ético sob a perspectiva de acolhimento.

A necessidade é sempre de presença estável no território, não de

ações pontuais ou emergenciais isoladas. Neste sentido, a gestão de emergência deve estar integrada ao SUS (Sistema Único de Saúde) e à RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Recomenda-se reforçar a legitimidade das equipes do SUS como principais condutoras das informações e dos cuidados pós-desastre.

5. Estruturar cuidado psicossocial

Do ponto de vista técnico, as equipes vivenciaram que é essencial estabelecer um Plano de Ação em Saúde Mental específico, adaptado à extensão e características da tragédia.

Os profissionais reforçam que tragédias como Brumadinho exigem monitoramento de longo prazo, com forte integração entre políticas públicas e serviços comunitários.

6. Papel da comunicação para as equipes de saúde

A comunicação deve: validar sentimentos e sofrimentos; explicar à população como acessar cuidados; combater expectativas falsas de “cura rápida”; evitar discursos que pressionem famílias a provar ou justificar sua dor; alinhar narrativas com princípios do SUS, da RAPS e do cuidado territorial.

A comunicação sensível e técnica é vista como parte integrante do cuidado, não como uma tarefa externa às equipes.

Sob o prisma da saúde, a tragédia de Brumadinho revela que o cuidado em grandes emergências precisa ser contínuo, territorial, articulado e guiado por princípios éticos. O luto é coletivo, prolongado e vulnerável à interferência de interesses externos. O SUS e a RAPS devem ser fortalecidos, e a comunicação deve ser uma ferramenta de acolhimento, de validação da dor e de defesa dos direitos das populações atingidas.

7. Plano de Comunicação articulado a Plano de Saúde Mental



Comunicação deve ser prevista no Plano de Ação em Saúde Mental pós-desastre, incluindo: informações claras sobre serviços; campanhas educativas; orientações sobre apoio psicossocial; e comunicação de risco contínua.

A comunicação deve ser presencial e garantir fluxo de informações, escuta ativa e acolhimento. Indispensável manter canais permanentes com lideranças locais, associações de vítimas e movimentos de atingidos.

8. Prevenção da desinformação em contextos de divisão social

Estratégias de comunicação devem neutralizar tensões entre grupos (“quem não foi encontrado”, “quem sobreviveu”, “quem perdeu familiares”). Há graus diferentes de dor e sofrimento – todas devem ser respeitadas e tratadas adequadamente. As mensagens institucionais devem promover união, solidariedade e compreensão das diferenças de impacto.

9. Comunicação voltada para direitos e justiça

A saúde e o acolhimento devem se orientar pela defesa da vida, dignidade, reparação integral e responsabilização de quem causou o desastre. O suporte das equipes de saúde e comunicação deve ter como centralidade o apoio às organizações de atingidos e fortalecimento de sua autonomia sob a perspectiva de amplificar suas vozes.

10. Formação contínua das equipes

O suporte em situações de emergência demanda profissionais com capacitação para lidar com populações traumatizadas, linguagem sensível ao luto e mediação de conflitos comunitários. Isto requer, previamente, treinamento conjunto com equipes (saúde mental, buscas, comunicação, suporte administrativo etc.) para fortalecer a consistência do trabalho de atendimento às vítimas.

O que faltou em Brumadinho

Preliminarmente, cabe reforçar três conceitos centrais.

Para o filósofo e educador Paulo Freire, a raiz etimológica da palavra latina *communicare* (tornar algo comum, compartilhar), indica que os processos educativos e comunicacionais não são de transmissão pura e simples. De acordo com Freire, “a comunicação verdadeira não [...] está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado” (FREIRE, 1985, p. 46).

O sociólogo Dominique Wolton acolhe a comunicação como espaço de alteridade e distingue comunicar de informar, reforçando que a comunicação exige reciprocidade, em vez de algo unilateral como tradicionalmente são os processos de informação. Ao apostar no caminho da escuta, e não apenas na difusão de discursos, o autor francês cria o axioma para uma escuta ativa. “Comunicar é acei-

tar a existência do outro, o direito à diferença e, portanto, escutar antes de querer convencer.” (WOLTON, 2010, p. 45).

Por sua vez, Jesús Martín-Barbero critica os modelos tradicionais de comunicação que apagam e tornam invisíveis a complexidade das relações e práticas sociais. Não se trata de medir audiências, ou efeitos lineares, mas, sim, segundo Barbero, de entender a comunicação com um campo de disputas de sentido, onde o público negocia, aceita, resiste ou reinventa a mensagem. O autor adverte que reduzir a comunicação a transmissão e efeitos é empobrecer o processo, pois “importa compreender o que o público faz com os textos, mais do que apenas medir reações” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 292).

Os conceitos acima fundamentam uma comunicação que dialoga, reduz disparidades e rompe com assimetrias nas quais um polo (emissor) impõe o monopólio da fala, reduzindo o receptor a um ouvinte passivo e subordinado.

Considerando que “sem escuta não há comunicação”, cabe indagar, portanto, o que existe quando não há escuta? E o que o episódio de Brumadinho pode ensinar?

A pesquisadora Fiorenza Zandonade Carnielli, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisou a comunicação da Samarco e da Vale nos acontecimentos de Mariana e Brumadinho. Os achados da sua tese de doutorado apontam que a ação estratégica das organizações foi a tentativa de neutralizar, silenciar e pacificar as reações por meio de uso intensivo de discursos e narrativas de “imagem pública de organizações mineradoras reparadoras, inovadoras e desenvolvedoras”. A publicidade frequente, incessante, buscava camuflar a posição de causadoras das tragédias e de empreendedoras e representantes de uma mineração destrutiva.

A autora sustenta, como hipótese de seu estudo, que a comunicação resultante da ação estratégica das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale “caracteriza-se como cínica, o que significa desrespeitar a democracia quando um acontecimento, do âmbito econômico, desequilibra arranjos sociais e ambientais” (CARNIELLI, 2021).

A conclusão remete à advertência de Dominique Wolton: “a primeira condição da comunicação democrática é aceitar ouvir, inclusive aquilo que não corresponde às nossas próprias convicções.” (WOLTON, 2006, p. 88).

De acordo com os estudos de Carnielli (2021), apesar dos esforços transmitidos pelas mineradoras, muito voltados para um marketing da autopreservação, as iniciativas não foram suficientes para garantir o amplo direito à informação da sociedade, visto que, os pilares da comunicação foram colocar a defesa da reputação em primeiro plano, acima de todos os demais fatores humanos, sociais e ambientais envolvidos nas tragédias (CARNIELLI, pp 22-14).

Na contramão desse marketing de autopreservação, há contextos em que autoridades públicas assumem, de forma explícita, a lógica da accountability: reconhecem falhas, dizem que não fizeram o bastante, pedem desculpas e se colocam sob escrutínio – inclusive para abrir mudanças institucionais e regulatórias.

Um exemplo europeu recente vem da Suíça, após o incêndio mortal no bar Le Constellation, em Crans-Montana, na noite de Ano Novo. Embora reativas no primeiro momento, em entrevista coletiva e declarações subsequentes, autoridades municipais reconheceram publicamente falhas de fiscalização (o bar teria passado anos sem inspeções periódicas de segurança), e houve manifesta-

ção de assunção de responsabilidade e pedido de desculpas por omissões – o que desloca o foco da “gestão de reputação” para a admissão do dever de prevenir e proteger.

O prefeito de Crans-Montana, Nicolas Féraud, e a vice-prefeita, Nicole Bonvin Clivaz, admitiram publicamente que o estabelecimento não recebia inspeções de segurança contra incêndio desde 2020. Em um pronunciamento carregado de emoção, Clivaz pediu desculpas às famílias, reconhecendo a “falha” e a “responsabilidade moral” da administração municipal, afirmando: “Fizemos erros e agora faremos o que é certo”.

No caso da Noruega, o ataque de 22 de julho de 2011 na ilha de Utøya (77 jovens mortos), mostra que é possível assumir responsabilidades, mesmo em situações delicadas. Ali, a dimensão do trauma coletivo foi seguida por um processo duro de avaliação pública do Estado. Dirigentes da segurança pública chegaram a fazer um gesto incomum: a polícia pediu desculpas pela demora e por não ter conseguido impedir a tragédia a tempo, reconhecendo insuficiências na preparação e na resposta. No relatório sobre o atentado, a administração pública da Noruega admite que os gestores públicos cometeram falha grave ao não identificarem e nem reconhecerem o quadro de riscos: “falharam em não transformar conhecimento em medidas preventivas eficazes”. Não faltava informação, faltou decisão, interpretação correta da realidade e ação.

Esse tipo de pronunciamento é importante porque, em vez de “explicar” e encerrar, ele abre para a obrigação de mudança (procedimentos, comando, prontidão, interoperabilidade) e reforça a ideia de que a comunicação, em crise, deve priorizar verdade, responsabilidade e reparação – e não “blindagem” dos poderosos.



Comunicação de más notícias em situações de emergência

CAPÍTULO 2

Ser escutado é o primeiro gesto de reconhecimento: é quando a dor deixa de ser invisível e passa a existir no mundo.

O colapso da Barragem da Vale em Brumadinho tornou-se um caso emblemático no Brasil, e também internacionalmente, ao levar em conta alguns fatores como a proporção da tragédia (o maior desastre com vítimas trabalhadores no País), os danos ambientais (poluição do Rio Paraopeba e nascentes) e os desafios do sistema de resposta associados aos extensos e graves impactos humanitários e sociais.

As primeiras notícias e condutas de comunicação

No âmbito da administração estadual, o governo de Minas Gerais decretou situação de calamidade pública e constituiu gabinete de crise para coordenar as ações emergenciais. Já a empresa Vale sofreu pressão intensa para fornecer informações rápidas, tranquilizar familiares, responsabilizar-se e restabelecer credibilidade. Mas este desafio não foi bem sucedido como veremos nos próximos tópicos.

Hora zero (logo após o rompimento)

- Pouco depois dos acontecimentos, a Vale emitiu comunicado institucional informando que “ocorreu, no início da tarde de hoje, o rompimento de uma barragem na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho”.

- No mesmo dia, por meio de nota, a Vale informou que havia equipes de resgate no local, solicitou cautela e disse estar mobilizando recursos.

- Entre os primeiros pronunciamentos públicos, o presidente da Vale afirmou que muitos funcionários da empresa estavam entre os atingidos e admitiu que o número de vítimas poderia crescer.

- A Vale ativou uma “controladoria de crise” e contou com auxílio de consultorias especializadas para apoiar sua comunicação.

- O então diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse à imprensa que “houve um rompimento muito rápido, e o problema é que a sirene que ia tocar foi engolfada pela queda da barragem”. Poucos dias depois, uma reportagem da Folha de S. Paulo (06 de fevereiro 2019) contrariou a fala de Schvartsman, afirmando que ao menos duas sirenes estavam intactas e, inclusive, soaram dois dias após a tragédia

- Nesse momento inicial, a comunicação da empresa teve caráter de reconhecimento do fato perante a sociedade e adotou os princípios de “ser rápido e frequente” nas informações.

Primeiras 24 a 48 horas

- Nas primeiras 24 a 48 horas, houve intensa cobertura midiática. A velocidade da mídia superou o ritmo do Poder Público e da empresa.

- O Corpo de Bombeiros tornou-se uma espécie de “porta-voz” sobre informações de busca, resgate e corpos encontrados.

- O governo estadual de Minas Gerais criou um gabinete de crise, mobilizou Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, secretarias estaduais e municipais, e procurou centralizar a coordenação das ações

emergenciais. O governador informou luto oficial e cancelou compromissos.

- A prefeitura de Brumadinho também participou da coordenação de resgate, atendimento à população e comunicação local, mas enfrentou escassez de infraestrutura e recursos.

- O Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual acompanharam, solicitaram relatórios e exigiram transparência nas ações da empresa e das autoridades. Agiram, preventivamente, solicitando, ao Judiciário, o bloqueio de recursos da Vale.

- Em 26 de janeiro de 2019, a Juíza Perla Salvio Brito, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte (MG), acatou pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e determinou o bloqueio de R\$ 5 bilhões nas contas da Vale.

- O bloqueio foi pedido e foi deferido para garantir recursos capazes de assegurar medidas emergenciais e a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem, incluindo: suporte às comunidades e famílias atingidas; medidas de recomposição socioeconômica e ambiental; e garantias de atendimento às necessidades imediatas provocadas pelo desastre

- Alguns familiares das vítimas relataram, em entrevistas, dificuldades em localizar entes queridos, falta de informação clara sobre os mortos, desaparecidos e sobre as operações de resgate.

- Na mídia nacional, houve questionamentos sobre os laudos de segurança da barragem e avisos prévios não atendidos. Alguns veículos criticaram lentidão nas respostas e falta de clareza nos dados divulgados, ou seja, falta de transparência com o que se sabe e com aquilo que não se sabe.

- Em 28 de janeiro de 2019, a Vale instalou sua base de operações

na Estação do Conhecimento, em Brumadinho, centralizando naquele espaço a divulgação dos cronogramas de resgate e reparação.

Primeira semana e relações com a comunidade

- A mineradora contratou consultorias especializadas para assessorar no relacionamento com stakeholders e comunicação institucional.

- Em seu site, a Vale estruturou uma seção específica sobre o rompimento da barragem em Brumadinho, concentrando comunicados oficiais, atualizações, relatórios corporativos, listas de pessoas desaparecidas e canais de contato para familiares e comunidade, configurando um dispositivo próprio de comunicação da empresa sobre o desastre.

- Entretanto, as críticas foram intensas: entidades dos atingidos e movimentos sociais acusaram a Vale de priorizar a imagem pública em detrimento da atenção individual às famílias, de imposição de medidas emergenciais sem participação comunitária e de comunicação rígida, pouco flexível às demandas locais.

- Um estudo da cobertura do portal UOL/Folha de S. Paulo analisou como a narrativa institucional da Vale e a cobertura jornalística interagiram nos primeiros dias, observando que os comunicados da empresa buscavam reforçar controle do cenário e evitar pânico, mas nem sempre alinhados às expectativas da comunidade ou das famílias (apresentado no XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís/MA – 30/05 a 01/06/2019, realizado pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)

- O artigo “As mãos dos acionistas estão sujas de lama: a comu-

nic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG” afirma que a comunicação da empresa buscou “recuperar reputação institucional”, mas frequentemente utilizou linguagem burocrática, foco em processos organizacionais, métricas e minimização de aspectos humanos, o que gerou desconfiança em parte da opinião pública. O trabalho, de autoria de Jéssica Cristina Ceni e Natália Rese, foi apresentado no XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022. Em resumo: a comunicação da Vale priorizou a linguagem corporativa ou de reputação, menos focada em dor humana ou vulnerabilidade local.

- O relacionamento com os familiares foi especialmente sensível: muitos parentes de vítimas reclamaram de dificuldade de acesso a informações consistentes, atendimento humano (visto que recebiam atendimentos orientados para defender a empresa) e ausência de coordenação institucional entre empresa e governo.

- É muito difícil, no meio da crise, integrar comunicação com serviços de saúde (hospitais, equipes de atendimento emergencial e psicossocial). Estes protocolos e órgãos que atuaram em rede precisam ser previamente definidos para dar conta de tarefas essenciais como informar sobre a evolução do quadro das vítimas hospitalizadas, apontar necessidades de recursos e definir protocolos de identificação. Relatos dos familiares indicam lacunas de alinhamento, atrasos e falhas de comunicação entre equipes técnicas e familiares.

- Uma das lacunas diz respeito ao estado do corpo das vítimas. Tamanha foi a violência, que as ondas de detritos minérios despeçaram os corpos. Daniela Arbex, em seu livro, lançado em Brumadinho em 2022, relata “que de janeiro de 2019 até agora, 950



Integrante do Corpo de Bombeiros transmitindo informações na primeira noite após o rompimento.

segmentos corpóreos foram identificados. Houve casos de os bombeiros encontrarem 15 partes de uma mesma vítima”. Os parentes da vítima não tinham a dimensão do que aconteceu.

- Apesar do esforço notável do IML, os fragmentos de restos mortais mantidos nos frigoríficos demandariam uma comunicação e acolhimento específico – muitos parentes recebiam telefonemas lacônicos ou sem detalhamentos, quando, na verdade, tal protocolo exigiria uma conversa reservada com os familiares – as perdas eram de mães, pais, filhos, maridos, esposas, irmãos.

A impossibilidade de velórios integrais e a entrega fragmentada de restos mortais são, de fato, dois dos aspectos mais violentos e menos discutidos da tragédia do rompimento da Mina Córrego da Feijão, da Vale – tanto do ponto de vista humanitário, quanto do sistema de resposta e atendimento aos familiares.

A dinâmica física do desastre – onda de rejeitos de altíssima den-

sidade, velocidade e temperatura, combinada à presença de estruturas metálicas, veículos, prédios e máquinas – produziu um padrão extremo de dilaceração corporal, raríssimo mesmo em outros grandes desastres.

Segundo registros oficiais do Corpo de Bombeiros e do Instituto Médico Legal (IML) de Minas Gerais, uma parte significativa das 272 vítimas não teve o corpo localizado de forma íntegra. Em dezenas de casos, os familiares receberam:

- segmentos corpóreos isolados (membros, ossos, tecidos);
- fragmentos identificados meses ou anos depois do desastre;
- várias entregas da mesma vítima (em diferentes datas).

Quando uma única vítima gera mais de uma dezena de partes identificáveis significa que, para muitas famílias, o luto nunca se encerrou: ele foi sendo reaberto a cada novo telefonema do IML.

A ausência de velório

Do ponto de vista antropológico, psicológico e comunicacional, o velório cumpre funções essenciais, como: reconhecimento público da morte; ritual de despedida; elaboração simbólica da perda; validação social do sofrimento.

Em Brumadinho, centenas de famílias não tiveram velório tradicional. Em muitos casos não houve corpo, houve apenas um caixão lacrado, sepultamento de fragmentos mínimos, sem possibilidade

de reconhecimento visual.

Isso produz um fenômeno descrito por psicólogos do luto como “luto suspenso”, “luto congelado” ou “luto sem corpo”. Neste processo, a mente não consegue confirmar a morte de forma plena. Esta dificuldade mantém o enlutado em estado permanente de espera, incredulidade ou negação.

Flávia Coelho, perdeu o pai Olavo Henrique Coelho (63 anos). Segundo matéria publicada no jornal Estado de Minas (16 fevereiro de 2019), Olavo foi o responsável pelo mais contundente alerta sobre o risco de rompimento da Barragem 1, em Brumadinho”. Infelizmente, foi vítima da tragédia que ele mesmo previu. De acordo com o jornal “as investigações mostram que Olavo Henrique Coelho, considerado o mais antigo funcionário da mina, disse há cerca de sete meses à chefia, a um técnico e a um gerente que todo o pessoal deveria ser retirado do Córrego do Feijão, porque a barragem não tinha conserto”.

Sobre a perda, Flávia conta sobre o pai: “O homem que me carregou nos braços, o homem que me carregou a vida toda, eu carreguei ele numa caixinha menor do que uma caixa de sapatos”. Em depoimento, emocionada ao portal do Estado de Minas, ela explicou que recebeu apenas uma parte do braço do pai.

Jhennefer Siqueira (24 anos), filha de uma das vítimas da tragédia de Brumadinho, emocionou internautas ao postar um vídeo (republished pelo Portal Terra). No depoimento, ela reflete sobre o luto vivido pela família após a perda do pai, João Tomaz de Oliveira (46 anos) e relata que, seis anos após a perda, participou da inauguração do Memorial de Brumadinho que presta homenagem às 272 vítimas do rompimento da Mina Córrego do Feijão. Para Jhennefer, foi a

única oportunidade de velar o pai, cujo corpo nunca foi recuperado.

“Durante as buscas que ocorreram, acho que depois de uns oito, dez meses [...] encontraram um osso do meu pai. Foi a única coisa que informaram pra gente”, contou no vídeo. Ela lembrou da expectativa por um milagre nas primeiras horas, após a tragédia, e o momento em que teve certeza de que o pai não voltaria mais – foi quando, tempos depois, a família recebeu a mochila, a chave de casa e o celular do pai.

Outro ponto crítico, portanto, foi o modelo de comunicação institucional adotado: contatos telefônicos curtos e burocráticos, ausência de preparo emocional dos agentes, linguagem técnica e fria, pouca ou nenhuma mediação psicológica.

Família relata que recebeu ligações do tipo:

“Foi encontrado um fragmento compatível com seu parente. Deseja realizar a retirada?”

Esses telefonemas não informavam o estado do material e ignoravam as implicações emocionais e as alternativas simbólicas possíveis do funeral.

Ou seja, tratou-se erroneamente de um procedimento administrativo aplicado a um momento de devastação existencial.

Um dado extremamente relevante – e pouco explorado – é que algumas famílias se recusaram, inicialmente, a enterrar partes dos corpos das vítimas. Entre os motivos relatados, estão:

- sensação de “enterrar um objeto, não uma pessoa”;
 - incapacidade emocional de lidar com a mutilação simbólica;
 - esperança de que outras partes ainda fossem encontradas;
 - percepção de que seria uma forma de “normalizar o absurdo”.
- Isso gerou situações como o fato de restos mortais ficarem por

longos períodos no IML, o adiamento indefinido de rituais e conflitos familiares sobre o que fazer com os fragmentos.

Do ponto de vista dos direitos humanos, esse processo configura o que vários pesquisadores chamam de violência institucional secundária ou “revitimização”: o desastre mata; a forma como o Estado comunica, entrega e administra os corpos aprofunda a dor e produz novas camadas de sofrimento.

No rompimento da mina da Vale, isso se expressou em:

- ausência de protocolo específico para luto coletivo extremo;
- falta de equipes especializadas em comunicação de morte;
- inexistência de rituais públicos alternativos propostos pelo poder público;
- tratamento dos restos mortais como “evidência pericial”, não como pessoas.

Esse caso sustenta, com força empírica, uma tese central: em desastres com mutilação corporal, a comunicação não pode ser apenas informativa; ela é, necessariamente, clínica, ética, ritual e atenta aos aspectos simbólicos.

Não se trata apenas de “entregar um resultado pericial”, mas de uma resposta que requer, das equipes na linha de frente, preparo emocional, explicações didáticas sobre o que será entregue, reconhecer o caráter inumano da situação e criar espaços de escuta.

No caso da Barragem B1, da Vale, faltaram protocolos humanos para lidar com corpos. E isso transformou a busca por justiça também numa luta pela dignidade dos mortos.

E como devem ser estes protocolos? Essa é uma das perguntas mais difíceis e mais centrais para qualquer sistema de resposta a desastres: o que é uma boa prática quando não há corpo, quando há

apenas fragmentos, quando o ritual básico da humanidade – velar – se torna impossível?

A resposta honesta é que não existe protocolo simples, mas existem princípios éticos, comunicacionais e clínicos já consolidados internacionalmente para esses cenários extremos, como acidentes aéreos, atentados, tsunamis, guerras e grandes deslizamentos. O ponto de partida é reconhecer algo fundamental: em situações de fragmentação corporal, o problema não é técnico, é humano, simbólico e relacional.

A primeira boa prática é mudar o enquadramento institucional, abandonar o modelo no qual restos mortais são tratados como material pericial e adotar um modelo ético no qual restos mortais são reconhecidos como pessoas; substituir o procedimento administrativo por um ato clínico-comunicacional; abandonar a comunicação por telefone e adotar a comunicação presencial; trocar a linguagem técnica por linguagem humana; e deslocar a ênfase de simplesmente “entregar” para efetivamente “cuidar”. Enquanto o sistema tratar fragmentos como prova, ou “restos” a serem preservados, ele produzirá violência; quando passar a tratá-los como “pessoas”, tudo pode mudar.

Em casos de fragmentação corporal, a comunicação e acolhimento deve seguir a lógica dos protocolos de más notícias, e não a lógica administrativa. Isso implica reconhecer que nunca se deve realizar telefonemas frios, avisos lacônicos, comunicações periciais sem mediação, ou contatos sem explicação prévia.

A boa prática exige comunicação presencial, mediada por profissional treinado, como psicólogo, assistente social ou médico, em ambiente reservado, com tempo para escuta, possibilidade de

acompanhante e preparação emocional da família.

A sequência recomendada é preparar emocionalmente, explicar o contexto da fragmentação, descrever com cuidado o que foi encontrado, oferecer opções, como enterrar, aguardar ou realizar rituais simbólicos, e respeitar a decisão sem qualquer tipo de pressão. Trata-se de compreender que a entrega de restos mortais não é um procedimento técnico, mas um evento psicológico de altíssimo impacto.

Outra boa prática central é o reconhecimento do direito à escolha. Nos protocolos internacionais de desastres extremos, a família tem direito a aceitar ou não receber fragmentos, decidir se quer enterrar, aguardar novas identificações ou optar por rituais simbólicos. Não existe obrigação moral de enterrar pedaços, e o Estado não pode impor tempo, formato ou encerramento do luto.

Quando não existe corpo, o sistema deve oferecer rituais públicos substitutivos. Isso inclui cerimônias coletivas de memória, entregas simbólicas com nome, foto ou objeto, memoriais físicos, atos inter-religiosos, livros de presença e espaços permanentes de homenagem. A função disso é antropológica: se não há corpo, o ritual se torna o corpo simbólico da despedida. Sem isso, o luto permanece suspenso, congelado, sem possibilidade de elaboração.

Como dito antes, a ausência de rituais produz o que a psicologia do trauma descreve como luto sem fechamento, no qual a mente não consegue confirmar plenamente a morte e mantém o enlutado em estado de espera, incredulidade ou negação.

Outra dimensão essencial da boa prática é o acompanhamento longitudinal. Em casos como o da Barragem da Vale, em Brumadinho, o luto não é evento, é processo de anos. Portanto, a resposta adequada implica acompanhamento psicológico continuado, equi-

pes fixas de referência, contato ativo e não apenas reativo, preparação prévia antes de cada nova identificação e cuidado especial para não reativar o trauma de forma abrupta. Não se trata de simplesmente informar que um fragmento foi encontrado, mas de criar um processo comunicacional que prepare, explique, escute e respeite os tempos subjetivos de cada família.

Em termos técnicos, acompanhamento longitudinal é um modelo de atenção contínua, no qual a pessoa ou o grupo não é atendido apenas em um episódio isolado (por exemplo, no dia do desastre, no momento do óbito ou na primeira entrega de informações), mas permanece vinculado a uma equipe, a um serviço ou a uma política pública por um período prolongado, com monitoramento, escuta, intervenções e suporte que se adaptam às diferentes fases do processo vivido.

No contexto de desastres com mortes, e especialmente em situações de luto extremo, fragmentação corporal e ausência de rituais, acompanhamento longitudinal significa reconhecer que o sofrimento não é um evento agudo e curto, mas um processo psicológico, social e existencial que se estende por meses ou anos. O impacto inicial da perda não se esgota no momento da notícia; ele se transforma ao longo do tempo, reaparece em datas simbólicas, se reconfigura em aniversários, audiências judiciais, novas identificações de restos mortais, mudanças familiares, processos de adoecimento físico e mental.

Diferentemente do modelo tradicional, que é reativo e episódico – no qual o sistema só age quando há uma nova demanda, uma nova ocorrência ou um novo documento – o acompanhamento longitudinal pressupõe presença continuada, vínculo e previsibi-

lidade. Isso implica que as famílias tenham referências estáveis de profissionais e serviços, saibam a quem recorrer, não precisem recontar sua história a cada atendimento e sejam acompanhadas mesmo quando não há uma “ocorrência nova” visível.

No caso dos familiares das 272 vidas ceifadas, o acompanhamento longitudinal significaria que cada família teria uma equipe de referência, com psicólogo, assistente social e mediador institucional, que acompanharia sua trajetória ao longo dos anos, preparando-a para novas informações, oferecendo suporte antes e depois de cada contato com o sistema pericial, monitorando sinais de adoecimento psíquico, mediando conflitos e ajudando na elaboração simbólica da perda. Não seria apenas para dar a “má notícia da confirmação da morte”, ou “atender a família quando encontra um fragmento”, mas sustentar uma relação de cuidado no tempo.

O sofrimento humano tem temporalidade dinâmica. Políticas públicas não podem operar apenas na lógica do evento, do choque e da emergência. Em situações de trauma coletivo, é fundamental reconhecer que o atendimento aos familiares e atingidos não é um ato isolado, mas um percurso; não é uma resposta, mas um processo; não é um serviço pontual, mas uma responsabilidade contínua do Estado e das instituições frente às pessoas atingidas.

Em síntese, acompanhamento longitudinal é a tradução institucional de uma ideia ética simples: não abandonar depois da primeira resposta. É assumir que cuidar não é intervir uma vez, mas, sobretudo, permanecer, sustentar, acompanhar e reconhecer que o tempo do luto é muito mais longo do que o tempo da burocracia. Sem falar, no caso brasileiro, dos longos e intermináveis ciclos dos processos de responsabilização na esfera do Judiciário – visto que a

Justiça é pilar central na construção das emoções dos familiares e na elaboração, inclusive, do luto.

O que se evidencia, nesses casos, é a necessidade de um protocolo público brasileiro específico para luto em situações de grande extensão de vítimas e em desastres sem corpo. Um protocolo desta natureza deveria articular:

- dimensão técnica, com identificação forense humanizada;
- dimensão clínica, com psicologia do trauma e psiquiatria do luto;
- dimensão comunicacional, com linguagem não violenta, transparência e sem viés de marketing;
- dimensão simbólica, com rituais públicos, memoriais e datas coletivas de lembrança.

Sem essa articulação, o sistema tende a deixar desassistida exatamente a dimensão mais crítica: a experiência humana da perda.

A boa prática nesses casos se resume, portanto, em um princípio ético fundamental: quando não é possível cuidar do corpo é obrigação do Estado cuidar da dor. Brumadinho mostrou exatamente o inverso: o sistema cuidou da perícia, mas abandonou a experiência humana do luto e o sofrimento daqueles que não puderam se despedir de seus entes queridos.

O que funcionou, o que falhou e os desafios enfrentados

Com base nos estudos existentes e na visão de associados e dirigentes da AVABRUM, podemos apontar alguns acertos e deficiências comunicacionais em Brumadinho:

Principais acertos:

- Embora no tom inadequado (“a minha reputação em primeiro lugar” e o “resto vem depois”) a Vale reagiu rapidamente com nota oficial e reconhecimento público do ocorrido, o que é compatível com o princípio de comunicação rápida.

- A comunicação do Corpo de Bombeiros foi assertiva, com foco nas operações e respeito aos familiares.

Principais falhas:

- A mulher entrevistada do artigo “Vale tudo: As estratégias de atuação da Vale após o desastre-crime da barragem de Córrego do Feijão”, ao falar dos dias seguintes ao rompimento da barragem, afirma que teve a sensação de que o “Estado simplesmente não existia naquele local, pois quem estava à frente de tudo era a Vale” (MELO; GUIMARÃES, 2023, p.12). Ela destaca que compreendia que ali (na área atingida, independentemente de ser privada) era um espaço de isolamento por conta dos resgates, do trabalho de equipes de resgate e onde estavam os bombeiros. Era um local justamente de atuação do poder público, mas que, no trato com as pessoas, a Vale tinha assumido a situação”. Esse artigo foi publicado na Revista de Administração Mackenzie, 2023.

- No mesmo artigo, outro problema: a descoordenação do Poder Público. O entrevistado, um agricultor local, dá uma ideia do desgaste cotidiano das pessoas atingidas e que tiveram que lidar com as perdas produzidas pelo desastre. Em geral, ficam à mercê de burocracias institucionais que não resolvem a situação de maneira efetiva. Eis o relato: “Fui no Ministério Público, mandou pra Defensoria Pública, fui na Defensoria Pública, mandou procurar os advogados. Eu tinha um advogado, tô aguardando ele aqui em casa,

pra ele entrar com a liminar na justiça pra voltar a fornecer alimento pro gado e ver se ameniza o meu prejuízo. Eu tinha uma irrigação que molhava a capineira que alimentava o gado, e não pude mais molhar. O gado começou sentir, perdi animais, tive que vender outro pra ir cobrindo despesas, minha vida virou de ponta-cabeça e não é só eu não. O Zé [um agricultor vizinho] abriu a propriedade pra Vale guardar as coisas, virou um depósito lá, e também não reconhecem. Durante um ano forneceram alimento pro gado, depois parou de fornecer e falou: “Ó, a partir de agora é naquele escritório de advogados para nos indenizar”.

- Desalinhamento entre entidades: empresa, governo estadual e municipal emitiram versões divergentes sobre cronograma, prioridades ou condições de segurança.

- Falta de personalização no atendimento às famílias: Muitas queixas de familiares ressaltam não terem sido informados diretamente, além da ausência de canal humano próximo e lentidão no atendimento das demandas individuais.

- Baixa participação comunitária: Decisões de ações emergenciais e cronogramas foram muitas vezes anunciadas às comunidades sem ampla consulta ou envolvimento prévio dos líderes locais.

- No caso do acordo firmado entre o Governo de Minas Gerais e a Vale, a baixa participação comunitária revela uma fragilidade estrutural do processo de reparação: decisões centrais sobre prioridades, cronogramas e destinação de recursos foram negociadas majoritariamente em instâncias institucionais e técnicas, com limitada escuta prévia das comunidades atingidas e de suas lideranças. Ainda que o acordo tenha buscado dar respostas rápidas e juridicamente seguras, seu desenho reproduz uma lógica vertical, na qual

os principais sujeitos do dano – familiares das vítimas e populações diretamente impactadas – foram mais informados do que efetivamente envolvidos na construção das soluções. Isso compromete não apenas a legitimidade democrática do pacto, mas também sua eficácia social, pois políticas de reparação definidas sem participação substantiva tendem a desconsiderar necessidades concretas, dinâmicas territoriais e formas locais de elaboração do luto, transformando um processo que deveria ser de reconstrução coletiva em mera execução administrativa de decisões tomadas à distância pelo Estado e pela empresa responsável.

- **Desafio na comunicação técnica e científica:** explicações sobre causa, estabilidade da barragem, monitoramento, perícias foram complexas e mal traduzidas para linguagem acessível. Isto se estende também para informações a respeito dos segmentos corpóreos encontrados das vítimas.

- **Gestão de expectativas e incertezas:** não raro, promessas foram feitas (exemplos: prazos de busca, recuperação de corpos) que depois precisaram ser ajustadas, gerando ressentimento. A entrada de equipe israelense especializada em resgates também gerou ruídos.

- **Integração com profissionais de saúde:** equipes de saúde emergencial nem sempre receberam informações completas ou sincronizadas, afetando a comunicação com familiares.

Comunicação com profissionais de saúde na linha de frente

Um ponto de atenção a ser considerado em guias ou em manuais de comunicação de desastre é como promover trabalho integrado

de comunicação.

Apesar da noção correta de nomear porta-vozes para a mídia, é essencial compreender o quanto as equipes de resposta comunicam amplamente para outros públicos, também formadores de opinião: com seus pares, com seus familiares e, sobretudo, com familiares e atingidos.

Envolver profissionais do sistema de resposta em emergências de grande escala (médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos, equipes de resgate) no papel de comunicar não é tarefa simples. Entretanto, esta rede de profissionais especializados no suporte e apoio exerce papel central como comunicadores, interlocutores e canais de informação direta para a população.

A prática geral de atuação em emergências aponta um conjunto de ações como relevantes, entre as quais:

1. Preparar protocolos de comunicação interna: equipes de suporte e assistência médica devem ter acesso a informação confiável (via briefings regulares, boletins internos) para que transmitam mensagens consistentes aos pacientes e familiares.
2. Integrar comunicação na saúde com comunicação pública: coordenar os porta-vozes de saúde com a comunicação pública, evita contradições entre o que hospitais informam e o que a autoridade pública divulga.
3. Designar “embaixadores de saúde” ou porta-vozes clínicos: escolher profissionais (ou equipes) dedicados a responder dúvidas médicas públicas, participando de coletivas ou canais informais (vídeos, redes sociais).
4. Facilitar comunicação com familiares de vítimas: nos hospitais, no Instituto Médico Legal, além de órgãos de suporte jurídico

co (Ministério Público, Defensoria Pública etc.) – o Poder Público precisa disponibilizar canais claros de atendimento, informações atualizadas e apoio psicológico com comunicação sensível.

5. Uso de meios digitais internos: sistemas que não conversam entre si já causam ruídos, imagine em situações emergências. Deve-se criar ou revisar aplicativos, sistemas de mensagem segura ou grupos internos para atualização rápida entre todas as equipes (resgate, saúde, autoridades etc.)

Durante a emergência em Brumadinho, há relatos de dificuldades nas trocas de informações entre equipes de resgate, hospitais e familiares, o que sugere que as recomendações acima são mais do que relevantes. Por exemplo, os familiares reclamaram de atraso e falta de clareza em descobrir se um ente querido estava em determinado hospital ou havia perdido a vida. Esse tipo de lacuna pode causar desconfiança e sofrimento adicional.

Em resumo: os profissionais de saúde não devem ser vistos apenas como “executores técnicos”, mas como atores de comunicação – capazes de transmitir confiança, informações médicas e orientações psicológicas adequadas e empatia – portanto, bem integrados à estratégia geral e às estruturas de comunicação de emergência.

O que fazer e o que não fazer: lições práticas

Inspirado na experiência do colapso da barragem da Vale, em Brumadinho, nos princípios de gestão emergencial e com as premissas técnicas dos profissionais do sistema de resposta que atuam na linha de frente, é possível esboçar o quadro a seguir:

FATOR	FAZER	NÃO FAZER
Transparência	Explicar o nível de conhecimento, esclarecer incertezas, prometer revisões se novas informações surgirem.	Omitir ou esconder dados.
Comunicação com famílias	Designar equipes ou canais exclusivos para atendimento a familiares (informações personalizadas, sensíveis).	Tratar familiares como público genérico, usar apenas canais massivos sem atenção individual diferenciada.
Participação dos familiares de vítimas e comunitária	Envolver familiares de vítimas, líderes locais, ouvir demandas, incorporar feedback às ações e cronogramas.	Anunciar decisões emergenciais sem consulta ou diálogo com familiares e comunidade local.
Coerência institucional	Coordenar comunicados no qual o Poder Público esteja no comando das respostas.	Permitir mensagens díspares entre entidades, sem alinhamento ou supervisão central.
Comunicação técnica/científica	Traduzir os resultados de perícias e laudos em termos compreensíveis, disponibilizar relatórios detalhados com explicações.	Divulgar apenas relatórios técnicos sem suporte explicativo, ou não disponibilizar dados de base.
Integração com saúde	Estabelecer comunicação interna entre hospitais, resgate e central de crise; treinar porta-vozes médicos; dar informações hospitalares claras aos familiares.	Deixar hospitais isolados do sistema oficial de comunicação, gerando discrepâncias entre relatórios médicos e versões de autoridades
Gerenciamento de expectativas	Cautela ao prever prazos, explicitar que datas e números podem mudar conforme as investigações evoluem.	Fazer previsões definitivas e depois reagir, gerando frustrações ou acusações.
Empatia e sensibilidade	Reconhecer dor e sofrimento dos familiares de vítimas, da população, humanizar as mensagens, usar tom respeitoso e compassivo.	Adotar tom excessivamente institucional ou frio, ignorar aspectos emocionais da tragédia.
Avaliação e ajuste	Monitorar canais, ouvir críticas, ajustar estratégia comunicacional conforme feedback.	Manter plano rígido sem avaliar reações públicas ou impacto da comunicação.

Ninguém pode ficar de fora ou deixado para trás. O núcleo central dos acontecimentos inclui todos os atingidos e a comunidade afetada. No entanto, pais e mães que perderam filhos, filhos que ficaram órfãos, famílias cujos cônjuges perderam a vida, em suma, os enlutados necessitam de protocolos humanizados e uma atenção especial.

Definir como público-alvo estratégico os familiares que perderam entes queridos ou que foram hospitalizados não exclui o atendimento adequado e nem a segmentação de públicos – devem estar presentes nos aspectos de comunicação e acolhimento, por exemplo, os grupos vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com deficiência etc.), moradores rurais (afetados pela perda da atividade econômica etc.).

Com base nas lacunas expostas na gestão do rompimento da Barragem da Vale, em Brumadinho, cabe reforçar o valor e o acerto de assegurar atendimento personalizado às famílias de vítimas, feridos, sobreviventes e dos não encontrados. Este grupo social exige atenção institucional dedicada, para evitar sensação de desamparo e desrespeito à dor.

Canais e estrutura de suporte: a gestão do Espaço de Acolhimento e do Centro de Informações



Na primeira noite
após o rompimento,
familiares em busca
de informações

3 CAPÍTULO

Em contextos de desastre e tragédia coletiva, os espaços de acolhimento e informação cumprem papel essencial na mediação entre dor, desorganização social e início da reconstrução. Esses espaços não são apenas recursos logísticos: são dispositivos de bem-estar e sinalizam proteção social. Estruturas de suporte, acolhimento e informação são elementos-chave na interseção entre comunicação, saúde e gestão de riscos (WHO, 2017).

Em eventos de grande magnitude, como o rompimento da barragem em Brumadinho (2019), a resposta imediata depende da capacidade do Estado de instituir canais e estruturas de suporte que funcionem como porta de entrada para os encaminhamentos em saúde e assistência social, assegurando transparência, confiabilidade das informações e respeito às famílias (FIOCRUZ, 2020).

Ao analisar a gestão do espaço de acolhimento e do centro de informações em Brumadinho, com base em documentos técnicos, diretrizes internacionais e, especialmente, nos depoimentos de Helena Taliberti e Wagner Taliberti (no tópico seguinte) constata-se um vício de origem no modelo adotado: a própria empresa responsável pelo desastre assumiu papel central no atendimento às vítimas e aos familiares. Essa configuração compromete a credibilidade do processo, pois situações dessa natureza exigem protagonismo institucional pautado pela neutralidade e pela confiança pública. O poder público, quando estruturado de forma adequada e com atuação multidisciplinar, reúne condições mais legítimas para exercer esse papel, garantindo escuta imparcial e resposta socialmente respon-

sável às demandas das comunidades atingidas. Além de definir diretrizes e limites para empresas privadas envolvidas – causadoras dos desastres.

Fundamentos de saúde no acolhimento em emergências

O acolhimento em emergências é componente da atenção integral à saúde. Implica triagem clínica e psicossocial, escuta qualificada, comunicação de más notícias e encaminhamento seguro para a rede de assistência social e de saúde. Em situações de múltiplas vítimas, a ausência de um centro de informações unificado tende a multiplicar rumores, reduzir a credibilidade institucional e agravar danos secundários.

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017) e a Cruz Vermelha Internacional (IFRC, 2018) sustentam que o acolhimento deve ser interprofissional, culturalmente competente e orientado por evidências.

No Brasil, essas ações se vinculam à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e ao Sistema Único de Saúde, devendo operar com protocolos de comunicação de risco, condução de luto e prevenção de agravos em saúde mental.

O acolhimento
não é um serviço
acessório da
emergência: é o
primeiro gesto
de humanidade
quando tudo o
mais desmorona.

No caso de barragens, a Lei Federal n.º 14.755, de 15 de dezembro de 2023, institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). A lei consolida um repertório robusto de direitos (assistência técnica independente, negociação coletiva, reassentamento com laços comunitários, danos morais coletivos, transparência cadastral) e crava o princípio da centralidade do sofrimento da vítima.

Já o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil 2025-2035, instituído pelo Decreto n.º 12.652/2025, orienta de forma integrada ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente a desastres. Esse novo marco legal introduz princípios como fortalecimento da governança, estímulo à participação da sociedade civil, equidade e integração interfederativa; diretrizes que incluem gestão de riscos, redução de vulnerabilidades, profissionalização dos órgãos e gestão da informação e da comunicação; e objetivos voltados à geração de sistemas de monitoramento e alerta, expansão do mapeamento de risco e aperfeiçoamento da resposta estatal ante desastres.

Do ponto de vista dos familiares e atingidos de Mariana e Brumadinho, por exemplo, tanto a PNAB quanto o PNPDC representam avanços normativos importantes, mas permanecem com lacunas justamente nos aspectos mais sensíveis da experiência concreta do desastre.

Nenhum dos dois marcos legais enfrenta de modo suficientemente claro e operativo a criação de Centros de Assistência às Famílias como dispositivos permanentes de acolhimento, escuta, mediação e informação, conforme recomendado por protocolos internacionais para eventos com mortes em massa; tampouco esta-

belecem diretrizes específicas para a presença institucional direta e continuada do Estado em desastres sociotecnológicos, nos quais há responsabilidade corporativa, conflito de interesses e assimetria de poder.

As normas privilegiam a lógica da governança, dos planos, dos comitês e da gestão de riscos, mas deixam em segundo plano, como já visto no capítulo anterior, dimensões fundamentais como protocolos de comunicação de más notícias, acompanhamento longitudinal do luto, gestão da fragmentação corporal, mediação de conflitos entre vítimas e empresas, proteção contra “revitimização” institucional e garantia de neutralidade nos espaços de atendimento.

Para os familiares, essa ausência se traduz em um vazio estrutural: existe um arcabouço legal para planejar, monitorar e reparar, mas não há um modelo público suficientemente claro para cuidar da dor, organizar a escuta e sustentar a presença humana do Estado no tempo longo do sofrimento. Na prática, com essa ausência, a resposta continua excessivamente técnica, administrativa e controlada pelos próprios agentes responsáveis pelo desastre.

A base de operação em Brumadinho: Estação do Conhecimento da Vale

Após o rompimento da barragem B1, a Vale converteu a Estação do Conhecimento em base de atendimento a familiares, concentrando múltiplas funções, como cadastro, coleta de DNA, entrega

de informações e interface com a imprensa.

A Estação Conhecimento Brumadinho, iniciativa da Fundação Vale, é uma instituição que oferece uma variedade de atividades esportivas e educacionais complementares para crianças e jovens do município de Brumadinho, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Embora funcionalmente ampla, a estrutura apresentou um vício de origem: a ausência de neutralidade institucional. O espaço pertencia à empresa responsável pelo desastre, o que gerou rejeição simbólica, constrangimentos e sensação de captura do processo de cuidado, conforme registrado pelos familiares das vítimas.

A premissa, em situações de emergência, é oferecer um ponto seguro, neutro, que permita expressar medos, preocupações e emoções das vítimas. A governança do atendimento às vítimas, familiares e comunidade precisa estar afastada do “comando do desastre”, de modo a evitar a mistura entre “atendimento às vítimas” com o “teatro das operações”.

Aliás, em diversas instâncias oficiais, a atuação da Vale no atendimento às famílias foi objeto de questionamentos institucionais, inclusive pela Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI de Brumadinho, da Câmara dos Deputados, que solicitou informações sobre a assistência prestada pela própria empresa causadora dos danos – um fator que contribuiu para percepções de falta de neutralidade institucional e constrangimentos entre os atingidos.

A lógica de improviso corporativo substituiu o planejamento de um Centro de Atendimento a Familiares sob comando estatal.

A ausência do Estado e a captura do acolhimento pela empresa: o relato de Helena Taliberti e Vagner Diniz

O casal Helena Taliberti e Vagner Diniz foi impactado de forma dramática naquela sexta-feira, 25 de janeiro de 2019.

No rompimento da barragem, Helena perdeu os dois filhos, Camila e Luiz Taliberti, de 33 anos e 31 anos, a nora, Fernanda Damian, de 30 anos, grávida, o ex-marido, Adriano da Silva, de 61 anos, e a esposa dele, Maria Lourdes Bueno, de 58 anos. De férias na região, conhecida pelos atrativos turísticos de cachoeiras e pelo Instituto Inhotim, os cinco familiares estavam numa pousada que foi totalmente devastada.

O relato de Helena e Vagner evidencia, de forma concreta, como a ausência de fluxos institucionais claros e a captura do espaço de acolhimento pela empresa responsável ampliaram o sofrimento das famílias.

O depoimento do casal foi organizado no formato de entrevista. Helena e Vagner afirmam o que muitos familiares experimentaram: nunca sequer receberam contato formal da Vale.

Pergunta: Como foram os primeiros contatos e como o óbito ou desaparecimento foi comunicado?

O primeiro contato e comunicação do óbito da Camila nós recebemos de terceiros. Por telefone, ligaram para um sobrinho que tinha conhecimento pessoal de profissionais que

atuavam no IML. A informação recebida por terceiros foi clara e respeitosa. Não temos informação sobre o contato primário com o Instituto Médico Legal, uma vez que a comunicação nos foi repassada por terceiros.

Pergunta: Como foi o acolhimento institucional na Estação do Conhecimento? E no hotel? (presença física, orientação, escuta, apoio prático)? Quem ofereceu esse apoio?

Como familiares potenciais de vítimas, não tivemos nenhuma orientação oficial sobre como proceder na busca por informação sobre os nossos familiares. A orientação que obtivemos foi informal e veio de um parente da Polícia Rodoviária Federal, que nos orientou a ir à Academia de Polícia (Acadepol), em Belo Horizonte, para registrar o desaparecimento de nossos filhos e das demais pessoas que estavam com eles.

Após o registro, nos dirigimos ao hotel Intercity, localizado próximo à Acadepol. Lá, para nossa surpresa, havia um espaço da Vale destinado à coleta de doações e ao acolhimento de desabrigados. Ali registramos mais uma vez o desaparecimento de nossos filhos e dos demais parentes que estavam com eles.

Fomos acolhidos por psicólogos, assistente social e médico, identificados como voluntários, que tentaram nos dissuadir de ir até Brumadinho para acompanhar as operações de busca e resgate de vítimas, alegando que a estrada estava interrompida por ameaça de novo rompimento.

O atendimento psicológico foi realizado por um profissional muito jovem, sem qualquer preparo para atuar em situa-

ções de tamanha magnitude. A assistente social, ao lidar com a nossa dor, não teve controle emocional para prosseguir com o atendimento.

Pergunta: E na Estação da Vale, em Brumadinho?

Ao nos dirigir a Brumadinho, fomos orientados a procurar a Estação do Conhecimento, pertencente a Vale, local onde estava concentrada a operação de atendimento a familiares que procuravam por informações. Na Estação do Conhecimento não havia recepção aos que lá chegavam. Eram várias salas sem identificação da finalidade de cada uma delas.

Buscamos informações em salas onde havia pessoas identificadas como voluntárias. Para nossa surpresa, os nomes de nossos familiares não constavam da lista de desaparecidos, apesar de já termos feito dois cadastros anteriores. Pela terceira vez fizemos um novo registro.

O clima na Estação do Conhecimento era de desespero devido à total falta de informação sobre o que estava acontecendo e sobre como estavam se procedendo às buscas.

Nesse clima de desespero, os familiares eram impedidos de manifestar seus sentimentos em voz alta, sendo direcionados a salas separadas da vista do público.

Inicialmente, a divulgação da lista com o status atualizado de cada desaparecido (vivos, mortos e sem informação) era feita duas vezes por dia. Com o passar dos dias, diminuiu para apenas uma vez. E os nomes de nossos familiares apareceram somente depois do sétimo registro. Em resumo, havia um clima geral de desconfiança.



Wagner Diniz (padrastro), Camila Taliberti, Helena Taliberti (mãe) e Luiz Taliberti durante momentos em família. Camila e Luiz morreram em Brumadinho

Pergunta: O que mais chamou a atenção?

Foi o fato de o local de atendimento ser controlado pelo algoz, com tratamento diferenciado para quem não fosse familiar de funcionário. Além disso, a comunicação era feita pela Vale, não por órgão oficial como Governo ou Defesa Civil. As informações eram falhas – relatórios da operação deveriam ser dados duas vezes ao dia, o que não ocorria, deixando os familiares angustiados com ausência de informação. Não se sabia quem eram os sobreviventes que estavam nos hospitais, pronto socorro e unidades de saúde. Chamou atenção, também, o fato de a imprensa ser mais bem informada do que os familiares.

Fomos hospedados em uma pousada distante, a cerca de 40 km do local, nos obrigando a fazer um percurso de quase uma hora todos os dias. Outro motivo grave de descontentamento foi a vigilância constante – com tentativas de esconder familiares exaltados. Inclusive, a tentativa de controle da informação. Todas as entrevistas que demos para a imprensa, tinha alguém da Vale presente.

Pergunta: Que tipo de apoio psicológico e social foi oferecido aos familiares? Esse atendimento foi contínuo, acessível e adequado às necessidades do luto prolongado?

Não recebemos nenhum tipo de atendimento psicossocial. O atendimento que temos está sendo realizado às nossas expensas.

Pergunta: Como foi a comunicação posterior com os órgãos públicos (Instituto Médico Legal - IML) e o Judiciário, e com a empresa responsável? As informações eram claras, regulares e confiáveis, ou geravam confusão e sofrimento adicional?

Muito nos incomodou a presença ostensiva da Vale no IML, inclusive no controle da recepção do órgão para atendimento aos familiares. O IML questionou o parentesco de quem foi “reconhecer os corpos”. Aconteceu até de vivenciarmos o atendimento negado, apenas por diferença da grafia no nome da mãe. Aconteceu duas vezes, com a burocracia do órgão negando atendimento, apesar do nome da mãe constar nos RGs dos filhos.

Quanto aos corpos, foram apresentados envoltos em um saco preto, identificado por etiquetas numeradas.

Pergunta: E a empresa?

A Vale nunca fez contato formal ou informal conosco.

O relato de Helena e Vagner permite estabelecer um contraste

eloquente com a possibilidade de construir um novo modelo institucional. Nesse modelo, a comunicação da morte não é tratada como um ato administrativo, mas como um procedimento regido por protocolos de dignidade, presença e responsabilidade institucional.

Nesse sistema, desde o primeiro momento, há suporte contínuo, com uma pessoa designada como ponto de referência permanente para todas as etapas posteriores.

Além da comunicação inicial, existe apoio psicológico, orientação jurídica e assistência material, com fluxos claros, previsíveis e humanizados. A família não precisa “descobrir” a quem recorrer, nem negociar sozinha com estruturas burocráticas fragmentadas.

No caso de Brumadinho, os familiares relatam ausência de fluxos institucionais, comunicação improvisada e, sobretudo, substituição da presença estatal pela empresa responsável pelo dano.

Para Helena e Vagner, nunca houve uma autoridade pública que se apresentasse formalmente para comunicar, acompanhar ou sustentar o processo de luto; houve, quando muito, contatos esparsos, técnicos e despersonalizados. A diferença não é apenas de protocolo, mas de concepção: em um caso, a morte convoca o Estado; no outro, a morte é terceirizada à lógica administrativa de quem produziu o desastre, aprofundando a sensação de abandono, invisibilidade e desamparo institucional.

Quando o algoz organiza o acolhimento

As experiências da Estação do Conhecimento e do Hotel Inter-

city, narrados pelo casal Taliberti, revelam três lições centrais: a necessidade de planejamento prévio de espaços de acolhimento; a indissociabilidade entre neutralidade institucional e confiança social; e o risco de “retraumatização” quando inexistem protocolos de comunicação de más notícias – que devem ser integrados a uma unidade específica de atendimento aos familiares das vítimas e atingidos.

É recomendável que a assistência a famílias, em eventos de múltiplas vítimas, ocorra a partir da instalação de um centro unificado para informações sobre desaparecidos e óbitos, com processos centralizados de comunicação e coleta de dados, além de linhas de telefone (para receber ligações) e protocolos formais de transmissão de informação.

Em especial, a liderança e a instalação física desses centros devem ser conduzidas por autoridades públicas, reforçando a neutralidade e a confiança institucional.

Diretrizes internacionais convergem ao afirmar que acolhimento em emergências é função indelegável do Estado. No Reino Unido, estruturas como os Family Assistance Centres operam sob comando público, com neutralidade simbólica, integração de serviços e comunicação unificada.

Quando se admite a presença do setor privado, a *FEMA/Federal Emergency Management Agency* – em português, Agência Federal de Gerenciamento de Emergências dos Estados Unidos, e a Cruz Vermelha Internacional enfatizam que a atuação privada deve ocorrer sob supervisão estatal, sem protagonismo em espaços de acolhimento.

Em síntese, diretrizes internacionais de resposta a desastres recomendam que quaisquer apoios externos – incluindo contribui-

ções do setor privado – sejam articulados sob a coordenação das autoridades públicas competentes, complementando os esforços estatais e respeitando princípios humanitários, em vez de a iniciativa privada assumir o protagonismo em espaços oficiais de acolhimento.

Outras recomendações reforçam que a comunicação para a mídia deve ser centralizada, regular e empática, com horários fixos de atualização. Porta-vozes devem diferenciar fatos confirmados de informações em apuração, protegendo a privacidade das famílias e reduzindo boatos.

É imperativo transformar imprevisto e atuação rápida, mas descoordenada, em política pública. Instituir centros de acolhimento e informação sob comando público, com neutralidade simbólica e coordenação intersetorial reduz sofrimento imediato e contribui para a confiança social.

Emergências com mortes, desaparecimentos e perdas coletivas produzem rupturas abruptas nos vínculos, nos rituais e na confiança institucional.

Nesses contextos, a comunicação deixa de ser apenas transmissão de informação e passa a expressar e a constituir uma intervenção de saúde pública, proteção social e cuidado humanitário.

As diretrizes internacionais em saúde mental e apoio psicossocial da Organização Mundial da Saúde (Mental Health and Psychosocial Support – MHPSS) são explícitas ao afirmar que a forma como autoridades e equipes comunicam, desde os primeiros dias, influencia diretamente o risco de luto complicado, sofrimento prolongado e fragmentação dos laços comunitários.

Em emergências, a comunicação clara, consistente e empática é uma das principais intervenções para reduzir o sofrimento psicológico e restaurar o senso de controle das pessoas afetadas, enfatiza o documento da OMS (Organização Mundial da Saúde) Mental Health Gap Action Programme – Humanitarian Intervention Guide.

No mesmo sentido, as Diretrizes do Comitê Permanente Intergências (IASC) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) registram que “informação adequada, participação e previsibilidade são elementos centrais da proteção psicossocial em emergências”, destacando que falhas de comunicação podem intensificar medo, raiva e desconfiança institucional (IASC, 2007).

O rompimento da barragem em Brumadinho evidenciou que o luto atravessado por injustiça, ausência de corpos, demora na identificação e judicialização exige protocolos específicos de comunica-

**Boas práticas
de comunicação
em situações de luto**

ção, integrados a apoio psicossocial, elaboração do luto e governança humanitária.

Fundamentos do trauma, do luto e da comunicação em emergência

O trauma coletivo, segundo Judith Herman, ocorre quando os sistemas habituais de cuidado, proteção e produção de sentido entram em colapso, afetando simultaneamente indivíduos, famílias e comunidades (HERMAN, 1997).

Em contextos de desastre, o trauma não se restringe ao evento inicial, mas tende a ser continuamente reativado por comunicações bruscas, promessas institucionais não cumpridas, ausência de informações claras e, sobretudo, pela falta de reconhecimento público do sofrimento vivido.

No campo brasileiro, essa compreensão dialoga diretamente com a produção da sociologia dos desastres e da saúde coletiva, que entende o desastre como fenômeno social, político e comunicacional. Valêncio (2014) e Valêncio et al. (2011) demonstram que o sofrimento não decorre apenas do impacto material, mas da forma como o Estado organiza (ou desorganiza) suas respostas, produzindo invisibilidade, peregrinação institucional e revitimização simbólica. Minayo e Freire (2016) reforçam que o sofrimento social em desastres é resultado da combinação entre perdas concretas e falhas estruturais de comunicação, cuidado e reconhecimento.

O luto em emergências é frequentemente ambíguo, interrompido ou sem rituais, sobretudo quando há desaparecidos, fragmentação de corpos ou indefinição de responsabilidades. Kübler-Ross

e Kessler (2007) indicam que o luto não é linear, não pode ser padronizado nem acelerado por soluções externas, sendo profundamente influenciado pelo contexto social e simbólico em que ocorre. No Brasil, Kovács (2012) e a literatura da psicologia hospitalar apontam que a ausência de espaços institucionais de escuta e validação tende a transformar o luto em sofrimento psíquico prolongado, com impactos diretos na saúde mental das famílias.

As publicações do Ministério da Saúde e da Fiocruz tratam o luto em desastres como fenômeno psicossocial e coletivo, e não apenas clínico, destacando que o silêncio institucional, a comunicação fragmentada e a negação simbólica das perdas ampliam quadros de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático (BRASIL, 2015; FIOCRUZ, 2020). A comunicação, nesse marco, é compreendida como capaz de produzir acolhimento, vínculo e reconhecimento.

Governança humanitária na comunicação do luto

As boas práticas internacionais recomendam que, desde o primeiro dia, seja instituída uma governança humanitária específica para o luto, integrada à coordenação geral do acontecimento. O National

A forma como
uma coletividade
comunica uma
morte revela
o grau de
humanidade das
suas instituições.

Recovery Guidance, do Governo do Reino Unido, pressupõe que as necessidades das famílias enlutadas devem estar no centro das políticas de recuperação social e institucional (UNITED KINGDOM, 2011).

No contexto brasileiro, a literatura sobre gestão de riscos, desastres, proteção e defesa civil demonstra que a fragmentação institucional é um dos principais fatores de revitimização. Valêncio et al. (2011) e o CEPED/UFSC (2017) evidenciam que a ausência de coordenação intersetorial gera múltiplas portas de entrada, repetição de relatos traumáticos, circulação de informações contraditórias e sobrecarga burocrática sobre famílias enlutadas.

Marandola Jr. e Hogan (2004) e Vargas e Valêncio (2018) destacam que a governança em desastres é também governança comunicacional: trata-se de organizar fluxos de informação, responsabilidades institucionais e dispositivos de escuta capazes de reduzir danos secundários, preservar vínculos e sustentar a legitimidade do poder público.

As orientações da Fiocruz e do Ministério da Saúde reforçam que a inexistência de protocolos formais de comunicação em emergências gera improvisação, ruídos, conflitos interinstitucionais e sofrimento adicional para as populações atingidas (BRASIL, 2015; FIOCRUZ, 2020).

Comunicação com famílias: previsibilidade, empatia e método

A comunicação com famílias enlutadas deve ser regular, previsível e protegida, mesmo quando não há novidades substantivas. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde indicam que a previsibilidade da informação – peri-

ódica, compreensível e acessível – reduz ansiedade, boatos e sensação de abandono (WHO; WAR TRAUMA FOUNDATION; WORLD VISION, 2011).

As diretrizes do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido (NHS – National Health Service) e do Instituto Nacional para Excelência em Saúde e Cuidados (NICE – National Institute for Health and Care Excellence) tratam a comunicação de más notícias como uma intervenção clínica estruturada.

No Brasil, essa abordagem é fortemente respaldada pela Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde, bem como pela literatura da psicologia hospitalar, que compreendem a comunicação como uma prática relacional e ética, e não como mera transmissão de dados (BRASIL, 2010; KOVÁCS, 2012).

As orientações do Ministério da Saúde destacam que a comunicação inadequada em situações críticas intensifica sofrimento, rompe vínculos institucionais e compromete a confiança social, enquanto práticas de escuta qualificada e linguagem clara produzem reconhecimento simbólico e proteção psíquica (BRASIL, 2007; BRASIL, 2015).

Comunicação forense humanizada

No Brasil, há textos que descrevem como etapas forenses – especialmente a organização da identificação e do reconhecimento de corpos em eventos de múltiplas mortes – podem intensificar sofrimento, angústia e sensação de desamparo quando famílias enfrentam falta de informação, desorganização de fluxos e exposição

inadequada a cenas traumáticas.

Estudos sobre a resposta psicossocial após o incêndio da Boate Kiss registram, por exemplo, a elevada angústia no processo de busca por informações e o caráter crítico do reconhecimento, apontando a relevância de equipes preparadas para acolhimento, mediação e proteção emocional dos familiares (COSTA; PACHECO; PERRONE, 2016).

Há também críticas sobre a exposição desnecessária de famílias a cenas traumáticas no contexto da identificação, reforçando a necessidade de preparação, acompanhamento especializado e comunicação cuidadosa como parte do cuidado humanitário (BAUER, 2016).

Integração da saúde mental e do apoio psicossocial

A integração da saúde mental como eixo transversal da resposta a emergências e desastres é amplamente recomendada em diretrizes internacionais de apoio psicossocial. O IASC – Comitê Permanente Interagências, ligado ao sistema das Nações Unidas, recomenda que o cuidado psicossocial esteja articulado a todos os setores e fases da resposta, desde a preparação até a recuperação (IASC, 2007).

No Brasil, essa perspectiva de integração é refletida nas políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a partir da Reforma Psiquiátrica e do modelo de atenção psicossocial instituído pela Lei nº 10.216/2001 e pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004).

Especificamente, os primeiros cuidados psicológicos passaram a

integrar formalmente as orientações oficiais do SUS para situações de emergência e desastre, conforme a cartilha “Respostas emocionais e primeiros cuidados psicológicos em desastres e emergências”, publicada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2024).

Iniciativas formativas e guias técnicos produzidos pela Fiocruz também incorporam essa abordagem no campo da saúde mental em emergências, destacando os primeiros cuidados psicológicos como estratégia de apoio humano estruturado, voltada à redução do sofrimento e à prevenção de abordagens que priorizam apenas intervenções farmacológicas (FIOCRUZ, 2014; FIOCRUZ, 2020; FIOCRUZ; OPAS, 2015).

Rituais, memória e devolução de pertences

A literatura internacional reconhece os rituais como elementos centrais do cuidado. O NHS destaca que práticas de ritualização contribuem para a atribuição de sentido às perdas e para a reconstrução da confiança institucional (NHS ENGLAND, 2017).

O modelo HROC, desenvolvido no contexto pós-genocídio em Ruanda, sustenta que a cura coletiva depende da expressão pública da verdade, do reconhecimento da dor e da restauração da dignidade (PHILLIPS; CARR; KESSLER, 2013).

No Brasil, as cartilhas da Fiocruz e do Ministério da Saúde afirmam que o luto vivido de forma isolada e silenciada tende a produzir sofrimento psíquico prolongado, enquanto rituais públicos, memoriais e atos simbólicos funcionam como estratégias de cuidado em saúde mental (BRASIL, 2016; FIOCRUZ, 2021).

Valêncio (2011; 2014) demonstra que o luto coletivo é fenômeno social e político, e que a institucionalização da memória transforma a tragédia em patrimônio coletivo de aprendizagem, prevenção e não repetição.

Cuidado com quem cuida: comunicação interna, proteção emocional e supervisão

Esse tópico, que será aprofundado no capítulo 6, aborda o dilema “quem cuida também precisa de cuidado” – ou seja, os profissionais na linha de frente das respostas e atendimentos de emergência também são sensibilizados pelos acontecimentos de grande impacto com alta mortalidade.

A literatura internacional em saúde do trabalhador e gestão de emergências aponta que equipes expostas de forma continuada a morte, sofrimento extremo e situações de alta pressão tendem a apresentar queda na qualidade da comunicação e do cuidado quando não recebem suporte institucional adequado.

Diretrizes do NHS England – National Health Service England (Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra) indicam que o bem-estar físico e emocional dos profissionais está diretamente associado à forma como se comunicam com famílias enlutadas, ao nível de empatia, à clareza das informações e à capacidade de escuta.

Nesse sentido, as recomendações convergem para a adoção de práticas sistemáticas de cuidado interno, como reuniões regulares de preparação e avaliação (briefings e debriefings), espaços de su-

pervisão clínico-institucional, rodízio de funções em contextos de alta exposição emocional e acesso facilitado a acompanhamento psicológico. O objetivo não é apenas prevenir adoecimentos individuais, mas preservar a capacidade coletiva das equipes de sustentar uma comunicação ética, humana e consistente ao longo do tempo.

O ERHMS – Emergency Responder Health Monitoring and Surveillance, protocolo desenvolvido pelo CDC/NIOSH – Centers for Disease Control and Prevention / National Institute for Occupational Safety and Health (Centro de Controle de Doenças e Instituto Nacional de Saúde Ocupacional dos Estados Unidos), reforça a necessidade de monitoramento sistemático da saúde dos profissionais envolvidos em emergências, incluindo indicadores de estresse, exaustão emocional, sofrimento psíquico e risco de transtornos mentais. A vigilância em saúde dos respondentes é compreendida como parte integrante da gestão da crise, e não como ação acessória.

No contexto brasileiro, essa abordagem é respaldada pelas diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e pelos materiais da Fiocruz e do Ministério da Saúde sobre atenção psicossocial em desastres. As cartilhas nacionais enfatizam que profissionais de saúde, assistência social, defesa civil, comunicação e segurança pública são igualmente sujeitos de sofrimento, e que a negligência institucional em relação a esse cuidado tende a gerar sobrecarga, desgaste ético, falhas comunicacionais e processos de desumanização do atendimento. O cuidado com quem cuida, portanto, é apresentado como condição estrutural para a qualidade da comunicação, da escuta e do vínculo com a população atingida.

Accountability do luto: documentação, avaliação, transparência e memória pública

A comunicação em contextos de luto coletivo implica responsabilidade pública, transparência institucional e capacidade de prestar contas à sociedade. Diretrizes internacionais de recuperação pós-desastre, como as do *National Recovery Guidance* (do Reino Unido), recomendam que instituições adotem indicadores simples e acessíveis para avaliar suas práticas comunicacionais, incluindo número de famílias alcançadas, tempo médio de resposta, continuidade do contato, nível de satisfação com as informações recebidas e acesso efetivo a serviços de apoio psicossocial.

Mais do que medir desempenho, esses processos de avaliação têm função simbólica e política: demonstram reconhecimento da dor, compromisso com a escuta e disposição institucional para aprender com a própria prática. A documentação sistemática das ações – incluindo registros de atendimentos, rituais, homenagens, memoriais e estratégias de comunicação – não é compreendida como burocracia administrativa, mas como forma de inscrever o sofrimento na história pública, garantindo que ele não seja apagado, minimizado ou reduzido a estatísticas.

O modelo HROC – *Healing and Rebuilding Our Communities* (Cura e Reconstrução de Nossas Comunidades) de Ruanda, sustenta que os modos como uma sociedade registra, narra e preserva a memória de uma tragédia influenciam diretamente seus processos futuros de reconstrução, justiça e prevenção. A memória institucional não é

neutra: ela estrutura identidades coletivas, orienta políticas públicas e define se o sofrimento será transformado em aprendizado social ou em esquecimento.

Em 1994, em apenas 100 dias, cerca de 800 mil pessoas foram assassinadas em Ruanda por extremistas do grupo étnico hutu. O massacre foi uma tentativa de extermínio da minoria tutsi — e estima-se que aproximadamente 70% deles tenham morrido.

O HROC é um modelo internacional de base acadêmica e humanitária, desenvolvido originalmente em Ruanda no contexto pós-genocídio, voltado à recuperação psicossocial comunitária, memória, verdade e reconstrução de vínculos sociais em situações de trauma coletivo. No Brasil, essa perspectiva encontra respaldo nos estudos da Fiocruz, do Ministério da Saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Humanização, que defendem a transparência, a produção de registros públicos e a avaliação contínua como princípios éticos do cuidado em saúde. As cartilhas brasileiras destacam que a ausência de documentação e prestação de contas aprofunda sentimentos de abandono, injustiça e revitimização, enquanto práticas de registro, memória e avaliação fortalecem a confiança nas instituições e contribuem para a elaboração simbólica do luto coletivo.

Comunicar em contextos de luto é um ato de elevada responsabilidade pública, que exige método, constância, empatia e compromisso com a verdade. Essas práticas não substituem processos de justiça, responsabilização jurídica ou reparação material, mas constituem condições mínimas de dignidade institucional para famílias, comunidades e equipes envolvidas em tragédias de grande impacto.



A conquista da AVABRUM, com a inauguração do Memorial de Brumadinho em 2025, representa um marco que ultrapassa a dimensão simbólica e se inscreve no campo dos direitos humanos, da justiça e da reparação histórica. O Memorial não é apenas um espaço de homenagem, mas um dispositivo público de memória, denúncia e educação, que preserva nomes, histórias e trajetórias de vida, resiste ao apagamento institucional e afirma que cada vítima tem sua história para ser preservada. Trata-se de um lugar de escuta, reconhecimento e produção de sentido coletivo sobre a tragédia.

Ao institucionalizar a memória, o Memorial de Brumadinho também projeta a experiência do luto para o campo da cidadania e da prevenção. Ele transforma a dor privada em aprendizado social, convoca o poder público e a sociedade a assumirem responsabilidades e mantém viva a dimensão pedagógica da tragédia: lembrar não é apenas recordar o passado, mas criar condições para que o futuro não repita as mesmas omissões, negligências e violações que produziram a catástrofe.



Reparação financeira, conflitos e mediação em desastres sociotecnológicos

5 CAPÍTULO

A literatura analisada no presente Guia converge em um ponto central: a reparação em desastres sociotecnológicos deve ser concebida como pro-

cesso social contínuo, e não como simples transação financeira ou encerramento jurídico. Quando a dimensão participativa é frágil, tendem a crescer a desconfiança, a judicialização serial, o conflito intracomunitário, o adoecimento psicossocial e a re-traumatização.

Nesse sentido, ainda que a transferência de recursos financeiros seja necessária para garantir condições mínimas de sobrevivência, ela não pode ser compreendida como equivalente simbólico da reparação. O dinheiro responde a necessidades materiais imediatas, mas não tem a capacidade de reconstituir vínculos sociais, projetos de vida, pertencimentos territoriais, muito menos de elaborar o sofrimento coletivo.

Quando a transferência de renda ajuda – e quando se torna um “substituto indevido”

A literatura internacional não demoniza a reparação financeira. Muito pelo contrário, reconhece seu valor como mecanismo de redução de vulnerabilidades e prevenção de danos sociais adicionais. O problema surge quando o dinheiro passa a operar como “resposta totalizante”, dissociada de dispositivos institucionais

Reparação deve ser compreendida como processo social, e não como mera transação financeira. O desafio, diante do irreparável, é a capacidade de restaurar laços, dignidade, senso de justiça e responsabilidade coletiva.

que sustentem a legitimidade, a participação e a proteção psicossocial.

A transferência de renda deve obedecer a critérios públicos, simples e revisáveis, contar com mecanismos de apelação e reconsideração de decisões, além de comunicação transparente, previsível e monitoramento de efeitos indiretos (tensões, estigmatização, violência). Deve estar associada aos serviços de saúde, assistência social e atenção psicossocial e ser fruto da participação comunitária no desenho e nas revisões dos programas.

Por outro lado, a reparação financeira tende a amplificar conflitos quando:

- ocorre sem representação efetiva dos atingidos;
- não há ouvidoria independente;
- os cadastros impõem barreiras desproporcionais;
- há tratamento homogêneo de danos heterogêneos;
- a comunicação é tecnocrática ou instrumento de defesa da reputação;
- inexistem espaços públicos de memória e reconhecimento.

Em tese de doutorado intitulada “Sustentabilidade e negócios globais: bem-estar dos stakeholders ou riqueza dos acionistas? Capitalismo de desastre e discurso: o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho”, Lima (2025) demonstra que a transferência de renda no contexto pós-Brumadinho não se limita a um instrumento de compensação econômica, mas atua como um mecanismo estruturante que reconfigura relações sociais, dinâmicas territoriais e estruturas de poder. Inserida em um ambiente de forte assimetria entre empresa (Vale), Estado e comunidades, essa política amplia o protagonismo da empresa na condução da reparação e na própria narrativa do processo.

A abrangência dos benefícios — que alcança inclusive populações não diretamente atingidas — dilui as fronteiras entre atingidos e não atingidos, expandindo o alcance da intervenção econômica, provocando corrosão nos laços comunitários, mas reforçando a centralidade da empresa.

A autora sintetiza esse fenômeno por meio da construção analítica do “da Mãe Vale”, no qual a empresa assume simbolicamente o papel de provedora. Nesse modelo, a distribuição de benefícios ocorre de forma contínua e pouco delimitada, produzindo uma relação de dependência que protege a imagem institucional da empresa (acusada, naquele momento de assassina por alguns setores da comunidade) e fragiliza a autonomia das comunidades. A metáfora revela uma dinâmica na qual o cuidado oferecido convive com mecanismos implícitos de controle social.

A pesquisa destaca os efeitos da transferência de renda, como o aumento da capacidade de consumo, acesso ampliado a bens e serviços e estímulo à economia local. Por outro lado, enfatiza

os efeitos negativos centrais, como o agravamento de problemas psicossociais, o consumo abusivo de álcool, drogas e substâncias psicoativas, com uso mais frequente e em excesso ligado à maior circulação de dinheiro no território, o endividamento e distorções econômicas locais.

No plano político, a transferência de renda funciona como instrumento de gestão do conflito e intervenção territorial, no qual a empresa busca reduzir tensões. Conclui-se que a transferência de renda, embora necessária, não é neutra: trata-se de um instrumento ambivalente que, ao mesmo tempo em que alivia necessidades imediatas, aprofunda vulnerabilidades, reorganiza relações de poder e exerce influência na forma como o desastre é administrado e narrado.

Dimensão psicossocial e riscos de retraumatização

A experiência de Brumadinho demonstra que processos de reparação mal conduzidos podem gerar “revitimização” quando exigem que famílias comprovem sofrimento para acessar direitos ou quando impõem classificações e diagnósticos como condição de reconhecimento.

O cuidado psicossocial deve se orientar pela defesa da dignidade, pela escuta ativa e pela mediação sensível aos processos de luto, evitando linguagens burocráticas, tecnicistas ou patologizantes.

Nesse sentido, comunicação pública e saúde não podem tratar a reparação como encerramento simbólico da tragédia, mas como processo de acompanhamento de longo prazo, capaz de reconhecer impactos emocionais, familiares e comunitários que persistem no tempo.

Diretrizes normativas para uma reparação integral

Para minimizar efeitos danosos, cabe adotar diretrizes mínimas para políticas públicas de reparação em desastres sociotecnológicos:

- 1.** Participação efetiva – instâncias deliberativas com poder real de revisão.
- 2.** Mecanismo independente de mediação.
- 3.** Resposta psicossocial integrada – monitorada e avaliada.
- 4.** Informações e explicações em linguagem simples.
- 5.** Memória e reconhecimento – políticas públicas e rituais institucionais permanentes.

A reparação, portanto, não pode ser reduzida ao dinheiro, sob pena de se converter em gestão administrativa da dor, em vez de processo social orientado por justiça, responsabilização e transformação institucional.



Impacto nas equipes de resposta

CAPÍTULO 6

Emergências com múltiplas vítimas fatais produzem impactos profundos, duradouros e cumulativos sobre as equipes que atuam na linha de frente da resposta. Profissionais de saúde, resgate, defesa civil, segurança pública, perícia forense e assistência psicossocial operam em contextos de alta incerteza, exposição prolongada ao sofrimento humano, risco ocupacional elevado e intensa pressão social e midiática.

O rompimento da barragem em Brumadinho constitui um marco nacional desse tipo de emergência complexa. A morte de 272 pessoas, a persistência da lama no território, a longa duração das buscas e o processo extensivo de identificação de vítimas criaram um cenário extremo de trabalho, no qual o cuidado com as equipes tornou-se tão estratégico quanto o atendimento às famílias e à população atingida.

Este capítulo analisa o impacto da tragédia sobre as equipes de resposta, articulando evidências científicas, diretrizes internacionais e a experiência concreta de Brumadinho, considerando fatores como: os modos de atuação das equipes, as condições físicas, organizacionais e emocionais de trabalho e os principais desafios psicossociais e comunicacionais.

Saúde Mental na linha de frente: ética, práticas profissionais, luto coletivo e controle da narrativa

Rodrigo Nogueira, psicólogo com atuação direta no atendimento às famílias e sobreviventes após o rompimento da barragem da

Vale, em Brumadinho, e Bruno Lúcio Marques Barbosa de Oliveira, psiquiatra da cidade à época, o único especialista em exercício local credenciado em planos de saúde utilizados por trabalhadores da mineradora, integraram a linha de frente da assistência em saúde mental no território, junto a outros profissionais de psiquiatria que atuavam no CAPS e outros, ainda, na iniciativa privada.

Ambos acompanharam, desde os primeiros dias, o impacto psíquico do desastre sobre vítimas diretas e indiretas, enfrentando não apenas a complexidade clínica do luto coletivo e do trauma, mas também tensões institucionais e disputas narrativas que atravessaram o processo de cuidado. Acompanharam não apenas o sofrimento agudo decorrente da catástrofe, mas também as repercussões prolongadas do evento sobre o tecido social, familiar e institucional da cidade.

O relato de ambos, reproduzido neste tópico, oferece um testemunho relevante sobre os desafios clínicos e éticos enfrentados por profissionais da saúde mental em cenários de desastre tecnológico de grande escala.

A Ruptura da Narrativa: de “Fatalidade” a Acidente de Trabalho

Segundo relato de Bruno, um dos primeiros conflitos emergiu quando ele passou a caracterizar o rompimento da barragem como acidente de trabalho em atendimentos e registros clínicos envolvendo trabalhadores atingidos. Naquele momento, havia forte cir-

culação pública da narrativa de que o evento teria sido uma “fatalidade” ou uma “tragédia sem causa”.

Ao afirmar tecnicamente o nexo entre adoecimento psíquico e condições laborais, o psiquiatra relata ter enfrentado reações institucionais. Em 2020, foi formalizada denúncia no Conselho Regional de Medicina (CRM), que evoluiu para sindicância e, posteriormente, processo

ético-profissional. A Vale foi a autora da denúncia. O procedimento tramitou por aproximadamente quatro anos (ao final deste capítulo, abordaremos com maior profundidade essa ameaça).

A sindicância aberta não apresentava elementos técnicos consistentes que indicassem falhas de conduta médica. Ao final, houve reconhecimento de que não havia irregularidade nos procedimentos adotados. O psiquiatra interpreta o episódio como tentativa de silenciamento decorrente de sua posição técnica sobre o nexo ocupacional e sobre o enquadramento do evento.

Independentemente das interpretações subjetivas, o caso evidencia um ponto central para protocolos de emergência: profissionais da linha de frente devem ter assegurada autonomia técnica e proteção institucional quando suas avaliações clínicas produzirem efeitos jurídicos ou econômicos relevantes.

Cuidar exige condições: ninguém sustenta o sofrimento alheio quando o próprio sofrimento é ignorado.

Controle de Narrativa e Enquadramento Discursivo do Desastre

Os depoimentos de Bruno e Rodrigo convergem na percepção de que, paralelamente ao atendimento clínico, desenvolveu-se a disputa em torno da interpretação e versão final do evento.

Bruno descreve um processo que denomina “controle de narrativa”, no qual o desastre seria gradualmente reconfigurado discursivamente como episódio isolado, inevitável e superado por ações reparatórias consideradas exemplares. Segundo ele, consolidou-se a ideia de que a empresa estaria entre as mais avançadas em ações de reparação no país, o que teria contribuído para arrefecer o questionamento estrutural das causas e responsabilidades.

Do ponto de vista técnico, a literatura sobre desastres tecnológicos reconhece que disputas narrativas são parte integrante do pós-evento. A forma como o acontecimento é nomeado – “acidente”, “tragédia”, “fatalidade” ou “crime socioambiental” – influencia políticas de reparação, responsabilização e memória coletiva. A AVABRUM, desde sua fundação, pautou-se por um posicionamento indiscutível: não foi um mero acidente, houve negligência, descuido, ganância que configuram delitos criminosos. Tragédia-crime: estas duas palavras traduzem o que aconteceu, sob a ótica dos familiares de vítimas.

Sérgio Amaral, integrante da diretoria da AVABRUM, perdeu o irmão Adriano Caldeira Amaral. Adriano tinha 42 anos, 15 anos na

Vale, deixou esposa e dois filhos, à época com 8 e 5 anos. Sérgio, em depoimento no documentário Vidas Barradas (2019, dirigido por Cid Faria) sinalizava a compreensão dos familiares diante da catástrofe. Em fala curta no filme, ele expressou o espanto e a elaboração dos familiares diante da notícia: “A Vale chega e diz para gente que foi um acidente, foi um simples acidente, [como se nada fosse a morte de 272 vidas e a devastação ambiental].

Desde então, a AVABRUM tem posicionamento crítico em relação à expressão “acidente”. Por mais que na esfera trabalhista tenha sido o termo jurídico adotado, a entidade classifica o evento como “tragédia-crime”.

A experiência relatada sugere que protocolos de saúde mental em desastres devem incluir análise crítica do ambiente comunicacional, pois o enquadramento discursivo impacta diretamente o processo de luto, a elaboração simbólica da perda e a percepção de justiça.

Luto coletivo, luto suspenso e fragmentação dos laços comunitários

Rodrigo e Bruno descrevem um cenário de luto coletivo profundamente atravessado por circunstâncias atípicas.

Houve casos em que, sem saber, familiares sepultaram fragmentos ósseos, sem identificação completa do corpo. O momento do velório, tradicionalmente estruturante do ritual de despedida, tornou-se experiência ambígua. Relatos indicam situações em que o

familiar percebeu que o caixão parecia leve demais, despertando a consciência de que ali não estava o corpo inteiro do ente querido.

Em alguns casos, familiares verbalizaram explicitamente: “Preciso sepultar meu marido”, por exemplo, mesmo após cerimônias formais já realizadas. O rito não cumpria sua função psíquica de encerramento. O luto permanecia suspenso.

Rodrigo, no atendimento psicológico, observa que parte das pessoas encontrava conforto em recursos religiosos, reinterpretando simbolicamente a presença do ente querido para além da materialidade corporal. Para outras famílias, essa elaboração simbólica não era suficiente.

Houve adolescentes que recusaram comparecer ao velório por afirmarem que “não era o pai que estava ali”. Crianças com transtorno do espectro autista apresentaram confusão adicional diante da ruptura abrupta da rotina e da ausência repentina da figura paterna.

Também se observou sofrimento intergeracional. Um idoso morreu posteriormente, segundo familiares, “de tristeza” – aliás, os relatos dessa natureza foram frequentes.

O choque emocional extremo, como a perda de um filho, pode desencadear respostas fisiológicas intensas (aumento da frequência cardíaca, da pressão arterial, entre outros impactos). Em uma pessoa idosa, com reserva cardíaca reduzida, pode precipitar eventos graves como infarto, arritmias ou insuficiência cardíaca súbita. Assim, a expressão “morte por tristeza”, pode refletir um gatilho emocional que desencadeou uma derrocada orgânica.

A fragmentação dos laços comunitários foi detectada em situações onde houve disputas judiciais pela guarda de crianças. Tal conflito emergiu após indenizações, alterando dinâmicas familia-

res preexistentes, onde, por exemplo, pais ausentes se aproximaram de avós pleiteando direitos.

Para quem convive com o enlutado, o processo envolve uma renúncia das rotinas anteriores e uma adaptação emocional constante para sustentar o outro. Esse “luto por tabela” é uma resposta psicológica real ao peso da atmosfera de tristeza e à mudança radical na dinâmica das relações, transformando o luto em uma experiência que transborda o núcleo familiar imediato e atinge o tecido social.

Para acolher essa complexidade, é preciso validar as duas faces da moeda: oferecer ao enlutado direto um espaço de escuta sem pressões por superação. E, ao mesmo tempo, reconhecer a fadiga emocional legítima causada pelo luto emocional prolongado que impacta toda a coletividade.

Perigo maior surge quando a reparação financeira entra em cena, pois, ao focar apenas na perda material, pode-se tanto desvalorizar a dor aguda de quem perdeu parentes e amigos próximos, como afetar a dor invisível de quem participa e sustenta a comunidade, fragmentando a solidariedade e substituindo o amparo por uma métrica de valor que não preenche o vazio emocional deixado na coletividade.

A monetização do luto traz o risco de provocar ressentimento, em uns, ou isolamento, em outros, enfraquecendo a solidariedade orgânica que deveria sustentar a coletividade em momentos de crise.

Regina Silva, mãe de Priscilla, 26 anos, vítima do rompimento da barragem, funcionária da Vale, enfrentou esta clivagem social de forma dolorosa. Dentro de um ônibus, numa sexta-feira, viu uma pessoa entrar com duas sacolas com carne e começar a alardear: “eu não disse para vocês que hoje tinha um churras? Olha aqui, a mãe Vale”,



e ficou rindo com outras pessoas. Dona Regina conta que se levantou e disse, revoltada e com indignação: “Esse dinheiro não é a mãe Vale que está te pagando. Ela pode ser a sua mãe, mas ela matou a minha filha”. E pediu, que diante daquela ofensa, ele se retirasse do ônibus.

Essa distribuição de recursos cria, portanto, uma clivagem profunda no tecido social, gerando o que se pode chamar de “fragmentação induzida”. A solidariedade orgânica, essencial para o enfrentamento do luto coletivo, é substituída pela desconfiança e pelo ressentimento. A cidade, antes unida pela dor comum, divide-se entre “contemplados” e “prejudicados”, enfraquecendo a mobilização política e a busca por uma responsabilização jurídica mais rigorosa e transparente.

Por fim, essa orquestração empresarial fere a ética do cuidado ao instrumentalizar o sofrimento para fins de gestão de crise reputacional. Ao “comprar” a anuência de setores da sociedade que não foram atingidos no seu cerne material, a empresa isola os enlutados diretos, que perdem sua rede de apoio e passam a ser vistos como obstáculos ao “retorno à normalidade”.

Este movimento não foi ignorado pelos profissionais de saúde. Bruno e Rodrigo relatam que, no momento imediatamente posterior ao rompimento, a cidade encontrava-se unificada na dor e na crítica institucional.

Com o tempo, observaram mudanças nas dinâmicas sociais. Embora este Guia não examine, em profundidade, políticas específicas de transferência de renda, os depoimentos indicam que fluxos financeiros abruptos alteraram relações comunitárias e familiares.

Por exemplo, com o grande número de trabalhadores da Vale mortos, muitas mulheres assumiram o comando das famílias, gerando estigmatizações como o termo pejorativo “viúvas da Vale”.

Essas dinâmicas reforçam que o desastre não produz apenas trauma individual, mas reconfiguração de valores da comunidade.

Diagnóstico, indenização e pressões institucionais

Outro eixo sensível diz respeito ao diagnóstico psiquiátrico e psicológico. Segundo os relatos desta equipe da linha de frente, consolidou-se, no meio jurídico, o entendimento de que determinados diagnósticos – especialmente Transtorno de Estresse Pós-Traumá-

tico (TEPT) – facilitariam acesso a determinados valores indenizatórios. Isso teria produzido pressões indiretas sobre profissionais para padronização diagnóstica.

A ingerência do sistema jurídico na prática clínica introduz uma distorção ética severa ao transformar diagnósticos de saúde mental em ferramentas de liquidação financeira. Quando o meio jurídico consolida o entendimento de que patologias específicas, como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), são “chaves” para o acesso a indenizações elevadas, o ato médico e psicológico perde sua autonomia técnica. O diagnóstico, que deveria servir como o primeiro passo para o cuidado e a reabilitação do indivíduo, passa a ser visto como um ativo econômico, pressionando os profissionais da linha de frente a uma padronização que ignora a singularidade de cada história de sofrimento.

A visão jurídica, ao tentar compensar a dor com valores monetários atrelados a etiquetas psiquiátricas, acaba por desvalorizar o suporte coletivo, substituindo a solidariedade da comunidade por uma disputa técnica por laudos, o que isola ainda mais os indivíduos em suas respectivas camadas de sofrimento.

Rodrigo relata que psicólogos vinculados à Vale acompanhavam pacientes em consultas, o que gerava desconforto quanto à autonomia da atividade terapêutica. O psicólogo menciona também tentativa de orientação de muitos advogados sobre a forma de redigir laudos e relatórios.

Ambos lembram que ocorreu, em Brumadinho, uma procura em massa por relatórios médicos e psicológicos, inclusive revisões de processos, inclusive com abertura de múltiplas clínicas na cidade no período subsequente ao desastre. Segundo os profissionais,

parte desse movimento teria sido orientada por interesses econômicos, criando o que pode ser denominado de “indústria de atestados” ou, em sentido oposto, de subnotificação de adoecimento.

Esses relatos indicam que protocolos de emergência devem garantir três proteções aos profissionais do atendimento psicossocial: salvaguarda da autonomia diagnóstica; proteção contra conflitos de interesse; apoio jurídico-ético aos profissionais da linha de frente.

Impacto sobre os próprios profissionais de saúde

Ambos relatam ausência de suporte estruturado para os trabalhadores da saúde.

Bruno descreve sintomas físicos associados ao estresse prolongado, como bruxismo intenso. Afirmar não ter identificado espaços institucionais de acolhimento aos profissionais envolvidos na resposta ao desastre.

Rodrigo menciona que agentes comunitários de saúde do SUS também adoeceram e que não houve estrutura formal para o cuidado da equipe. Relata ainda que, em determinado momento, interlocuções com medicina do trabalho e serviço social foram interrompidas.

Esses elementos evidenciam lacuna grave: protocolos de emergência frequentemente negligenciam o cuidado com os cuidadores. A exposição contínua ao sofrimento extremo, à pressão institucional e à polarização social aumenta risco de *burnout*, transtornos ansiosos e depressivos.

Cabe, aqui, na sequência, relatar o impacto nos profissionais de

saúde, quando a narrativa corporativa e os interesses de defesa da empresa entram em cena.

Pressões sobre profissionais de saúde

Fato pouco conhecido, o contexto do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, desencadeou impactos diretos nas equipes de saúde. Além da sobrecarga da jornada, estruturas sem sinergia e o impacto humano e social da catástrofe, um profissional de saúde sofreu por iniciativa da Vale, um processo no Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.

Por mais de 4 anos, o psiquiatra Bruno Lúcio Marques Barbosa de Oliveira além da agenda de atendimentos e das exigências do desempenho profissional, teve que se debruçar sobre mais de 600 prontuários médicos para fazer sua defesa.

Inocentado em 2025, o fato, chocante em si, revela a face mais perversa do poder corporativo e sua capacidade de instrumentalizar instâncias de fiscalização profissional como estratégia de intimidação. Quando uma mineradora desse porte utiliza seu aparato para questionar a conduta de médicos e psicólogos da linha de frente, ela não busca apenas a verdade processual, mas a criação de um efeito inibidor que desestabiliza a autonomia técnica. Ao forçar um profissional a um exaustivo embate defensivo por anos, o poder econômico tenta dobrar o compromisso ético do cuidado à conveniência de suas narrativas de reparação, transformando o exercício da medicina em um campo de batalha jurídico onde o profissional se torna, ele próprio, uma vítima secundária da tragédia-crime.

Para entender a injustiça sofrida – e posteriormente reparada, dado que o Conselho Regional de Medicina julgou improcedente o argumento da Vale – segue um resumo do processo, em forma de nota técnica, dando a dimensão da violência institucional cometida contra um profissional de saúde.

NOTA TÉCNICA sobre o processo Ético-Profissional (PEP nº 000192/2021 – CRM-MG)

Documento de caráter informativo e técnico, elaborado a partir da análise dos autos do PEP nº 000192/2021 (CRM-MG).

Objeto: emissão de relatórios/atestados psiquiátricos no contexto do rompimento da Barragem B1 – Brumadinho/MG

Objeto e contexto:

Esta Nota Técnica sistematiza informações constantes do Processo Ético-Profissional (PEP nº 000192/2021), instaurado no âmbito do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG) para apurar possível infração ao art. 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018), relacionada à emissão de relatórios/atestados psiquiátricos no período subsequente ao rompimento da barragem B1, em 25/01/2019.

O caso se insere no contexto da maior tragédia trabalhista do país, com 272 mortes e impactos amplos na saúde mental da população atingida.

Origem da denúncia e papel da empresa:

O processo registra manifestação formal da Vale S.A., com alegações relacionadas à emissão e ao conteúdo de relatórios médicos.

Consta também que a própria denunciante, por meio de seu serviço de medicina do trabalho, direcionava pacientes para atendimento psiquiátrico, em razão da elevada demanda no período pós-rompimento.

O documento menciona ainda que a Vale contratou empresa externa para atendimentos psiquiátricos diante do volume de casos.

Em trecho da defesa, registra-se a interpretação de que, após verificar a grande quantidade de pessoas afetadas, a empresa teria decidido questionar os documentos médicos emitidos.

Síntese técnica:

A Vale S.A. figura no processo como parte denunciante ou interveniente que apresentou alegações que motivaram a apuração ética.

O que foi questionado:

A imputação central referia-se à possível violação do artigo 80 do Código de Ética Médica, dispositivo que veda ao médico expedir documento médico sem ter praticado ato profissional que o justifique, ou que seja tendencioso, ou que não corresponda à verdade.

A discussão concentrou-se na emissão de relatórios que correlacionaram sintomas psíquicos ao rompimento da barragem, bem como no volume de documentos emitidos.

Elementos de defesa e instrução

Nos autos constam afirmações de que:

- todos os pacientes foram examinados presencialmente;
- havia prontuários registrados;
- os relatórios foram emitidos mediante solicitação dos pacientes;
- não houve prescrição sem ato médico correspondente.

O processo também registra que o atestado médico possui presunção de veracidade, sendo necessária prova de falsidade para caracterização de infração ética – o que não foi demonstrado.

Fundamentação sobre o artigo 80:

O próprio processo esclarece que a infração prevista no artigo 80 está associada à chamada “falsidade ideológica”, isto é, fraude no conteúdo do documento médico.

Não se pune a existência de diagnóstico ou a emissão de laudo em si, mas a eventual inveracidade do seu conteúdo.

Conclusão do CRM-MG:

O julgamento concluiu pela absolvição do médico, com reconhecimento de que:

- houve atendimento regular;
- houve emissão de documentos após ato médico;
- não foi comprovada falsidade ou tendenciosidade.

O acórdão registra:

“Relatórios médicos emitidos por médico assistente após atendimentos regulares e com veracidade constatada. Não culpabilidade. Absolvição.”

Consta ainda decisão plenária determinando absolvição e arquivamento do processo.

Considerações técnicas relevantes:

O processo evidencia disputa sobre o nexo entre sintomas psíquicos e o rompimento da barragem.

O CRM conclui que não houve prova de falsidade ideológica.

A decisão reafirma a autonomia técnica do médico na emissão de documentos clínicos, desde que fundamentados em atendimento real e registro adequado.

Conclusão:

O CRM-MG, com base na documentação do PEP de número 000192/2021, decidiu pela absolvição, por inexistência de infração ao art. 80 do Código de Ética Médica.

A denúncia esteve associada a alegações apresentadas pela Vale S.A., no contexto de elevado volume de atendimentos psiquiátricos após o rompimento da barragem.

O Conselho entendeu que não houve emissão de documentos sem ato médico correspondente, nem comprovação de falsidade ideológica, determinando o arquivamento definitivo do feito.

Ausência e fragilidade do Poder Público

Os relatos mencionam a percepção de ausência de liderança do Poder Público nos momentos iniciais, com exceção de serviços como o CAPS. Também se aponta atuação insuficiente de estruturas municipais de defesa civil.

A Vale, por sua vez, mobilizou profissionais sem observar as estruturas do poder público local. Mesmo insuficientes, era fundamental uma coordenação e uma supervisão integrada aos esforços do Estado.

Bruno, que participou do apoio no Instituto Médico Legal (IML) na identificação de vítimas, destaca também que o IML precisou de grande suporte para modernização e ganhar agilidade no complexo desafio que teve de gerenciar com a morte de 272 pessoas cujos corpos foram fragmentados.

Independentemente de avaliações políticas, o dado relevante é que a resposta local revelou fragilidades institucionais e demonstrou a ausência de protocolos integrados entre saúde, defesa civil e assistência social.

Brumadinho como emergência complexa e prolongada

A tragédia do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, caracteriza-se como uma emergência tecnológica de origem corporativa, com desdobramentos humanos, ambientais, sanitários, jurídicos e simbólicos (VALENCIO et al., 2009). Diferentemente de eventos agudos de curta duração, a resposta estendeu-se por meses e anos, gerando “cronificação” do estresse ocupacional entre os trabalhadores envolvidos – ou seja, o estresse vivido no trabalho deixa de ser uma reação pontual a uma situação difícil e torna-se um estado permanente, contínuo e incorporado à rotina da pessoa.

Lições para Protocolos de Emergência

A experiência relatada pelos profissionais da área psicossocial permite extrair diretrizes estruturantes, aqui resumidas:

1. **Garantir autonomia técnica e proteção institucional a profissionais que estabeleçam nexos causais entre adoecimento e desastre.**

2. Prever mecanismos de proteção contra pressões diagnósticas vinculadas a interesses indenizatórios.
3. Integrar análise de narrativa pública como variável clínica relevante.
4. Estruturar apoio psicológico formal aos profissionais da linha de frente.
5. Reconhecer o luto fragmentado como fenômeno específico em desastres com perda corporal.
6. Estabelecer protocolos interinstitucionais claros entre saúde, assistência social, sistema de justiça e defesa civil.
7. Monitorar impactos sociais secundários que alteram dinâmicas familiares e comunitárias.

Os relatos de Rodrigo e Bruno evidenciam que o cuidado em desastres tecnológicos não se limita ao manejo de sintomas individuais. Ele se insere em campo atravessado por disputas narrativas, pressões institucionais, interesses econômicos e fragilidades estruturais.

Proteger a ética clínica, reconhecer o luto coletivo e assegurar autonomia profissional não são questões laterais. São condições essenciais para que a resposta em saúde mental seja, de fato, orientada pelo princípio da dignidade humana.

Fundamentos para análise do impacto nas equipes

Os protocolos de resposta a desastres convergem em alguns eixos analíticos centrais, que são indicadores dos impactos nos profi-

sionais da linha de frente, tais como:

- **Carga de trabalho e fadiga:** jornadas extensas, privação de sono, calor, ruído e ambientes instáveis comprometem o julgamento clínico e aumentam riscos ocupacionais (CDC/NIOSH, ERHMS).
- **Estresse traumático e luto vicário:** exposição repetida à morte, sofrimento extremo e narrativas de perda favorecem sintomas de estresse agudo, ansiedade, depressão e TEPT (OMS; OPAS).
- **Ferida moral:** sentimento de injustiça, impotência ou conflito ético diante de mortes evitáveis e falhas institucionais, especialmente em desastres associados à negligência corporativa ou estatal.
- **Organização do trabalho e comando:** modelos de estruturas desarticuladas aumentam a insegurança operacional.
- **Comunicação de alto risco:** previsibilidade de boletins, linguagem simples, veracidade e canais de escuta ativa reduzem ansiedade e conflitos internos.
- **Proteção e cuidado institucional:** pausas, equipamentos de proteção individual adequados, hidratação, alimentação e espaços de descanso não são requisitos secundários, mas componentes centrais da resposta.
- **Reconhecimento e memória:** rituais de agradecimentos institucionais fortalecem coesão, sentido do trabalho e da missão profissional.

Atuação das equipes de saúde do SUS em Brumadinho

A resposta do SUS organizou-se em múltiplos níveis:

- **Atenção imediata e urgência:** SAMU e unidades de pronto

atendimento realizaram triagem, estabilização e remoção de feridos. Hospitais regionais absorveram casos traumáticos e de intoxicação.

- **Atenção Primária à Saúde:** desempenhou papel estratégico no mapeamento das famílias atingidas, no acompanhamento longitudinal e na identificação precoce de sofrimento psíquico.

- **Saúde Mental e CAPS:** ofertaram primeiros cuidados psicológicos, acolhimento e cuidados em pontos de apoio e nas zonas quentes. Em casos de maior gravidade, cuidados intensivos, às famílias, e assistência no território.

- **Vigilância em Saúde:** monitorou riscos ambientais, qualidade da água, vetores e agravos potenciais, articulando comunicação de risco com a população.

No entanto, as repercussões no Instituto Médico Legal (IML), foram impactantes. Em Brumadinho, cabe reconhecer o esforço dos profissionais de identificação, com destaque para a ação “Parede Vazia”.

Impacto no IML

Em Brumadinho, as condições ambientais e o tempo de exposição demandaram forte investimento em genética forense e odontologia legal, com intenso esforço cognitivo, emocional e ético das equipes. A atuação de profissionais do IML – nestes momentos críticos – auxiliou na tradução do processo técnico para linguagem acessível às famílias, reduzindo “retraumatização” e conflitos.

Em um emocionante relato, o Dr. Ricardo Moreira Araújo, médico legista do estado de Minas Gerais, que na época do colapso

da barragem era Diretor do Instituto Médico Legal, conta que a dimensão do rompimento da barragem mudou também a forma de atuação dos profissionais, ao aproximá-los das famílias das vítimas.

Em março de 2019, no primeiro contato com familiares, Dr. Ricardo afirma que a sensação não era a de um velório sem corpo, mas sim de um velório vazio. Para ele, somente as famílias sabem exatamente o que passaram.

A Dra. Naray Paulino (médica, psiquiatra forense) menciona o mural com as fotos das vítimas, feito no IML. Foi uma maneira de humanizar o trabalho pericial no terrível impacto do desastre.

Produzido pelo Projeto Legado (em 2024), o documentário “Parede Vazia” aborda o drama das famílias que aguardaram a identificação dos corpos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Reproduzimos, aqui a fala dos familiares diante do fato de que os corpos não foram entregues aos familiares – e sim fragmentos:

Alguns recusaram o sepultamento:

Miraceibel Rosa, de 38 anos, trabalhava na mina como funcionário terceirizado da Vale havia cerca de uma semana. Natural de Mariana e solteiro, tocava tarol em uma banda de um distrito da cidade. Seu, irmão Moacir Rosa Filho conta:

“O que foi encontrado foi muito pouco, né? Encontrar um segmento assim bem pouquinho e falar que encontrou um corpo é muito difícil, né cara? E maquiando as coisas, né? Aí, a Vale sai muito bem na história, como se encontrou todo mundo e para eles está tudo mil maravilhas. Para a gente, não.”

Renato Eustáquio de Souza, soldador e mecânico trabalhava na Vale havia nove anos e tinha 31 anos. No dia do rompimento, passava por um treinamento na Mina Córrego do Feijão para ser promovido. Sua mãe, Eva Aparecida de Souza, relata:

“Eu não quis fazer o sepultamento dele pelo seguinte: porque as buscas ainda não terminaram. Eu tenho medo de encontrar outras partes dele e não ser incluído lá. No IML, quando terminar as buscas, eu vou fazer o sepultamento dele, que aí eu vou fechar um ciclo na minha vida, na nossa vida.”

Vagner Nascimento Silva, 39 anos, era funcionário da Vale há 13 anos e trabalhava como operador de máquinas. Morador de Brumadinho, casado, deixou uma filha de 16 anos. Seu pai, Alderico Rodrigues Filho, em depoimento no vídeo para a campanha #AMANHÃPODESERTARDE, desabafa: “se eu tivesse amputado as duas pernas, não estava doendo tanto como a falta do meu menino”

A mãe de Vagner, Arlete Gonçalves de Souza Silva deu um depoimento para o livro “Arrastados”, de Daniela Arbex, onde relata o seguinte diálogo pelo telefone entre ela e o funcionário do IML:

“Foi identificado o familiar da senhora, Vagner Nascimento da Silva. Arlete sentiu o baque, mas já tinha a pergunta pronta na ponta da língua:

- Mas o corpo dele está inteiro?
- Infelizmente, não.
- O que vocês acharam dele?
- A perna direita, que estava ligada à ponta da coluna. Um pedaço de intestino e outro da pélvis. O reconhecimento se deu por DNA.”

Outros aguardam a identificação dos corpos:

Nathalia Porto, 25 anos, estagiária da Vale que estava no refeitório no horário de almoço, e é uma vítima ainda não encontrada. A prima Tânia Efigênia de Oliveira desabafa”:

“Todo ser humano merece ter um enterro digno. Será que vai achar alguma coisa dela lá? Acalentaria o nosso coração, né? Porque ficar assim na esperança de encontrar, de não encontrar e deixar ela lá, faz a gente ficar apreensiva e nunca descansar. Ver aquela lama e ainda ver que ela está lá e não foi encontrado nenhum fragmento dela... então isso aí deixa a gente muito triste”.

Tiago Tadeu Mendes da Silva, 34 anos, era engenheiro mecânico recém-formado. Trabalhava em outra mina e tinha sido transferido para Brumadinho cerca de 20 dias antes da tragédia. Deixou a mulher e dois filhos – o caçula, com 8 meses. Sua mãe, Lúcia Mendes Silva fala do seu luto prolongado:

“Quando vaza alguma notícia – ‘ah, hoje, encontrou um segmento ósseo grande lá’, – aí essa informação brota aquela esperança, né? Será de quem que é?” Você liga a televisão e fica lá, será que vai achar alguma coisa dele.... É uma dor, uma dor que não desejo para ninguém, uma ferida que fica, não cicatriza. A gente tá vivo, mas a gente tá morto”.



O vídeo destaca o intenso trabalho de perícia e buscas realizado pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Civil, focando na dificuldade de encontrar vítimas inteiras, restando muitas vezes apenas pequenos segmentos corpóreos.

Por iniciativa dos funcionários do IML, foi feito um mural de fotos de todas as 270 vítimas (obs. foram 272 vidas ceifadas considerando que duas mulheres estavam grávidas). À medida que os corpos eram identificados, as fotos eram retiradas. O documentário foca nas três últimas fotos que permaneciam no mural à época: Natália, Lourdes e Tiago (os fragmentos corpóreos de Maria de Lourdes já foram identificados em fevereiro de 2025).

O trabalho evoluiu de uma fase de busca por sobreviventes, para uma fase focada na localização de vítimas sem vida e, posterior-

mente, na busca por segmentos no rejeito de mineração.

O vídeo relata o desgaste emocional de toda a equipe do IML, desde a coordenação até o pessoal da limpeza, que lidaram diariamente com a dor das famílias e a destruição causada pelos detritos de minério nos corpos.

O sofrimento das famílias está novamente presente. Os parentes expressam a angústia de viver sem um desfecho, descrevendo a situação como uma “ferida que não cicatriza”. Alguns familiares optam por não realizar o sepultamento na esperança de encontrar mais fragmentos de seus entes queridos.

Do lado dos servidores do IML é evidenciado o compromisso com o desfecho, disponibilizando salas para receber os parentes para coleta de material genético – essencial para identificação dos corpos das vítimas. A equipe de busca e perícia reafirma o compromisso de continuar os trabalhos enquanto houver segmentos a serem encontrados, visando dar um enterro digno e respostas a todas as famílias.

“Parede Vazia” mostra o trabalho dos profissionais da linha de frente que fizeram a gestão do mural de fotos, o processo de identificação de DNA e lidaram com o impacto emocional da tragédia nos funcionários.

Reconhece, ainda, a missão do Corpo de Bombeiros. Militares que atuam na vasta área onde os detritos de minério se espalharam, relatam sobre a evolução das buscas, a dificuldade de encontrar segmentos corpóreos no rejeito e o compromisso em seguir até a identificação da última vítima.

O documentário ouviu, além dos familiares de vítimas, os relatos profissionais de Angela Romano (Perita Criminal responsável pela operação no local do rompimento), Nayran Paulino (Diretora do Ins-

tituto Médico Legal de Belo Horizonte), Thales Bittencourt de Barcelos (superintendente da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil/IML) e Major Douglas Martins Soares (Corpo de Bombeiros de MG).

Condições reais de trabalho

De modo geral, as equipes enfrentaram os seguintes desafios:

- **Prolongamento da resposta e incerteza contínua;**
- **Comunicação sensível diante da fragmentação de restos mortais;**
- **Pressão midiática intensa e risco de ruídos informacionais;**
- **Logística, descanso e alimentação das equipes;**
- **Integração intersetorial entre culturas organizacionais distintas;**
- **Necessidade de seguimento psicossocial dos pacientes pós-evento.**

Riscos psicossociais nas equipes de resposta

Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e do Centers for Disease Control and Prevention (CDC) indicam uma maior prevalência de estresse agudo e de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) entre populações expostas a desastres e eventos traumáticos.

Do lado das equipes de respostas, são registrados casos de bur-

nout e depressão entre profissionais expostos a eventos com múltiplas fatalidades. Fatores protetivos incluem liderança empática, rodízio de funções, supervisão clínica e rituais de reconhecimento institucional.

A resposta de Brumadinho foi robusta diante de uma tragédia sem precedentes, mas revelou a urgência de padronizar o cuidado com quem cuida. Proteger as equipes de resposta não é apenas uma obrigação ética, mas um requisito técnico para a qualidade da resposta, a confiança social e a prevenção de danos futuros.

Considerações finais

CAPÍTULO 7

Este Guia parte de uma afirmação fundamental: desastres sociotecnológicos não são eventos pontuais nem fatalidades inevitáveis, mas processos socialmente produzidos e institucionalmente prolongados. A tragédia-crime de Brumadinho demonstrou que o desastre não terminou no rompimento da barragem. Ele se estende — e muitas vezes se aprofunda — na forma como o Estado, as empresas a justiça comunicam,

acolhem, reconhecem e reparam as perdas humanas.

Evidenciou-se, ao longo dos capítulos, que a comunicação pública em situações de emergência é uma dimensão estruturante da resposta institucional, e não um componente acessório. Em contextos desaparecimentos e lutos coletivos, comunicar deixa

de ser mera transmissão de informação e passa a constituir intervenção de saúde pública, proteção social, cuidado humanitário e exercício de justiça simbólica. As escolhas comunicacionais impactam diretamente o sofrimento das vítimas, a saúde mental das comunidades, a confiança social e a legitimidade do poder público.

A análise integrada de protocolos e experiências internacionais examinadas aqui permite consolidar aprendizados centrais.

Em primeiro lugar, a comunicação institucional pode produzir cuidado, ou dano. Silêncios prolongados, contradições, linguagem

Onde há impunidade, o luto se converte também em um grito por justiça.

tecnocrática, promessas irrealistas ou disputas entre órgãos geram violência simbólica, revitimização e o que a literatura internacional define como danos secundários. O sofrimento deixa de ser apenas consequência do desastre e passa a ser produzido pela própria resposta institucional.

Em segundo lugar, a reparação financeira, quando isolada, é estruturalmente insuficiente. Indenizações e transferências de renda são necessárias, mas não substituem escuta qualificada, participação efetiva, reconhecimento público, memória e responsabilização. Quando o dinheiro ocupa o lugar da mediação e do diálogo, a reparação tende a fragmentar comunidades, gerar conflitos internos e prolongar o desastre no tempo.

Em terceiro lugar, o luto em desastres é coletivo, territorial e prolongado. Ele não obedece a prazos administrativos nem a cronogramas jurídicos. Tentativas institucionais de acelerar o sofrimento, normalizar a perda ou encerrar simbolicamente o desastre sem reconhecimento adequado agravam o adoecimento psicossocial e corroem a confiança pública.

Em quarto lugar, os Centros de Assistência às Famílias e espaços de acolhimento são dispositivos estratégicos de confiança. Quando estruturados com neutralidade institucional, previsibilidade informacional, equipes capacitadas e integração entre comunicação, saúde mental, assistência social e perícia, esses centros reduzem o sofrimento, organizam fluxos de informação e protegem a dignidade das vítimas, especialmente em contextos de responsabilização corporativa.

Em quinto lugar, comunicação, saúde, cuidado com o luto e justiça são dimensões indissociáveis. Protocolos fragmentados produzem a chamada “burocratização da morte”: informações desencontradas,

peregrinação institucional, colapso informacional e sofrimento evitável. A comunicação forense humanizada, alinhada a protocolos internacionais de identificação de vítimas e devolução de pertences, mostra-se decisiva para reduzir retraumatização e conflitos.

Em sexto lugar, as equipes de resposta também são impactadas pelo desastre. Profissionais da saúde, do resgate, do Corpo de Bombeiros, do IML, da assistência social e da comunicação institucional enfrentam luto prolongado, fadiga moral e adoecimento quando não há proteção institucional, supervisão, pausas adequadas e reconhecimento. Cuidar de quem cuida não é um gesto humanitário opcional, mas condição para a qualidade ética e técnica da resposta.

Este Guia integrou comunicação e sociologia dos desastres, na perspectiva da governança humanitária de emergências. Traduz diretrizes internacionais para o contexto brasileiro, sistematiza boas práticas, aponta fatores críticos e reposiciona vítimas e familiares como sujeitos centrais da resposta institucional, e não como destinatários passivos de políticas e de operações.

Ao mesmo tempo, o caso do rompimento de Brumadinho, evidencia lacunas estruturais persistentes, entre as quais se destacam:

- a ausência de protocolos nacionais consolidados para Centros de Assistência às Famílias;
 - fragilidades de governança nas primeiras horas da crise;
 - respostas improvisadas e excessivamente reativas;
 - baixa formação especializada em comunicação de luto extremo;
 - inexistência de avaliação longitudinal (permanente) dos impactos psicossociais da reparação;
 - escassa institucionalização do cuidado com equipes de resposta.
- Diante dessas lacunas, o Guia aponta linhas estratégicas para polí-

ticas públicas, gestão institucional e pesquisa, incluindo:

- institucionalização de protocolos nacionais de sistema de resposta em emergências e luto coletivo;
- criação e normatização de Centros de Assistência às Famílias como política pública permanente;
- integração obrigatória entre comunicação, saúde, resgate e assistência social;
- estudos mais aprofundados sobre reparação financeira, saúde mental e confiança institucional;
- pesquisas sobre o tempo da justiça e danos psicossociais;
- modelos de proteção, supervisão e monitoramento de equipes que atuam no sistema de resposta em emergência.

Esta publicação não busca encerrar o debate, mas qualificá-lo. Afirma que não há gestão legítima de emergências sem escuta, dignidade, transparência e justiça. Reparar não é apenas efetuar pagamentos de ordem financeira: é reconhecer, responsabilizar, cuidar e transformar. Quando essas dimensões são ignoradas, a reparação deixa de ser solução e se converte na continuação do desastre por outros meios.

Que este Guia contribua para consolidar uma cultura pública de cuidado, responsabilidade e prevenção que reconheça que comunicar em emergências é defender a dignidade humana.

Por fim, a memória das vítimas não é um elemento periférico, mas um compromisso ético com o futuro. Rituais, arquivos, memoriais, educação pública e datas de lembrança funcionam como instrumentos de prevenção e alerta permanente. Ao transformar o luto em responsabilidade coletiva, a sociedade honra aqueles que perdeu e fortalece sua capacidade de evitar novas tragédias.

A Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (AVABRUM) nasce em um dos contextos mais trágicos da história recente do Brasil: o rompimento da Barragem B1, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que resultou na morte de 272 pessoas e produziu impactos sociais, ambientais e institucionais de grande magnitude. Desde sua origem, em agosto de 2019, a Associação se constitui como expressão organizada do luto coletivo, transformando a dor em ação contínua por justiça, memória e não repetição.

A AVABRUM



Diretoria da AVABRUM (gestão 2025 a 2029) homenageada pela Defesa Civil de Minas Gerais, em 19/12/2025 (da esq. para dir.): Josiane de Oliveira Melo, Alexandra Andrade Gonçalves Costa, Sayuri Pampulini Osawa, Nayara Cristina Dias Porto Ferreira, Maria Regina da Silva, Jacira Francisca Costa, Iracema Dias de Oliveira, Sérgio Caldeira Amaral, Kenya Paiva Silva Lamounier, Edí Aparecida Tavares Pinto e Carolina Lage dos Santos.

Formada por familiares das vítimas e atingidos, rapidamente se estruturou como ator relevante no cenário público, assumindo a representação legítima das famílias perante instituições nacionais e internacionais. Sua atuação se organiza em torno de cinco eixos centrais — Justiça, Memória, Não Repetição, Direitos e Encontro (das duas vítimas que ainda estão na área devastada) — que orientam suas ações e consolidam sua identidade como organização comprometida com a dignidade das vítimas e a defesa do interesse público.

Ao longo de sua trajetória, a Associação desempenha papel ativo na busca por responsabilização dos envolvidos, acompanhando investigações, processos judiciais e instâncias de controle, além de promover articulações institucionais e mobilizações sociais. Sua atuação ultrapassa o plano local, inserindo o caso de Brumadinho em uma agenda mais ampla de debate sobre segurança, responsabilidade corporativa e direitos humanos.

A evolução institucional da AVABRUM também se expressa na ampliação de sua capacidade de resiliência, organização interna e interlocução com diferentes esferas de poder. Ao mesmo tempo em que atua no campo jurídico e político, a Associação mantém o cuidado com o fortalecimento dos vínculos entre as famílias, reconhecendo que a dimensão humana do desastre permanece como elemento central de sua existência.

Os desafios enfrentados ao longo desse percurso são significativos. A complexidade dos processos de responsabilização, a morosidade das decisões e as assimetrias de poder entre os atores envolvidos impõem obstáculos contínuos à realização da justiça.

Em um cenário marcado por discursos institucionais sobre reparação e reconstrução, a AVABRUM atua para garantir que a

experiência concreta das vítimas permaneça no centro do debate público. Trata-se de afirmar que não há reconstrução possível sem verdade, reconhecimento e responsabilização.

Para a AVABRUM, desde o início a tragédia é caracterizada não como um acidente, mas como “tragédia-crime”, marcada pela percepção de que houve decisões corporativas que priorizaram o lucro em detrimento da vida. Esse enquadramento é central para compreender a identidade da Associação.

Assim, a trajetória da AVABRUM se consolida como referência na defesa de direitos em contextos de desastre, evidenciando o papel fundamental da sociedade civil na construção de respostas mais justas e transparentes. Assim, a Associação representa um movimento contínuo de resistência, memória e exigências éticas nas quais o Judiciário tem papel relevante a exercer que é a pedagogia da justiça em impedir que delitos e mal feitos fiquem impunes.

A história da AVABRUM demonstra que, diante da ruptura, é possível construir caminhos coletivos orientados pela dignidade humana, pela busca de justiça e pelo compromisso inegociável de que tragédias como a de Brumadinho não se repitam.

Este Guia nasce da experiência concreta de quem viveu a ruptura, enfrentou o silêncio e transformou o luto em ação coletiva. A AVABRUM, ao publicar este livro, convida toda sociedade para que a leitura destas páginas desperte o compromisso público com a vida, com a verdade e com a responsabilidade. Que estas páginas sirvam não apenas para orientar práticas, mas para afirmar um princípio inegociável: em situações de emergência, cuidar é reconhecer a dignidade humana. Cuidar é agir para que tragédias como a de Brumadinho jamais se repitam.

272 Vidas

As joias de Brumadinho

Em 14 de fevereiro de 2019, menos de um mês após a tragédia, o então presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou em audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, que a empresa era uma “joia nacional” e por isso não poderia ser condenada pelo rompimento.

Indignados, os familiares repudiaram a fala e, como contraponto, ressaltaram que “joias” eram, de fato, as 272 vidas, a maioria trabalhadores da Vale. A AVABRUM passou a adotar a palavra “joia” assumindo o valor irreparável que cada uma das 272 vidas possuía.







Ensaaios

A gestão de situações de emergência exige diálogo permanente entre experiência, conhecimento científico e reflexão institucional. Desastres de grande impacto humano e social revelam não apenas fragilidades operacionais, mas também desafios éticos, comunicacionais e organizacionais que precisam ser compreendidos à luz de diferentes campos do saber.

Com esse propósito, reuniram-se aqui dois ensaios de pesquisadores convidados, especialistas em temas relacionados à gestão de emergências. Seus textos ampliam o debate apresentado nos capítulos anteriores e oferecem perspectivas acadêmicas que contribuem

para aprofundar a compreensão dos riscos, das responsabilidades institucionais e dos caminhos possíveis para fortalecer políticas públicas de prevenção, resposta e cuidado.

A inclusão dessas contribuições busca estabelecer um diálogo entre a materialidade dos desastres e a produção científica dedicada ao tema, reafirmando a importância de transformar lições dolorosas em conhecimento capaz de orientar, indagar e buscar, na gestão de desastres e emergências, um novo padrão: relações humanitárias entre profissionais e a comunidade atingida, de forma a combater toda forma de opressão e desequilíbrio de poder.

Das regularidades dos desastres aos desafios de mobilização social no enfrentamento de riscos iminentes

Norma Valencio

Introdução

O esforço coletivo, consubstanciado no conteúdo deste guia, merece ser enaltecido por diversas razões. No meu entendimento, a principal delas foi a capacidade de conectar diferentes sujeitos; centralmente, tratou-se de familiares de vítimas de um desastre catastrófico, profissionais de diferentes setores, instituições e áreas de conhecimento que atuaram no episódio, além de voluntários e afins. Juntos, metabolizaram e transmutaram o sofrimento social intenso, a experiência técnica aperfeiçoada no atendimento a esta complexa circunstância, o conhecimento científico disponível e a ação voluntária de acolhimento num só produto – a presente obra – que anuncia caminhos alternativos para a redução de riscos de desastres.

É dizer que, houvesse suposições de que as articulações entre tais sujeitos limitar-se-iam à fase aguda do mencionado desastre, essas se esboroariam, pois esse coletivo mobilizou-se para oferecer à sociedade ‘sangue, trabalho árduo, lágrimas e suor’ (Churchill,

Norma Valencio. Professora Sênior do Departamento e do Programa de Ciências Ambientais (DCAm) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde fundou e é vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). E-mail: norma.valencio@ufscar.br. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Bolsa de Produtividade, processo 316828/2023-8.

1940), amalgamados numa colaboração mais duradoura e profícua. A solidez dessa liga social adveio do compromisso humanístico do grupo com a preservação da memória dos que involuntariamente partiram; da reflexão crítica sobre a dinâmica do desastre vivenciado ou testemunhado, identificando agentes, discursos e práticas que o deflagrou, recrudescu e estendeu temporalmente os dramas vividos; da articulação social progressiva e pulsante e do ímpeto de confrontar interesses econômicos dominantes, que invisibilizaram responsabilidades individuais, institucionais e corporativas pela ocorrência trágica. Tal conjunção de fatores resultou nesta oportuna semente de interpretações acerca desse tipo de crise, cujos ensinamentos e recomendações compartilhados não são triviais, sobretudo diante de uma sucessão de multicrises que ampliam o quadro de incertezas e potencializam o surgimento de fissuras semelhantes na vida cotidiana de uma diversidade de lugares subjugados por uma ordem social facciosa.

Nesta terceira década da minha trajetória científica dedicada aos estudos sobre desastres, na maior parte do tempo debruçada, através de pesquisas empíricas, sobre o contexto brasileiro – lidando com casos do norte ao sul e do leste ao oeste do país –, a mim me cumpre agradecer o generoso espaço que este coletivo me proporciona, no âmbito deste guia, para, de forma ensaística e sob uma perspectiva sociológica, enfatizar, mas também elencar sinteticamente outros aspectos de dinâmicas sociais do mundo contemporâneo que, ao meu ver, mereceriam destaque na continuidade da construção desse projeto coletivo de busca por justiça social frente aos riscos de desastres.

Passemos a eles, pois.

O que a normalização das emergências nos indica como projeto de nação

Quando falamos de emergência nos estudos orientados pelo paradigma da complexidade, referimo-nos, entre outros, ao comportamento não linear dos elementos que compõem um dado sistema dinâmico observado, bem como aos resultados inesperados e inéditos obtidos a partir de uma tessitura inusual entre escalas temporais distintas nas quais esses elementos se auto-organizam. Esse resultado novo não pode ser explicado de modo fragmentado, pois só se alcança compreendê-lo ao elencar as propriedades coletivas que o engendraram (Morin, 1998).

Desastres, que aqui definimos preliminarmente como acontecimentos sociais caracterizados por um intenso, súbito e involuntário estresse coletivo (Fritz, 1961), decorrem da incapacidade institucional, pública e/ou privada – por negligência, imprudência ou imperícia – de formatação e condução de uma política consistente de prevenção de riscos e de preparação diante da iminência de sua plena manifestação (Valencio e Valencio, 2018). Portanto, quando os desastres ocorrem e são celebrados os ‘heróis’ dedicados às respectivas missões de resposta – seja no resgate, seja na reabilitação das vítimas –, é imprescindível não perder de vista que tais circunstâncias adversas decorreram do fracasso das medidas de prevenção e de preparação idealizadas e postas em curso, bem como da insuficiência ou da inexistência dessas medidas que, redundando em desastre, impõem um ‘estado de emergência’ (situação de emergência ou estado de calamidade pública) no qual as instituições passam a funcionar de um modo excepcional, mais centralizador, que abafa vocalizações dissonantes.

Na arquitetura do conhecimento e do poder que define a visão sobre quais são os riscos potenciais numa dada circunscrição socioespacial, quais são seus elementos constituintes e dinamizadores, assim como quais os nexos locais relevantes com outras escalas espaciais, participam ativamente esses ‘heróis’ e outros agentes públicos e privados que formam alianças duradouras. Essas alianças têm sido regidas pela racionalidade da tecnossecuritização da vida (Sampaio, 2025), na qual uma miríade de ameaças presumíveis produz uma cultura do medo que teria passado a exigir a preponderância de certas ações de segurança – de viés policial-militar, autoritário, controlador de dados sensíveis de sujeitos ordinários e de suas rotinas, no uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais sofisticadas –, esvaziando, assim, a possibilidade de participação social ativa e alta na vida política. Conforme o autor:

A “tecnossecurança” se apresenta como uma “nova configuração de poder”, que, recorrendo à integração e interoperabilidade entre os sistemas e aparatos tecnológicos, de informação, comunicação, inteligência artificial e inteligência das coisas, pode reduzir a vulnerabilidade e antecipar riscos, incertezas e ameaças internas e globais. A integração e interoperabilidade estabelecem e reforçam os vínculos entre empresas e o Estado, o Exército e a polícia, segurança interna e externa, território nacional e o espaço das redes transnacionais ou sideral, bem como entre as lógicas econômicas e sociopolíticas, fundindo o controle sobre os corpos com o controle sobre o espírito (Sampaio, 2025: 245).

Assim, não é apenas quando os sistemas de controle, que entrelaçam o público e o privado, funcionam bem aos que têm meios para adentrar no mercado de securitização, que estes se legitimam socialmente, uma vez que suas falhas, em medidas de prevenção e preparação, também lhe rendem frutos de concentração de poder para deliberar sobre critérios de precificação da vida e atendimento das reivindicações de consumidores falhos (Bauman, 2005; Bauman e Bordoni, 2016) vitimados na ocasião, como danos colaterais (Bauman, 2022), redefinirem direitos de uso e novas funções dos territórios afetados e afins. Sob esse prisma, o desastre e o ‘estado de emergência’ que ele deflagra na cotidianidade da máquina administrativa parecem afastar o Estado da sociedade.

Entretanto, é mister recordar, por um lado, que o Estado, que parece se desgarrar por uma lógica autônoma, permanece parte constitutiva da sociedade (Martins, 2012); nele, a sociedade se faz refletir tanto no desenho quanto no funcionamento de suas estruturas e dinâmicas de governação, quando cristalizadas ou metamorfoseadas, favorecidas ou interdidas, com interlocuções civis propiciadas, ampliadas ou cerceadas. Por outro lado, lembrar que o sistema econômico-produtivo que essa sociedade constitui, para nele tentar viabilizar a sua reprodução social, traz, em seu bojo, um conjunto de dispositivos considerados válidos para a obtenção e partição da riqueza e para a viabilização de circuitos de produção e de trocas de bens e serviços, conjunto que se coaduna com a profusão de medos decorrentes de riscos difusos (Beck, 2018). Quanto mais disseminados forem tais medos, mais ameaçada está a vida democrática pelas renúncias às liberdades que lhes serão cobradas em nome de uma segurança fictícia que se lhes oferece (Innerarity, 2017).

A compreensão das causas de fundo dos desastres e do porquê de sua recorrência e de seu espraiamento pelo tecido espacial nacional passa necessariamente pelas formas como a sociedade brasileira se define e se movimenta por meio de suas instituições, de suas decisões políticas e dos processos de acumulação dominantes. Tanto mais iníquos forem os critérios instaurados na distribuição dos recursos materiais e no reconhecimento dos recursos de voz desta sociedade, em sua pluralidade, mais árduos serão os embates que as frações marginalizadas e/ou vulnerabilizadas terão que travar. O processo contemporâneo de deterioração dos direitos do trabalhador – desde a perda dos que eram tidos como consolidados décadas atrás e que se esvaíram num piscar de olhos sob o manto do neoliberalismo, até a banalização do mercado informal, no qual são jogados diuturnamente milhões de trabalhadores – é a face econômica do embrutecimento da política, alimentando-se um do outro. As assimetrias e desigualdades sociais, nesse contexto reforçadas, são espacialmente visíveis por meio de um mosaico territorial, urbano e rural, desolador, cuja agilidade e robustez do capital que ali e acolá se implanta e expande correspondem à uma vizinhança na qual se perpetua a estagnação de providências públicas quanto à inserção e ao funcionamento de infraestruturas essenciais – de saúde, de saneamento básico, de transporte coletivo, de educação e afins –, bem como vigora a morosidade de soluções efetivas diante a precariedade habitacional. São esses os ingredientes socioeconômicos, sociopolíticos e socioespaciais essenciais, à espera tão somente de uma fagulha – a manifestação de um evento físico ameaçador – para se fundirem e configurarem o novo, o desastre e a emergência, ambos estabelecendo uma relação de degradação mútua entre o Estado e a sociedade.

Desastres, então, suscitam análises que transbordem da discussão sobre situações críticas pontuais e avancem para o debate sobre os processos radicados nas profundezas da cidadania inacabada que caracteriza essa nação. É no modelo de desenvolvimento nacional, cujo capitalismo tardio enveredou pela financeirização desenfreada (Mello, 1984; Bruno e Caffé, 2017) ao custo da desvalorização crescente dos trabalhadores e da manipulação político-ideológica rasteira do eleitorado, que se perenizou a cidadania inacabada, retratada num mosaico territorial nacional socioambientalmente ruinoso. A sordidez das iniquidades sociais, bem sedimentadas na convivialidade cotidiana, propicia a aceitação passiva das destituições coletivas multidimensionais que caracterizam um desastre; majoritariamente, as perdas e danos sofridos por aqueles que já se encontram desprovidos de um estatuto cívico digno.

Reitera-se, pois, que desastres são acontecimentos eminentemente sociais, um tipo de crise que, embora associada à manifestação súbita e inesperada de um evento físico, não se reduz nem à temporalidade nem às características intrínsecas a esse evento, qualquer que seja a natureza deste (Quarantelli, 2015; Valencio, 2012; Ferguson, 2021). Para desvelar a situação e o processo auto-organizador de um desastre, outras escalas espaciotemporais devem ser incluídas, sem as quais as lutas por reparação reduzem o seu escopo, os modos articulados de resistência social tendem a se enfraquecer e a ancoragem política será ilusória. Desnaturalizar os desastres é uma das tarefas mais urgentes, para que os qualificativos (desastres ‘naturais’, desastres ‘climáticos’, tragédias ‘climáticas’ e afins) façam com que o desastre, como sofrimento social, e não mais o evento físico, tenha a centralidade necessária para articular

movimentos e associações de vítimas, em vez de desarticulá-los, na fragmentação de lutas adstritas aos seus respectivos casos, produzindo estranhezas mútuas e desmobilização social. Todo o esforço de impregnação do discurso midiático de que os desastres são ‘naturais’, particularmente nas últimas décadas, em que pode contar, financeiramente, com o estímulo de políticas de difusão científica, exige um contraesforço não menos robusto. – “Fomos pegos de surpresa!”. Eis o discurso preferencial, atrelado a eventos atípicos de tempo e clima, bem como às barragens que subitamente colapsam por um fator dito incontornável. No fenômeno dito ‘surpreendente’, baseia-se a performance de vitimização empresarial e institucional pública. E, com mais frequência, os eventos extremos do tempo e do clima passarão a ser o mote para justificar os colapsos de obras civis, e as fragilidades atuais da política de segurança dessas obras serão escamoteadas.

À guisa de conclusão

Desde tempos longínquos, os estudos teológicos enfatizavam que uma das formas mais eficazes de impedir que demônios lograssem êxito em dominar aqueles sobre os quais tinham tal intenção maligna seria proferir os nomes exatos deles. Desvelar-se-ia, assim, a sua identidade, subjacente à qual estaria a compreensão de seu propósito perverso e, então, lograr-se-ia êxito em afastá-lo (Da Silva, 2024). Com os desastres, não é muito diferente. Para enfrentá-los – quando com eles nos deparamos involuntariamente, como que encapsulados, gente e ambiente, num drama incomensurável em sua zona de manifestação –, superarmos os males que venham a nos abater, retirarmos a potência com que estes têm sido espargi-

dos e protegermo-nos de um desagradável reencontro futuro com estes, é preciso nomeá-los apropriadamente. Isso significa não apenas termos em conta as especificidades da configuração de encontro com esse tipo de crise, mas também estarmos vigilantes para com a célere designação que lhe é imputada pelas figuras de poder – que produzem, controlam e amplificam a nominação atribuída e a grade de classificações da qual faz parte –, tanto quanto atentos para como a denominação atribuída à crise produz protocolos de gerenciamento que inviabilizam canais de participação social nas deliberações a serem tomadas.

O abuso do recurso midiático e político, que mostra presidentes da República, governadores e demais autoridades competentes, de diferentes colorações ideológicas, contemplando, do alto de seus helicópteros, o terreno onde se desenrolou um desastre catastrófico recente, faz parecer que não lhes cabe responsabilização alguma pelas falhas de medidas de prevenção e de preparação, as quais sequer ainda resvalam nas profundas raízes históricas das iniquidades sociais. Frente às tragédias anunciadas, tais autoridades constituídas parecem, por vezes, desorientadas quanto a como proceder; noutras, deliberadamente negligentes quanto à adoção de mecanismos anticrise baseados em lições aprendidas; noutras, ainda, muito seguras quanto à adoção de soluções repentinas e autocraticamente decididas ou, por fim, inescrupulosamente atentas ao modo como extrair proveito próprio, político e econômico, em meio ao caos que não evitaram. Em última instância, nenhuma dessas reações propugna uma renovação da visão institucional pública e de seu arco de alianças, menos ainda dispõe a pactuar com a sociedade a busca por um modelo de desenvolvimento inclusivo.

Embora frequentemente repisado, rememorar excertos do discurso de W. Churchill, na Câmara dos Comuns, em 1940, ao pedir, na condição de Primeiro-Ministro, a adesão parlamentar a uma provação imensa a ser nacionalmente encarada, proferiu o nome correto do demônio a ser enfrentado: uma tirania monstruosa, o nazismo. Proferiu ele:

Vocês perguntam: qual é o nosso objetivo? Posso responder em uma só palavra: é a vitória, a vitória a qualquer custo, a vitória apesar de todo o terror, a vitória, por mais longo e árduo que seja o caminho; pois sem vitória, não há sobrevivência (Churchill, 1940).

No caso dos desastres e no contexto brasileiro, penso que o espalhamento do clamor coletivo pela superação da cidadania inconclusa, por meio da defesa inegociável dos valores democráticos arduamente conquistados, seja a luta sem trégua à qual devemos nos lançar destemidamente, até que uma vitória substantiva esteja à vista, num horizonte alcançável.

Sobre uma Psicologia em emergências e desastres

Samira Younes-Ibrahim e Luiz Henrique de Sá

Da calma e do silêncio

*Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem,
quero mascar, rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim
versejar o âmago das coisas.(...)*

*Quando meus pés abrandarem na marcha, por favor, não me forcem.
Caminhar para quê?*

*Deixem-me quedar, deixem-me quieta, na aparente inércia.
Nem todo viandante anda estradas, há mundos submersos,
que só o silêncio da poesia penetra.*

Conceição Evaristo,

“Poemas da recordação e outros movimentos”. (Malê, 2017)

Falamos de uma psicologia que reconhece, defende, preserva e reverbera que o conhecimento e a experiência dos sobreviventes e atingidos é uma das bases para a construção de políticas públicas, gestão e prevenção de desastres.

As reflexões a seguir são frutos de trabalhos e estudos com pessoas e comunidades que vivenciaram e vivenciam desastres, a partir

Younes-Ibrahim. Psicóloga, psicoterapeuta. Membro da Rede de Cuidados-RJ. Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Algumas áreas de dedicação: emergências e desastres, fortalecimento de lideranças comunitárias, grupo de mulheres.

Luiz Henrique de Sá. Psicólogo, Psicoterapeuta e Terapeuta Comunitário. Mestre em Psicologia.

da perspectiva de uma abordagem centrada nos sobreviventes. Um constante aprendizado na busca de caminhos sensíveis e de cuidado diante de dores e feridas abertas, que são atualizadas no cotidiano.

Como já abordado neste Guia, os desastres são socialmente construídos e não têm data para terminar. A questão do prolongamento dos desastres no tempo, contribui para sua constante atualização ao longo dos anos. Se pensarmos o desastre da Vale (2019), em Brumadinho, são 7 anos (2557 dias) de lutas dos sobreviventes em busca de garantia de direitos, justiça, indenizações, reparações. “HÁ 2593 DIAS SEM JUSTIÇA” é o que grita e denuncia o site da AVABRUM em 2 de março de 2026.

São 2593 dias nos quais as dores advindas das vivências com perdas de familiares, amigos, moradias e territórios são acrescidas das resultantes do sofrimento social. Este sofrimento é decorrente de situações que, infelizmente, são comuns ao cotidiano dos sobreviventes de desastres, como políticas públicas que não atendem ao que eles e as comunidades precisam, produzindo mais danos e riscos, inclusive para a saúde. Na prática, os exemplos são muitos: demora nas ações do poder público; assistencialismo em lugar do reconhecimento de direitos; ações e posturas que intimidam e não reconhecem os conhecimentos dos sobreviventes; cisão da comunidade pelo deslocamento dos moradores para outros locais ou por ameaças de não recebimento de determinados benefícios caso não concordem com algumas regras e encaminhamentos; existência de interesses de apropriação do território atingido pelo desastre – seja para fins imobiliários, seja para retirada da comunidade para “limpeza” da área; incertezas sobre o aluguel social e a moradia no futuro; não inclusão da participação das comunidades em decisões sobre os critérios para

indenização e reparação; e pensar que é possível medir o sofrimento do outro e dizer o que deve ser considerado como sofrimento, estão entre outras ações geradoras de sofrimento social. Podemos dizer que são encaminhamentos que exaurem as resistências dos sobreviventes, interferem na auto-organização dos grupos, incentivam desavença e desconfiança. E podem causar adoecimentos.

Outro fator a considerar é o medo de que “volte a acontecer novamente”. É um estado presente, pano de fundo que acompanha a rotina dos que já vivenciaram desastres. As memórias são acionadas de forma instantânea, têm registros corporais e podem ser emergir provocadas pelos sentidos (Leloup, 2015; Pollak, 1989): barulho, cheiro, movimento, imagem. Cenário que os profissionais que trabalham em desastres devem considerar no cuidado com os sobreviventes. Também é relevante compreender a existência de ciclos de lembrar e esquecer, uma dinâmica que funciona de forma particular e pode representar momentos necessários de respiro e de fortalecimento de re-existências para os sobreviventes. Os ciclos podem ser acompanhados das as memórias subterrâneas (Pollak, 1989) que requerem dos profissionais o preparo com o aprendizado da escuta sensível (Barbier, 2004; Rogers, 1977).

Estudos mostram o adoecimento ou o agravamento de doenças pré-existentes antes do dia marcado como o da ocorrência do desastre: hipertensão, diabetes, câncer, depressão, insônia, AVC, infarto, medo, ansiedade, angústia. Neste aspecto, é importante lembrar que fatores externos aos sobreviventes também são adoecedores e são produzidos pelo sistema resultando no sofrimento social, com consequências para a multidimensionalidade da saúde dos sobreviventes: física, emocional, mental, social, espiritual, comunitária, ambiental.

Nossa prática, acompanhando os sobreviventes ao longo do tempo, confirma a preocupação sobre as questões de saúde. Nesse sentido, recomendamos a criação de uma “Linha de Cuidado em Saúde Integral para Sobreviventes de Desastres” na Atenção Básica na Saúde, no município atingido. A proposta é que a estrutura a seja desenhada a partir do funcionamento local, com as Estratégias de Saúde da Família e as outras unidades existentes, tendo o devido preparo técnico das equipes. Existe o programa do Ministério da Saúde com algumas Linhas de Cuidado na Atenção Básica que pode ser consultado (<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/ecv/linhas-de-cuidado>) mas não contem a Linha de Cuidado que sugerimos. No acompanhamento da saúde integral dos sobreviventes e seus familiares será possível identificar as necessidades multidimensionais (curto, médio e longo prazo) e realizar possíveis encaminhamentos, quando necessário, como no caso da saúde mental. Indicações para a Atenção Secundária e a Terciária devem ser incluídas no fluxograma.

A característica e o fortalecimento de pertencimento ao território, constituído de seus espaços relacionais (sociais, econômicos e políticos), têm com sua população a organização do cuidado: “(...) organização de ofertas que irão contemplar doenças e agravos mais prevalentes naquela área, a atuação conjunta com outros equipamentos e serviços, ampliação da participação da comunidade no controle social e no enfrentamento dos problemas de saúde (Sá, 2025, p.18)”.

Nesta proposição de atenção com a saúde integral dos sobreviventes de desastres, existe a consciência de considerar os impactos dos sofrimentos individual e o coletivo (Jabr, 2024; Erikson, 1998) e o cuidado ao traçar uma abordagem que faça diferença ao não patologi-

zar, psicologizar e medicalizar reações que podem ser consideradas normais no contexto de desastres.

Sobre gestores e profissionais, compactuamos da orientação de uma formação humanizada (Valencio, 2014) e atenta às relações de poder existentes nos cenários onde atuam, com posicionamento crítico (CFP, 2005). Lembramos o psicólogo Martin-Baró, desenvolveu um trabalho teórico e prático para construção de uma abordagem crítica para ações com pessoas e grupos diante de contextos opressores e vulneráveis. Sua história sempre esteve comprometida com as necessárias mudanças sociais, com as comunidades em busca por justiça e reconhecimento de direitos. É um caminho de mão dupla, onde o profissional também passa por processos de conscientização e transformação pessoal.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em: 31 jan. 2026.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPÍTULO 1 – Comunicação pública em situações de emergência

Alertas de especialistas sobre barragens em Brumadinho foram ignorados. Estado de Minas, 27 jan. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/27/interna_gerais,1024949/alertas-de-especialistas-sobre-barragens-em-brumadinho-foram-ignorados.shtml. Acesso em: 31 jan. 2026, às 16h57.

ARAÚJO, José Roberto Florentino de. **Todo mundo odeia a Vale: uma análise sobre a receptividade das publicações da companhia Vale no Facebook após o caso Brumadinho**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação em Mídias Digitais) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17347/1/TCC%20-%20Jos%C3%A9%20Roberto%20-%20Todo%20mundo%20odeia%20a%20Vale.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

ARBEX, Daniela. **Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

Autoridades suíças admitem falha em inspeção de bar incendiado. Terra, [Cidades], 7 jan. 2026. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/autoridades-suicas-admitem-falha-em-inspecao-de-bar-incendiado,2e76f4e43e2646c0b-3c6753716a50352yiv4u37z.html>. Acesso em: 1 fev. 2026.

AVABRUM – ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM MINA Córrego do Feijão-BRUMADINHO (MG). **AVABRUM – 272 vidas presentes: a história da tragédia-crime de Brumadinho de A a Z**. Brumadinho, MG: AVABRUM, 2024. 96 p. ISBN 978-65-983494-1-7. Disponível em: https://legadodebrumadinho.com.br/wp-content/uploads/2025/11/AVABRUM_A-Historia-da-Tragedia-Crime-de-A-a-Z_Livro.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. **Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231841>. Acesso em: 03 mar. 2026.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.

CRAIG, Robert T. **Communication theory as a field**. Communication Theory, v. 9, n. 2, p. 119-161, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MOURA, Carolina de; CORUJO, Maria Teresa. **Ilegalidades no licenciamento da continuidade das minas de Jangada e Córrego do Feijão em 2018**. In: AVABRUM. Que seja feita a justiça pelas 272 vidas ceifadas em Brumadinho. Brumadinho: AVABRUM, 2024. p. 46-49.

NORUEGA. Governo da Noruega. **Report of the 22 July Commission** (NOU 2012:14). Oslo: Norwegian Ministry of Justice and Public Security, 2012. Disponível em: https://www.regjeringen.no/contentassets/bb3dc76229c64735b4f6eb4dbfcdbe8/en-gb/pdfs/nou2012_14_eng.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2026.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CAPÍTULO 2 – Comunicação de más notícias em situações de emergência

BRASIL. **Relatório de Análise de Acidente de Trabalho – Rompimento da barragem B I da Vale S.A. em Brumadinho/MG em 25/01/2019**. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho / Ministério da Economia. Brasília: 2019. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/acidentes-de-trabalho-informacoes-1/relatorio_analise_acidentes_brumadinho.pdf. Acesso em: 01 fev. 2026.

CENI, Jéssica Cristina; RESE, Natália. **“As mãos dos acionistas estão sujas de lama”: a comunicação da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG**. In: ENCONTRO DA ANPAD (ENANPAD), 46., 2022, on-line. Anais [...]. Maringá: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/5e98d23afe19a774d1b2dcbefd5103eb.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

ESTADO DE MINAS. **Brumadinho: unidas na dor, famílias transformam luto em luta**. Publicado em 25 jan. 2026. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2026/02/7345483-brumadinho-unidas-na-dor-familias-transformam-luto-em-luta.html>. Acesso em: 02 fev. 2026.

ESTADO DE MINAS. **Funcionário que alertou para rompimento morreu na tragédia**. Publicado em 16 fev. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/16/interna_gerais,1031075/funcionario-que-alertou-para-rompimento-morreu-na-tragedia.shtml. Acesso em: 02 fev. 2026.

MELO, Tatiane Lúcia de; GUIMARÃES, Liliâne de Oliveira. **Vale tudo: as estratégias de atuação da Vale após o desastre-crime da barragem de Córrego do Feijão**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 24, n. 6, eRAMD230045, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/L9W37wB8dxhNFLcVGKkPGtL/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

PORTAL TERRA. **Depoimento Jhennefer Siqueira (vídeo) sobre Brumadinho**. YouTube, publicado por Portal Terra em 25 jan. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/POXIFbfUY8Y>. Acesso em: 02 fev. 2026.

SILVA, Carolynne Cynthia da; SOUZA, Jayane Evellen de Fátima Cruz de; ARAÚJO, Mateus Alves de; AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. **Tragédia de Brumadinho: uma análise da cobertura do site Folha de S. Paulo diante da gestão de crise estabelecida pela Vale S.A.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (INTERCOM NORDESTE), 21., 2019, São Luís, MA. Anais [...]. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível repositório Universidade Federal da Paraíba em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22273/1/Trag%C3%A9dia%20de%20Brumadinho%20uma%20an%C3%A1lise%20da%20cobertura%20do%20site%20Folha%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20diante%20da%20gest%C3%A3o%20de%20crise%20estabelecida%20pela%20Vale%20S.A..pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Rompimento de barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho (MG)**. Observatório de Crise – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (OBCC/UFSM), 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise/rompimento-de-barragem-da-mina-corrego-do-feijao-da-mineradora-vale-em-brumadinho-mg>. Acesso em: 1 fev. 2026.

CAPÍTULO 3 – Canais e estrutura de suporte: a gestão do Espaço de Acolhimento e do Centro de Informações

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho. Belo Horizonte: ALMG, 2019. Disponível em: <https://sites.almg.gov.br/export/sites/sites/cpi-barragem/content/arquivos/relatorio-brumadinho.pdf>. Acesso em: 02 fev 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho>. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDC 2025–2035. Brasília, DF: MDR/SEDEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/20251110_PNPDC_site_compressed.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho: relatório final. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível

em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/609739>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. Relatório Final da CPI da barragem de Brumadinho realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Brumadinho, MG: CMB, 08 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cmbumadinho.mg.gov.br/noticia/307/Relatorio-Final-da-CPI-da-barragem-de-Brumadinho-realizada-pela-Assembleia-Legislativa-de-Minas-Gerais>. Acesso em: 02 fev. 2026.

FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY (FEMA). Private Sector Coordination Support Annex. Washington, DC: FEMA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fema.gov/pdf/emergency/nrf/nrf-support-private.pdf>. Acesso em: 19/01/2026.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO. Introdução às Diretrizes para a Facilitação e a Regulação Internas da Ajuda Internacional em Caso de Desastre e do Auxílio Inicial à Recuperação. Genebra: IFRC, 2007. Disponível em: https://disasterlaw.ifrc.org/sites/default/files/media/disaster_law/2022-11/IDRL%20Guidelines-Portuguese%20HG%20WEB.pdf. Acesso em: 19/01/2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Avaliação dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatório_Brumadinho_impacto_saúde_01_fev_b.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES – IFRC Reference Centre for Psychosocial Support. Annual Report 2018: Mental Health and Psychosocial Support – Policy and Guidance. Geneve: IFRC, 2018. Disponível em: <https://mhpsushub.org/wp-content/uploads/2019/07/Annual-Report-2018.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Communicating Risk in Public Health Emergencies: A WHO guideline for emergency risk communication policy and practice. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: https://publications.rifs-potsdam.de/pub-man/item/item_4415891.pdf. Acesso em: 02 fev 2026.

CAPÍTULO 4 – Boas práticas na comunicação em situações de luto em emergências

BAUER, R. C. de Lima. Intervenções da psicologia na tragédia da Boate Kiss: uma visão sobre o gerenciamento de crise. Revista Naval – Psicologia em Destaque, 2016. (Artigo em PDF). Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/psicologiamilitar/article/download/732/737/2581>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Lei nº 12.608/2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno HumanizaSUS: acolhimento nas práticas de produção de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Brasília: MS, 2007. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para atenção psicossocial em situações de desastre. Brasília: MS, 2016. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_psicossocial_desastres.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_trabalhador.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Primeiros cuidados psicológicos: manual para trabalhadores do SUS. Brasília: MS, 2020. PDF: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/primeiros-cuidados-psicologicos.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_caps.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Respostas emocionais e primeiros cuidados psicológicos em desastres e emergências. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/enchentes/respostas-emocionais-e-primeiros-cuidados-psicologicos-em-desastres-e-emergencias/@download/file>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRYMER, Melissa; JACOBS, Anne; LAYNE, Christopher; PYNOS, Robert; RUZEK, Josef; STEINBERG, Alan; VERDAN, Christopher; WATSON, Patricia. **Psychological First Aid: Field Operations Guide**. 2. ed. Los Angeles, United States: National Child Traumatic Stress Network; National Center for PTSD, U.S. Department of Veterans Affairs, 2006. Disponível em: https://www.nctsn.org/sites/default/files/resources/pfa_field_operations_guide.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC); NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). **Emergency Responder Health Monitoring and Surveillance (ERHMS)**. Atlanta: CDC, 2012. Disponível em: <https://www.cdc.gov/niosh/erhms/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CEPED/UFSC. **Gestão de riscos e desastres: conceitos, práticas e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 2017. PDF: <https://www.ceped.ufsc.br/gestao-de-riscos-e-desastres/>

COSTA, Alice Moreira da; PACHECO, Maria Luiza Leal; PERRONE, Cláudia Maria. **Intervenções na emergência: a escuta psicanalítica pós-desastre da Boate Kiss**. Subjetividades, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 155-165, 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n1/13.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FIOCRUZ. **Cuidado em saúde mental e atenção psicossocial em situações de desastre**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41365>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FIOCRUZ. **Impactos psicossociais do desastre de Brumadinho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/38365>

FIOCRUZ. **Memória, verdade e reparação em desastres socioambientais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47358>

FIOCRUZ. **Primeiros cuidados psicológicos em situações de desastre**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41366>

FIOCRUZ. **Saúde mental em situações de desastre**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14370>

FIOCRUZ; OPAS. **Primeiros cuidados psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. Brasília: Fiocruz/OPAS, 2015. Disponível em: https://www.paho.org/bra/dm-documents/GUIA_PCP_portugues_WEB.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

FRIENDS PEACE TEAMS. **Healing and Rebuilding Our Communities (HROC): Training Manual**. Harrisonburg, Virginia (USA): Friends Peace Teams / African Great Lakes Initiative, 2017. <https://friendspeaceteams.org/trauma-resiliency/> Acesso em: 04 mar. 2026.

FIOCRUZ; BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental e atenção psicossocial em desastres**. Brasília: https://www.youtube.com/watch?v=GvJdZwFEA58&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fchatgpt.com%2F Acesso em: 04 mar. 2026.

HERMAN, Judith Lewis. **Trauma e recuperação**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERMAN, Judith Lewis. **Trauma and Recovery: The Aftermath of Violence—From Domestic Abuse to Political Terror**. New York, United States: Basic Books, 1992. Disponível em: <https://archive.org/details/traumarecoveryaf0000herm>. Acesso em: 04 mar. 2026.

HERMAN, Judith Lewis. **Trauma e recuperação: as consequências da violência — do abuso doméstico ao terrorismo político**. São Paulo: nVersos, 2025.

IASC – INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE. **Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings**. Geneva: IASC, 2007. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/IASC%20Guidelines%20on%20Mental%20Health%20and%20Psychosocial%20Support%20in%20Emergency%20Settings.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

INTERPOL. **Disaster Victim Identification Guide**. Lyon, France: International Criminal Police Organization (INTERPOL), 2023. Disponível em: https://www.interpol.int/content/download/589/file/DVI_DVI%20Guide%202023.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

INTERPOL. **Disaster Victim Identification Guide (DVI Guide)**. Lyon: Interpol, 2018. PDF: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>

KOVÁCS, Maria Júlia. **Comunicação de más notícias: aspectos psicológicos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Luto e comunicação em contextos institucionais**. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, São Paulo, v. 13, n. 2, 2010.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth; KESSLER, David. **On Grief and Grieving: Finding the Meaning of Grief Through the Five Stages of Loss**. New York, United States: Scribner, 2005. Disponível em: <https://archive.org/details/ongriefgrievingf0000kubl>. Acesso em: 04 mar. 2026.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth; KESSLER, David. **Sobre o luto e a perda**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph (org.). **Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2004.

NATIONAL HEALTH SERVICE (NHS). **Bereavement and loss: supporting people after major incidents**. London: NHS England, 2016. Disponível em: <https://www.england.nhs.uk/ourwork/epr/major-incidents/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

NATIONAL HEALTH SERVICE (NHS ENGLAND). **Emergency preparedness, resilience and response: staff wellbeing**. London: NHS England, 2017. Disponível em: <https://www.england.nhs.uk/ourwork/epr/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

NATIONAL HEALTH SERVICE (NHS England). **Clinical Guidelines for Use in a Major Incident**. London, United Kingdom: NHS England, 2020. Disponível em: <https://www.england.nhs.uk/wp-content/uploads/2018/12/B0128-clinical-guidelines-for-use-in-a-major-incident-v2-2020.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2026.

NATIONAL INSTITUTE FOR HEALTH AND CARE EXCELLENCE (NICE). **Post-traumatic stress disorder (NG116)**. London: NICE, 2018. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng116>. Acesso em: 04 mar. 2026.

PHILLIPS, D.; CARR, S.; KESSLER, R. **Healing and rebuilding our communities: psychosocial recovery after mass violence**. Kigali: HROC Programme, 2013. Disponível em: <https://www.hroc.org/resources>. Acesso em: 2 fev. 2026.

UNITED KINGDOM. Cabinet Office. **National Recovery Guidance: How to manage recovery from emergencies**. London: UK Government, 2011. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/national-recovery-guidance>.

UNITED KINGDOM. Cabinet Office. **National Recovery Guidance: How to Manage Recovery from Emergencies**. London: UK Government, 2011. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/national-recovery-guidance>. Acesso em: 2 fev. 2026.

VALENCIO, Norma. **Desastres: tecnicismo e sofrimento social**. São Carlos: EdUFS-Car, 2014.

VALENCIO, Norma. **Desastre como experiência social**. In: VALENCIO, Norma et al. *Sociologia dos desastres*. São Carlos: RiMa, 2011. p. 45–78.

VALENCIO, Norma et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa, 2011.

VARGAS, Eduardo Viana. **Antropologia forense, luto e reconhecimento**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 25, n. 54, 2019. <https://www.scielo.br/j/ha/>

VARGAS, Eduardo Viana; VALENCIO, Norma. **Desastres, sofrimento social e políticas públicas no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1873–1882, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.12452018>

WHO; WAR TRAUMA FOUNDATION; WORLD VISION. **Psychological First Aid: Guide for field workers**. Geneva: WHO, 2011. PDF: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44615>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guidelines for the management of conditions specifically related to stress**. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-MSD-MER-13.01>

FIOCRUZ. **Saúde mental em situações de desastre**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14370>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CAPÍTULO 5 – Reparação financeira, conflitos e mediação em desastres sociotecnológicos

FISHER, Lucy. **Recovery as a social and political process**. London: Institute for Risk and Disaster Reduction (IRDR/UCL), 2023. Disponível em: <https://blogs.ucl.ac.uk/irdr/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GÉNÉREUX, Méliissa; et al. **The “Lac-Mégantic tragedy” seen through the lens of the EnRiCH Community Resilience Framework for High-Risk Populations**. 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6964478/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GÉNÉREUX, Méliissa; et al. **The Case of the Lac-Mégantic Rail Disaster (salutogenic approach)**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/5/1463>. Acesso em: 20 jan. 2026.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE (IASC). **A common monitoring and evaluation framework for mental health and psychosocial support in emergency settings**. Geneva: IASC Reference Group, 2017. Disponível em: <https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/publications/a-common-monitoring-and-evaluation-framework-for-mental-health-and-psychosocial-support-in-emergency-settings665a01a2-e086-4a0d-856a-d4e809fba41a.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE (IASC). **IASC Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings**. Geneva: IASC, 2007. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2020-11/IASC%20Guidelines%20on%20Mental%20Health%20and%20Psychosocial%20Support%20in%20Emergency%20Settings%20%28English%29.pdf>. Acesso: 20 jan. 2026

INTERNATIONAL RECOVERY PLATFORM. **Guidance notes on recovery governance**. Kobe: IRP, 2010.

LEONARD, Herman B.; HOWITT, Arnold; GILES, David. **Crisis communication**. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School, Program on Crisis Leadership, 2020.

LIMA, Ana Vitória Alkmim de Souza. **Sustainability and global businesses: Stakeholder welfare or shareholder wealth? Disaster capitalism and discourse: the collapse of the Córrego do Feijão dam, in Brumadinho**, Brazil. 2025. Tese (Doutoramento em Ecologia Humana) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 26 jun. 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/186003>

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **Guidance note on recovery: governance**. Genebra: UNDRR. Disponível em: <https://www.undrr.org/publication/documents-and-publications/guidance-note-recovery-governance>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WHO). **IASC Guidelines for Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings**. Genebra: WHO. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/iasc-guidelines-for-mental-health-and-psychosocial-support-in-emergency-settings>. Acesso em: 20 jan. 2026.

WORLD BANK. **Disaster Recovery Framework Guide (Revised)**. Washington, DC: World Bank, [s.d.]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/692141603785003050/pdf/Disaster-Recovery-Framework-Guide.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CAPÍTULO 6 – Impacto nas equipes de resposta

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Emergency Responder Health Monitoring and Surveillance (ERHMS)**. Atlanta: CDC/NIOSH. Disponível em: <https://www.cdc.gov/niosh/erhms/index.html>.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC); NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). **Emergency Responder Health Monitoring and Surveillance (ERHMS)**. Atlanta: CDC/NIOSH, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cdc.gov/niosh/erhms/index.html>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018. Aprova o Código de Ética Médica**. Brasília, DF: CFM, 2018. Disponível em: https://www.sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2018/2217_2018.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

FIOCRUZ. **Saúde em Desastres**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/saude-em-desastres>. Acesso em: 02 fev. 2026.

INTERPOL. **Disaster Victim Identification Guide**. Lyon, 2018. Disponível em: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>.

INTERNATIONAL CRIMINAL POLICE ORGANIZATION (INTERPOL). **Disaster Victim Identification (DVI) Guide**. Lyon: INTERPOL, 2018. Disponível em: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>.

www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI. Acesso em: 02 fev. 2026.

NHS ENGLAND. **Managing staff wellbeing in major incidents**. London: NHS England, 2021. Disponível em: <https://www.england.nhs.uk/publication/managing-staff-wellbeing-in-major-incidents/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. mhGAP **Humanitarian Intervention Guide**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241549790>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). mhGAP **Humanitarian Intervention Guide: Clinical management of mental, neurological and substance use conditions in humanitarian emergencies**. Geneva: World Health Organization, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241549790>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CAPÍTULO 7 – Considerações finais

CENI, Jéssica Cristina; RESENATI, Natália. **“As mãos dos acionistas estão sujas de lama”: a comunic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG**. In: ENCONTRO DA ANPAD (EnANPAD), 46., 2022, Online. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/5e98d23afe19a774d1b2dcbe5103eb.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2026

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 46.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

WOLTON, Dominique. **Éloge du grand public: une théorie critique de la télévision**. Paris: Flammarion, 2006.

ENSAIO – Das regularidades dos desastres aos desafios de mobilização social no enfrentamento de riscos iminentes

BAUMAN, Z. (2005). **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. (2016). **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUMAN, Z. (2022). **Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar.

BECK, U. (2018). **A metamorfose do mundo**. Rio de Janeiro: Zahar.

BRUNO, M.; Caffé, R. (2017). **Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento**. Economia e Sociedade, v. 26, número especial, 1025-1062. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art8> Acesso em: 25 agosto de 2023.

CHURCHILL, W. (1940). **Blood, Toil, Tears and Sweat**. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1940-the-finest-hour/blood-toil-tears-sweat/> Acesso em: 02 de março de 2026.

DA SILVA, W. J. (2024). **Demônios, diabos e quimeras: análise crítica da prática do exorcismo à luz da história**. Frontistês - Revista Eletrônica de Filosofia e Teologia, v. 18, n. 33. Disponível em: <https://revistas.fapas.edu.br/index.php/frontistes/article/view/209>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FERGUSON, N. (2021). **Catástrofe: uma história dos desastres – das guerras às pandemias – e o nosso fracasso em aprender como lidar com eles**. São Paulo: Ed. Planeta.

FRITZ, C. E. (1961). **Disaster**. In: MERTON, Robert K.; NISBET, Robert A. (Orgs.). *Contemporary Social Problems*. 1ª ed. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 651-694.

INNERARITY, D. (2017). **A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia**. Rio de Janeiro: LeYa.

MARTINS, J. S. (2012). **A sociabilidade do homem simples – cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Contexto.

MELLO, J.M.C. (1984). **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense.

MORIN, E. (2001). **Os desafios da complexidade**. In: E. Morin (Org). *A religação dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 559-567.

QUARANTELLI, E. (2015). **Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional**. O Social em Questão. Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, 2015, p. 25-56. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=375&sid=44>> . Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

SAMPAIO, J. A. L. (2025). **A tecnosecutilização da vida**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v.15, n. 2, 234-253. Disponível em: <https://www.rel.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/9015/pdf> Acesso em: 02 de março de 2026.

VALENCIO, N. (2012). **Para além do ‘dia do desastre’; o caso brasileiro**. Curitiba: Ed. Appris, Coleção Ciências Sociais.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. (2018). **O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres**. Lumina, v. 12, 19-39. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21531>>. Acesso em 12 ago. 2023.

ENSAIO – Sobre uma Psicologia em Emergências e Desastres

AVABRUM – Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão. Brumadinho-MG. Disponível em: <https://avabrum.org.br/>

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. v 3. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linhas de Cuidado**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/ecv/linhas-de-cuidado>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2005). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília. Recuperado de: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

ERIKSON, Kai. **Trauma at Buffalo Creek**. Society; New York Vol. 35, Ed. 2, (Jan/Feb 1998): 153-161. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/206714941#:~:text=Some%20615%20survivors%20of%20the,from%20an%20identifiable%20emotional%20disturbance>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova**. São Paulo: FGV, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29016>

JABR, Samah. **Sumud em tempos de genocídio**. Tradução: Rima Awada Zahra. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

KLEINMAN, Arthur, DAS, Veena, e LOCK, Margaret. **Introduction**. Daedalus, 125 (1), 11-20. 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20027350>.

LELOUP, Jean-Yves. **O Corpo e seus símbolos. Uma antropologia essencial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, 2 (1), 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/abstract/?lang=pt>

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 5, n.10 p 3-5. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em fevereiro 2018.

ROGERS, Carl e ROSENBERG, Rachel. **A Pessoa como Centro**. São Paulo: EPU, 1977.

SÁ, Luiz Henrique. **Atenção Primária em Saúde e Desastres**. In: Valencio, Norma; CARVALHO, Gabriel; BARBOSA, Kayane (orgs). *Dignidade Hídrica e Sanitária: desafios no contexto cotidiano e de desastres*. São Paula: RiMa Editorial, 2025.

VALENCIO, Norma. **Desastres: tecnicismo e sofrimento social**. Ciência & Saúde Coletiva, 19(9):3631-3644, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000903631&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: nov 2016.

YOUNES-IBRAHIM, Samira. **Mulheres sobreviventes de desastres socioambientais em Petrópolis-RJ: re-existências para suspender o céu**. Psicossociologia e desastres. 2024. 164 f. Tese (Doutorado) – Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Mitchell Nazar / Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Capa, **Página 46,** **Página 112**

Isis Medeiros / Projeto Legado de Brumadinho

Índice, **Página 12,** **Página 26,** **Página 33,**
Página 41, **Página 52,** **Página 70,** **Página 84,**
Página 96, **Página 98,** **Página 104,** **Página 144,**
Contracapa

Banco de Imagens Freepik / Imagem gerada por IA

Página 6, **Página 16,** **Página 22,** **Página 132**

Banco de Imagens AVABRUM

Página 137

Arquivo pessoal / Instituto Camila e Luiz Taliberti

Página 79

Arquivo pessoal / Saype

Página 11

Cena de documentário / Projeto Legado de Brumadinho

Página 8, **Página 128**



Em uma emergência, cada palavra dita e cada atitude tomada — ou omitida — carregam o peso de vidas interrompidas. Comunicar e gerir situações de emergência não é apenas informar: é reconhecer, acolher e respeitar quem ficou. Não há neutralidade: o silêncio fere, a pressa desumaniza, a justiça demorada revolta e o não reconhecimento de quem errou prolonga a dor. Que este Guia reafirme um compromisso inegociável — o de que nenhuma perda seja agravada pela resposta institucional às emergências. A gestão de situações extremas só é possível com verdade, afirmação da dignidade humana e memória.